

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ESTUDO COMPARATIVO DA
ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE
SÃO PAULO - 1990-2013**

CAMILA FERRACINI ORIGUÉLA

PRESIDENTE PRUDENTE

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**ESTUDO COMPARATIVO DA
ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE
SÃO PAULO - 1990-2013**

CAMILA FERRACINI ORIGUÉLA

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia - Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico - Área de Conhecimento: Estudos Rurais e Movimentos Sociais -, para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

PRESIDENTE PRUDENTE

2014


FICHA CATALOGRÁFICA

O78e Origuéla, Camila Ferracini.
Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo -
1990-2013 / Camila Ferracini Origuéla. - Presidente Prudente: [s.n.], 2014
193 f.


Orientador: Bernardo Mançano Fernandes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Questão agrária. 2. Campesinato. 3. Luta pela terra. 4. Ocupação de
terra/acampamento. 5. MST. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II.
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III.
Título.

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES
PRESIDENTE



PROF. DR. CARLOS ALBERTO FELICIANO
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. JANAINA FRANCISCA DE S. C. VINHA
(UFTM)



CAMILA FERRACINI ORIGUÊLA

Presidente Prudente (SP), 03 de outubro de 2014.

RESULTADO: APROVADA

Aos meus pais, José e Marli.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai José, pelo homem maravilhoso que é, pelo amor incondicional e pelo companheirismo ao me acompanhar pacientemente em quase todos os trabalhos de campo realizados ao longo desta pesquisa.

À minha mãe Marli, por acreditar em todos os meus sonhos e, mais do que isso, por sonhar os meus sonhos e por contribuir com a realização de um dos meus maiores sonhos: concluir o mestrado.

A vocês dois, minha eterna gratidão.

Aos meus irmãos Clóvis e Cristiane, que mesmo distantes estão presentes cotidianamente nos meus pensamentos.

Às minhas sobrinhas Laura e Sophia, por transformarem a minha vida e a da minha família.

Ao meu afilhado Lucca, o amor da minha vida.

Existem sentimentos que são inexplicáveis. É impossível expressar em palavras o amor que sinto pelas minhas sobrinhas e meu afilhado, crianças iluminadas que me estimulam cada vez mais a construir um mundo mais justo.

Ao meu companheiro Guido, pelo amor e incentivo.

Às amigas que a Geografia me proporcionou, Camila Al Zaher, Juniele Martins e Juliana Motta.

Aos membros do NERA, principalmente à Hellen Mesquita, Lara Dalperio e Lorena Izá Pereira que contribuíram de diversas formas com a concretização deste e de muitos outros trabalhos. Muito obrigada!

Ao meu orientador Bernardo Mançano Fernandes, por colaborar com a minha formação acadêmica e pessoal e por acreditar no meu trabalho.

Aos professores Carlos Alberto Feliciano e Marco Antônio Mitidiero Junior, pelas arguições proferidas durante o exame de qualificação.

À professora, Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, coordenadora do NERA nos anos de 2012 e 2013, que contribuiu de diversas formas com a minha formação acadêmica e com esta pesquisa ao participar da banca de defesa.

Aos professores, Eduardo Paulon Girardi e Ricardo Pires, equipe criativa e competente que coordenada o NERA.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou esta pesquisa.

Por fim, agradeço a todas as famílias acampadas do estado de São Paulo, que participaram ou não desta pesquisa, principalmente àquelas que dividiram comigo seus sonhos e angústias.

Em especial, ao Valmir, à sua esposa Fátima e aos seus filhos Felipe e José, grandes companheiros que tive a oportunidade de conhecer e conviver.

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Eduardo Galeano

RESUMO

A luta pela terra é interpretada ao longo desta pesquisa como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território nacional e de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo e, recentemente, na cidade. Desde a década de 1960, as ocupações de terra e os acampamentos são a principal forma de luta pelo acesso a terra no estado de São Paulo e no Brasil. Na década de 1980, essas ações contribuíram com o surgimento do principal movimento socioterritorial da nossa história: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A presente pesquisa tem como objetivo compreender o processo de espacialização do MST - que ocorre por meio da organização de ocupações de terra e acampamentos - no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. O primeiro contexto histórico-geográfico corresponde ao final da década de 1980 e início da década de 1990, no qual o processo de espacialização do MST ocorria por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política. O segundo contexto histórico-geográfico diz respeito ao final de década de 1990 e início da década de 2000, no qual houve a sobreposição dos espaços de socialização política. E, por fim, o terceiro contexto corresponde ao período de 2012 a 2013. Concluímos por meio das leituras bibliográficas, levantamentos de dados, pesquisas documentais e trabalhos de campo, mediados através de entrevistas semi-estruturadas e observação participante, que nos últimos anos as ocupações de terra e os acampamentos se transformaram em espaços de socialização política precários, nos quais as relações socioespaciais e, conseqüentemente, organizacionais são esporádicas.

Palavras-chave: questão agrária; campesinato; luta pela terra; ocupação de terra/acampamento; MST.

ABSTRACT

The struggle for land is interpreted throughout this research as a historical-structural issue intrinsic to the formation of national territory and the development of the capitalist mode of production in the countryside, and more recently, in the city. Since the 1960s, land occupations and encampments are the main forms of struggle for access to land in the state of São Paulo and in Brazil. In the 1980s, these actions contributed to the emergence of the largest socio-territorial movement of our history: the Landless Rural Workers Movement (MST). This research aims to understand the process of the spatialization of the MST- which occurs through the organization of land occupations and encampments- in the state of São Paulo in different historical and geographical contexts. The first historical and geographical context corresponds to the late 1980s and early 1990s, in which the spatialization of the MST occurred primarily through the formation of multidimensional spaces of political socialization. The second context refers to the late 1990s and early 2000s, where there was an overlapping of the spaces of political socialization. And finally, the third context is the period from 2012 to 2014. Based on a bibliographic review, data surveys, desk research and fieldwork, mediated through semi-structured interviews and participant observation, we conclude that in recent years the land occupations and encampments of the MST have become spaces of precarious political socialization in which the socio-spatial relations and, consequently, organizational relations are sporadic.

Keywords: agrarian question; peasantry; struggle for land; land occupation/encampments; MST.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura organizativa do MST.....	76
Figura 2 - Formas de acampamentos existentes no estado de São Paulo no início da década de 2000.....	108
Figura 3 - Organização dos acampamentos de luta pela terra.....	113
Figura 4 - Características de movimento de massas e organização de massas, de acordo com o MST.....	114
Figura 5 - Organização territorial do MST.....	121
Figura 6 - Croqui da organização espacial do acampamento Palmares.....	137
Figura 7 - Croqui da organização espacial do acampamento Dorcelina Folador.....	145
Figura 8 - Esquema ilustrativo da antiga forma de organização do acampamento e ocupação de terra do MST no Pontal do Paranapanema.....	146
Figura 9 - Esquema ilustrativo da nova forma de organização dos acampamentos e ocupação de terra do MST no Pontal do Paranapanema.....	147
Figura 10 - Croqui da organização espacial do acampamento Augusto Boal, município de José Bonifácio.....	162
Figura 11 - Croqui da organização espacial do acampamento Luiz Beltrame.....	165

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1 - Fatores que interferem no processo de espacialização da luta pela terra.....	03
Fluxograma 2 - Da espacialização à territorialização do MST segundo Bernardo Mançano Fernandes (1996).....	72
Fluxograma 3 - O multidimensionamento de uma ocupação de terra, de acordo com Feliciano (2003).....	106
Fluxograma 4 - A atualidade da espacialização da luta pela terra.....	175

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Imagem de satélite da localização do acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	136
Foto 2 - Paiol das galinhas no acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	137
Foto 3 - Chiqueiro de porcos no acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	138

Foto 4 - Horta comunitária no acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	138
Foto 5 - Horta cultivada por uma das famílias acampadas para comercialização no acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	139
Foto 6 - Poço para captação d'água no acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	139
Foto 7 - Biblioteca do acampamento Palmares, município de Araçatuba.....	140
Foto 8 - Imagem de satélite do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	143
Foto 9 - Assembleia na secretaria do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	145
Foto 10 - Acampados consertando seus barracos após uma semana intensa de chuvas no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	148
Foto 11 - Barracos trancados com cadeados e praticamente nenhuma movimentação no acampamento Dorcelina Folador durante a semana, município de Sandovalina.....	148
Foto 12 - Cultivo de hortaliças e flores no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	149
Foto 13 - Criação de galinhas no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	149
Foto 14 - Oficina de pneus no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	150
Foto 15 - Interior de um barraco construído no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	151
Foto 16 - Barracos coletivos na ocupação da Fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	152
Foto 17 - Cozinha montada na Fazenda São Domingos quando ocupada pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina.....	152
Foto 18 - Barracas de camping na ocupação da fazenda São Domingos, município de Sandovalina.....	153
Foto 19 - Grupo de famílias do acampamento Dorcelina Folador na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista.....	154
Foto 20 - Barraco coletivo na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista.....	155

Foto 21 - Barracas para camping na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista.....	155
Foto 22 - Imagem de satélite do acampamento Augusto Boal às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, em frente à Fazenda São José, município de José Bonifácio.....	159
Foto 23 - Imagem de satélite da localização atual do acampamento Augusto Boal, dentro da Fazenda São José, município de José Bonifácio.....	160
Foto 24 - Barracos de um lado e cana-de-açúcar do outro na Fazenda São José, município de José Bonifácio, 2013.....	161
Foto 25 - Hortaliças e criação de galinhas no acampamento Augusto Boal, município de José Bonifácio.....	162
Foto 26 - Imagem de satélite da localização da sede da Fazenda Portal do Paraíso, município de Gália.....	164
Foto 27 - Sede da Fazenda Portal do Paraíso, município de Gália.....	164
Foto 28 - A bandeira e a cerca no acampamento Luiz Beltrame, município de Gália.....	165
Foto 29 - Barraco e início do cultivo da terra no acampamento Luiz Beltrame, município de Gália.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Brasil - Relação população rural e urbana (%) - 1940-2010.....	23
Gráfico 2 - Brasil - Relação entre o número de conflitos no campo e conflitos pela terra - 2003-2012.....	33

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - São Paulo - Organização territorial da luta pela terra - MST - 2013.....	10
Mapa 2 - São Paulo - Acampamentos de luta pela terra - MST - 2012.....	18
Mapa 3 - São Paulo - Ocupações e terra - MST - 1990-2012.....	94
Mapa 4 - São Paulo - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar (hectares) - 1990-2010.....	101
Mapa 5 - Usinas e destilarias de cana-de-açúcar - 2013.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Acampamentos e ocupações de terra analisados a partir da observação participante - 2013.....	19
Quadro 2 - Comparativo entre o Agronegócio e o Campesinato.....	53
Quadro 3 - São Paulo - Movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terra - 1988-2012.....	90
Quadro 4 - Temas dos cadernos de formação do MST.....	92
Quadro 5 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Andradina - 2013.....	132
Quadro 6 - Informações sobre a luta pela terra na regional do Pontal do Paranapanema - 2013.....	141
Quadro 7 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Promissão - 2013.....	157
Quadro 8 - São Paulo - Perfil dos acampados(as) e coordenadores(as)/dirigentes entrevistados(as) - 2013.....	168
Quadro 9 - Comparativo entre as pesquisas de Fernandes (1996), Feliciano (2003) e a atualidade da luta pela terra.....	175

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - São Paulo - Acampamentos de luta pela terra - MST - 2012.....	11
Tabela 2 - São Paulo - Número de acampamentos por movimento socioterritorial e região - 2013.....	12
Tabela 3 - São Paulo - Número de famílias acampadas por movimento socioterritorial e região - 2013.....	12
Tabela 4 - São Paulo - Famílias com moradia efetiva por movimento socioterritorial e região - 2013.....	13
Tabela 5 - Brasil - Estrutura fundiária por classe de área - 1998-2003-2010-2011-2012.....	46
Tabela 6 - Brasil - Estabelecimentos na agropecuária - Unidades - 2006.....	49
Tabela 7 - Brasil - São Paulo - Estabelecimentos por grupo de áreas - 1975.....	58
Tabela 8 - São Paulo - Número de ocupações de terra organizadas pelo MST por mês - 2000-2012.....	127
Tabela 9 - Brasil - Número de empregos formais - 1985-2011.....	171

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BID** - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAIC** - Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEDEM** - Centro de Documentação e Memória da UNESP
- CESP** - Companhia Energética de São Paulo
- CONCRAB** - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrário do Brasil
- CONAB** - Companhia Nacional de Abastecimento
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DATALUTA** - Banco de Dados da Luta pela Terra
- ENGA** - Encontro Nacional de Geografia Agrária
- ENANPEGE** - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
- FERAESP** - Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
- FETAESP** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
- FGV** - Fundação Getúlio Vargas
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IHU** - Instituto Humanitas Unisinos
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ITESP** - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
- MAPA** - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MAST** - Movimento dos Agricultores Sem Terra
- MDS** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- MLST** - Movimento de Libertação dos Sem Terra
- MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego
- MRL** - Movimento Resistência e Luta
- MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MST da BASE** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base
- MTP** - Movimento Terra e Progresso
- MTST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OAN - Ouvidoria Agrária Nacional

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAC - Programa de Consolidação e Emancipação (Autossuficiência) de Assentamentos Resultantes de Reforma Agrária

PMDB - Partido Movimento Democrático Brasileiro

PNDU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

PROALCOOL - Programa Nacional do Alcool

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SINTRAF - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

SINGA - Simpósio Internacional e Nacional de Geografia Agrária

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SCA - Sistema Cooperativista dos Assentamentos

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar

UNITERRA - União dos Movimentos Sociais pela Terra e Fome Zero

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	04
CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO, PROTO-CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA	21
1.1. Refletir é (im)preciso!.....	21
1.2. As abordagens teórico-metodológicas clássicas.....	34
1.3. O desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista na agricultura.....	41
1.4. A concepção de conflitualidade da questão agrária.....	50
CAPÍTULO 2 - ESTUDO DA FORMAÇÃO E ESPACIALIZÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE MULTIDIMENSIONAMENTO DO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	56
2.1. A modernização da agricultura e a (des)territorialização do campesinato.....	56
2.2. A formação do MST a partir do processo de multidimensionamento do espaço de socialização política.....	59
2.3. A formação e espacialização do MST no estado de São Paulo.....	77
CAPÍTULO 3 - ESTUDO DA MASSIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE SOBREPOSIÇÃO DO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	97
3.1. A ascensão do agronegócio canavieiro como modelo de desenvolvimento territorial rural.....	97
3.2. A massificação do MST a partir do processo de sobreposição do espaço de socialização política.....	104
3.3. A massificação e espacialização do MST no estado de São Paulo.....	109
CAPÍTULO 4 - ESTUDO DA ATUALIDADE DA ESPACIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PRECÁRIOS	117
4.1. A organização territorial e espacial da luta pela terra no estado de São Paulo.....	117
4.1.1. A luta pela terra na regional de Andradina.....	132
4.1.1.1. O acampamento Palmares.....	135
4.1.2. A luta pela terra na regional do Pontal do Paranapanema.....	141
4.1.2.1. O acampamento Dorcelina Folador.....	143

4.1.2.2. A ocupação da fazenda São Domingos.....	150
4.1.2.3. A ocupação da fazenda Nazaré.....	154
4.1.3. A luta pela terra na regional de Promissão.....	156
4.1.3.1. O acampamento Augusto Boal.....	158
4.1.3.2. O acampamento Luiz Beltrame.....	163
4.2. Os sujeitos e as trajetórias da luta pela terra.....	166
4.3. Ocupações de terra e acampamentos: a constituição de espaços de socialização política precários.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	180
ANEXOS.....	189

INTRODUÇÃO

A luta pela terra no Brasil pode ser interpretada como uma questão histórico-estrutural intrínseca aos processos de formação do território nacional e de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e, mais recentemente, na cidade. De acordo com Morissawa (2001), os conflitos por terra que eclodiram em diferentes regiões do país entre os anos de 1888 (abolição da escravidão) e 1964 (ditadura militar) podem ser classificados em três tipos e/ou etapas: a) lutas messiânicas (1888-1930) - Guerra de Canudos (1893-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) -; b) lutas radicais, localizadas e espontâneas (1930-1954) - os conflitos dos posseiros da rodovia Rio-Bahia na década de 1940, conflitos no sudoeste do estado do Maranhão, no Rio de Janeiro e em São Paulo e a revolta de Trombas e Formoso (1950-1957) -; e, por fim, c) lutas organizadas, com caráter ideológico e em escala nacional (1950-1964) - constituição da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

Com a instituição da ditadura militar, os movimentos camponeses, bem como qualquer forma de organização da sociedade civil, foram brutalmente reprimidos e, somente no final da década de 1970 e início da década de 1980, é que os conflitos por terra retornam ao cenário político brasileiro. Em 1984, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, no município de Cascavel, estado do Paraná, os enfrentamentos por terra adquiriram novas características - formas e conteúdos -, como a ascensão da ocupação da terra, seguida da formação do acampamento, como a principal forma de se lutar por terra no país. Podemos afirmar que, o MST inaugura uma nova etapa no processo histórico de luta pela terra: a político-geográfica.

Ao longo dos seus trinta anos de existência, o MST se transformou em um dos movimentos socioterritoriais² mais expressivos politicamente e, também, territorialmente do Brasil e o segundo movimento camponês mais longo da nossa história³. Desde a sua formação, o MST contribuiu com a (re)criação ou (re)territorialização de mais de 350 mil famílias camponesas, com a conquista de mais de 400 associações de cooperativas de

¹ O MST nasceu no âmbito do 1º Encontro Nacional dos Sem Terras, que ocorreu no Centro Diocesano de Formação do município de Cascavel, estado do Paraná, com a presença de representantes de 12 estados nos quais o MST estava em processo de gestação - Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo.

² Desde meados da década de 1990 até o ano de 2011, 114 movimentos socioterritoriais atuaram no campo, conforme o Relatório DATALUTA Brasil (2012). Para saber mais ver Dalperio (2013).

³ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pode ser caracterizada como o primeiro movimento camponês.

produção agropecuária, com a implantação de 96 agroindústrias, com a criação de 100 cursos de graduação e, recentemente, de pós-graduação para camponeses assentados, além de organizar na contemporaneidade aproximadamente 90 mil famílias acampadas em todo o território nacional⁴.

Entre os anos de 2012 e 2013, no estado de São Paulo, recorte territorial desta pesquisa, o MST organizava 28 acampamentos⁵ e, aproximadamente, 1.200 famílias sem-terra, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Setor de Comunicação do MST e levantadas aos longos dos trabalhos de campo. Embora o número de acampamentos seja bastante expressivo, o número de famílias acampadas é um dos menores desde o processo de gênese do Movimento⁶ no estado.

Em virtude da magnitude adquirida pelo MST, sobretudo na década de 1990, período em que o Movimento organizou significativas ocupações de terra, acampamentos e manifestações e dos obstáculos experimentados pelo Movimento, principalmente nesta última década, no que se refere a organização da luta pela terra, a presente pesquisa teve como objetivo principal compreender por meio de um estudo analítico-comparativo o processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos - final da década de 1980 e início da década de 1990; final da década de 1990 e início da década de 2000 e, principalmente, entre os anos de 2012 e 2013. Em outras palavras, compreender como era/é a organização territorial e, sobretudo, espacial das ocupações de terra e dos acampamentos e quais eram/são as estratégias de enfrentamento e resistência desenvolvidas pelo MST nas décadas de 1990, 2000 e na atualidade.

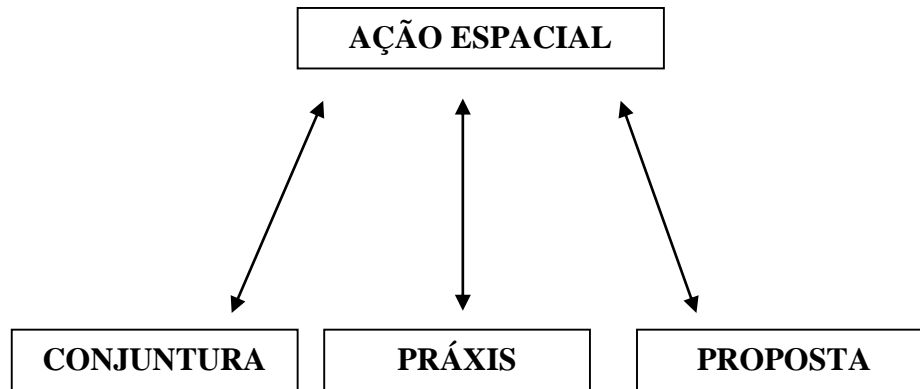
Para abordarmos o processo de espacialização do MST em diferentes contextos histórico-geográficos, elencamos três fatores que influenciaram e ainda influenciam diretamente esse processo: a) conjuntura agrária, b) práxis ou experiências de enfrentamento e resistência e c) propostas políticas do MST (ver fluxograma 1).

⁴ A região que concentra o maior número de acampamentos de luta pela terra e famílias mobilizadas é a Nordeste, na qual está localizado um dos maiores acampamentos do país, denominado Edvan Pinto. O acampamento está localizado no município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15456>>. Acesso em dezembro de 2013.

⁵ É importante ressaltarmos que, normalmente, existem dois tipos de acampamentos de luta pela terra, aqueles formados após a ocupação de um imóvel rural e aqueles formadas na beira da estrada com o objetivo de ocupar uma determinada porção de terra. Todavia, veremos ao longo deste trabalho que existem outros tipos de acampamentos.

⁶ Sempre que nos referirmos ao MST, a primeira letra da sentença “movimento” será maiúscula.

Fluxograma 1 - Fatores que influenciam no processo de espacialização da luta pela terra



Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

As principais referências teóricas para a compreensão da espacialização do MST são as pesquisas desenvolvidas por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). De acordo com Fernandes (1996), a espacialização do MST ocorreu por meio do multidimensionamento do espaço de socialização política em espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. No âmbito dos espaços comunicativo e interativo as famílias sem-terra difundiam suas experiências de vida e se organizavam politicamente. No espaço de luta e resistência, as famílias sem-terra materializavam a luta pelo acesso a terra ou, mais precisamente pelo território, por meio da ocupação da terra e formação do acampamento. O processo de espacialização consiste, portanto, em registrar no espaço social um processo de enfrentamento político. Esse método de luta pela terra surgiu em um contexto histórico-geográfico bastante específico: o de modernização da agricultura e, conseqüentemente, territorialização, desterritorialização e reterritorialização do campesinato.

De acordo com Feliciano (2003), na década de 1990, com a massificação do MST e, conseqüentemente, das ocupações de terra e acampamentos, novas estratégias de enfrentamento e resistência foram criadas, como por exemplo, a sobreposição dos espaços de socialização política, ou seja, a sobreposição dos espaços comunicativo e interativo ao espaço de luta e resistência - o acampamento -. Ao organizar apenas um espaço de socialização política, o Movimento prejudicou, de certa forma, a organização e a formação política das famílias sem-terra. Na atualidade, partimos da hipótese de que, além da sobreposição dos espaços comunicativo e interativo ao espaço de luta e resistência, recentemente, os acampamentos se transformaram em espaços de socialização política precários, nos quais as relações socioespaciais e, conseqüentemente, a organização e formação política das famílias acampadas são esporádicas.

Estruturamos a presente pesquisa em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos reflexões teórico-metodológicas a respeito dos processos de (re)criação do campesinato no modo capitalista de produção, destacando a concepção de conflitualidade desenvolvida por Fernandes (2008), para compreender a questão agrária e, conseqüentemente, a espacialização do MST no estado de São Paulo. No segundo capítulo, compreendemos o contexto histórico-geográfico no qual ocorreu a gestação do MST; a leitura geográfica elaborada por Fernandes (1996) sobre o processo de espacialização do MST entre as décadas de 1980 e 1990; e, por fim, os principais conflitos por terra protagonizados pelo Movimento no estado de São Paulo no contexto histórico-geográfico analisado por Fernandes (1996).

No terceiro capítulo, analisamos o contexto histórico-geográfico em que ocorreu a massificação da espacialização do MST no estado; a proposta desenvolvida por Feliciano (2003) a respeito da geografia da luta pela terra; e, ainda, as principais ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST nesse período. No quarto e último capítulo, estudamos a organização territorial e espacial do MST a partir do caso das regionais de lutas de Andradina, Pontal do Paranapanema e Promissão; compreendemos quem são os sujeitos que lutam por terra – campesinato e/ou proto-campesinato⁷ - e quais são as respectivas trajetórias de vida; construímos, também, uma interpretação sobre a atualidade da espacialização do MST a partir das concepções de: espaços fixos, espaços móveis, espaços de socialização política precários, regionais de lutas, circuito de lutas e ocupações limítrofes.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Enquanto construímos esta pesquisa, famílias camponesas ou proto-camponesas, normalmente denominadas sem-terra⁸ erguem barracos de lona e de madeira de bambu ou, ainda, montam barracas de camping em ocupações de terra ou em acampamentos na beira das estradas, próximos, na maioria das vezes, aos imóveis rurais reivindicados pelo MST; regressam a suas casas ou a de familiares localizadas nos municípios limítrofes ao

⁷ Este conceito é utilizado por Armando Bartra (2013) em seu livro “Os novos camponeses” e será definido no capítulo I deste trabalho. De antemão, consideramos que proto-camponeses são sujeitos que já possuíram algum vínculo com a terra, ou seja, que em algum momentos de suas vidas foram camponeses ou, ainda, sujeitos que apesar de nunca terem sido camponeses, alimentam o desejo de conquistar um pedaço de terra.

⁸ Para alguns autores, como Belo e Pedlowisk (2014) o termo “sem-terra” é utilizado para referenciar uma identidade social construída ao longo do processo de luta pela terra.

acampamento; migram de um acampamento para o outro com a finalidade de driblar as dificuldades de locomoção até a cidade ou o tempo de espera na conquista de um projeto de assentamento rural; abandonam os acampamentos e desistem da luta pela terra enquanto outras famílias retornam aos acampamentos, reerguem seus barracos e anseiam, mais uma vez, conquistar um pedaço de terra. Apesar de breve, o panorama apresentado reflete uma das principais características dos espaços de luta pela terra no estado de São Paulo na contemporaneidade: o desencontro.

Levando em consideração a complexidade do cenário exposto no parágrafo anterior, estruturamos a pesquisa em questão a partir de quatro alicerces que, apesar de apresentados separadamente neste tópico, dialogam constantemente ao longo do texto, que são: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; c) pesquisa estatística e, por fim, d) pesquisa empírica. No que se refere à pesquisa bibliográfica, priorizamos, sobretudo, os temas: a) questão agrária; b) campesinato e proto-campesinato; c) luta pela terra; d) MST. Para compreender os temas em questão, consultamos: a) Portal Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); b) Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP); c) Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), do VI Simpósio Internacional e VII Nacional de Geografia Agrária (SINGA) e do X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE)⁹.

No decorrer do levantamento bibliográfico, notamos que as pesquisas sobre o processo de espacialização do MST ou sobre a luta pela terra diminuíram significativamente na Ciência Geográfica nesta última década. Os trabalhos mais expressivos sobre esse tema, ou seja, aqueles que procuraram compreender o processo de organização espacial e territorial da luta pela terra são da década de 1990 e início da década de 2000. Grande parte das pesquisas analisadas cita a luta pela terra, mas objetivam, na verdade, compreender a luta camponesa que se desenvolve após o acesso a terra ou, mais especificamente, no território. Um exemplo disso são as pesquisas apresentadas por meio de artigos em eventos científicos. Em 2013, no VI/VII SINGA, um dos principais encontros internacionais e nacionais de geografia agrária, por exemplo, aproximadamente 70 artigos tinham como tema central “movimentos sociais e luta pela terra”, enquanto cerca de 150 artigos tinham como eixo primordial a temática

⁹ Escolhemos os eventos científicos citados devido à sua relevância na divulgação de pesquisas acadêmicas em escala internacional e nacional e, ainda, por contemplarem o diálogo entre diferentes concepções teórico-metodológicas a respeito da questão agrária e da luta pela terra no Brasil.

“assentamentos rurais e reforma agrária” e em torno de 200 trabalhos discorriam sobre “Estado, políticas públicas e desenvolvimento territorial”.

Quanto à pesquisa documental, imprescindível para a compreensão do processo de luta pela terra em diferentes contextos histórico-geográficos, estipulamos as seguintes temáticas: a) agronegócio; b) luta pela terra; c) políticas públicas; d) mercado de trabalho formal. A partir destas, examinamos documentos e/ou relatórios produzidos pelo: a) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); b) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); c) MST¹⁰; d) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e) Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); f) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU). Já a pesquisa estatística teve como fundamento os tópicos: a) agronegócio; b) luta pela terra; c) estrutura fundiária; d) mercado de trabalho formal; e) salário mínimo, investigados por meio das fontes: a) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); b) União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA); c) Projeto CANASAT; d) Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA); e) Comissão Pastoral da Terra (CPT); f) Fundação Instituição de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); g) Censo Agropecuário 2006; h) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Apesar de substancial para a construção desta pesquisa, os levantamentos bibliográfico, documental e estatístico são exíguos para a compreensão do nosso objeto de estudo. Caso nos baseássemos apenas nas informações bibliográficas, documentais e, sobretudo, estatísticas a respeito da luta pela terra afirmaríamos, por exemplo, que o número de ocupações de terra e de acampamentos está em descenso, o que não deixa de ser verdade. Todavia, existe uma gama de situações no estado de São Paulo que ultrapassam a frívola interpretação de que a luta pela terra está fadada a cessar, como o caso dos acampamentos formados na beira das estradas que nunca ocuparam a propriedade rural reivindicada. Mesmo assim, as famílias desses acampamentos participam das ocupações de terra em outras áreas e das manifestações por terra ou reforma agrária. Além disso, existem acampamentos localizados em rodovias ou em assentamentos rurais que se quer encontraram uma propriedade rural, seja ela pública ou que não cumpra com a função social da terra, de acordo com o artigo 186 da Constituição Federal de 1988¹¹, para pleitear.

¹⁰ Cadernos de formação disponíveis no *site* do Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM)

¹¹ Artigo 186 - A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

Concluiríamos, também, que o MST está com dificuldades organizacionais, visto que o número de ocupações de terra e acampamentos organizados pelo movimento socioterritorial têm diminuído, bem como o número de famílias acampadas no estado de São Paulo. Poderíamos afirmar, inclusive, que não existe demanda social por terra, que as famílias que optam pela luta pela terra são aquelas que não possuem outra opção no momento e que quando contempladas com algum programa social desistem do acampamento e retornam à cidade¹² ou, ainda, que de acordo com o número de projetos de assentamentos rurais implantados nestes últimos três anos e com a expansão territorial do agronegócio canavieiro sobre terras públicas e improdutivas, não existem terras passíveis de reforma agrária no estado. Entretanto, somente em São Paulo, o MST reivindica aproximadamente 20 propriedades rurais e os processos de desapropriação estão praticamente inertes devido à morosidade do Poder Judiciário.

Dentre as inúmeras interpretações existentes acerca do descenso da luta pela terra travada pelo MST, destacamos algumas, como as recentes reportagens veiculadas pela revista *IstoÉ* que desqualificam a performance do MST e, ainda, pregam o seu fim. Com os títulos jornalísticos “Um MST que não põe medo”, “O ocaso do MST” e “O fim do MST”, a revista em questão argumenta que em decorrência do aumento da renda média familiar, disseminação de programas sociais e aumento do número de empregos formais, a luta pela terra refluíu e se transformou em uma atividade de fim de semana. Em outras palavras, que o MST deixou de atrair os socialmente excluídos que em tempos remotos impulsionavam as ocupações de terra e abarrotavam os acampamentos. A revista afirma, por fim, que o MST possui apenas 9 acampamentos de luta pela terra em todo o território nacional, informação extremamente insatisfatória, uma vez que existem mais de 100 mil famílias acampadas no país¹³.

No âmbito acadêmico, o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2011), argumentou que, apesar dos conflitos por terra terem aumentado significativamente no ano de 2010, devido à política de contrarreforma agrária implantada pelo governo Luiz Inácio *Lula* da Silva, os números de ocupações de terra e de acampamentos diminuíram sobremodo em virtude das alterações políticas propostas pelo MST em seu 5º Congresso Nacional, realizado

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

¹² Argumento que, em partes, não condiz com a complexidade da luta pela terra no Brasil, visto que, a região Nordeste concentra o maior número de famílias acampadas e, contraditoriamente, de famílias contempladas com programas sociais.

¹³ É importante ressaltar que a revista *IstoÉ* não compreendeu a metodologia utilizada pela CPT, fonte de dados utilizada nas reportagens citadas, em relação ao número de acampamentos de luta pela terra no Brasil (ou não quis entender!). A CPT registra apenas o ato de acampar, ou seja, os novos acampamentos estruturados ano a ano. A revista, portanto, não contabilizou os acampamentos já existentes.

em 2005. Neste episódio, o MST legitimou diretrizes que modificaram, de certa forma, sua atuação espacial e territorial, como a conversão da luta pelo acesso a terra em uma luta contra o capital internacional, a concepção de que uma reforma agrária sem a desconcentração da propriedade da terra também é viável e a compreensão de que os movimentos socioterritoriais em geral e os sindicatos estão vivenciando desde a implantação do neoliberalismo no Brasil na década de 1990 um período de refluxo político¹⁴.

Enfim, o autor concluiu que os sem-terra perderam, pela primeira vez depois de quase trinta anos de história, o protagonismo da luta pela terra no Brasil para os posseiros, também conhecidos regionalmente como ribeirinhos, seringueiros, pescadores, geraizeiros, castanheiros, vazanteiros, fecho e fundo de pasto, que atuam, principalmente, na região da Amazônia Legal, área que engloba os estados que pertencem à Bacia Amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso e Maranhão). Isto é, que o MST abdicou, de certa forma, da luta pela terra não só no estado de São Paulo, mas em outros estados e regiões do Brasil.

Apesar de extremamente relevante para a compreensão da luta pela terra travada por camponeses posseiros na região Norte, não concordamos com as arguições construídas por Oliveira (2011) a respeito do MST, pois estas não revelam a complexidade pela qual perpassa o processo de espacialização do Movimento em um contexto ímpar, tanto no campo como na cidade. Na verdade, o MST está construindo novas estratégias políticas e espaciais com o objetivo de questionar o impetuoso avanço territorial do agronegócio não só no campo paulista, mas em todo país.

No estado de São Paulo, praticamente todas as propriedades rurais reivindicadas pelo MST produzem cana-de-açúcar, principalmente aquelas localizadas em regiões onde o Movimento possui maior organização política, social e espacial como nas regiões do Pontal do Paranapanema, Andradina, Promissão e Iaras. Ou seja, o agronegócio canavieiro está avançando sobre as áreas em que o MST concentra os maiores números de acampamentos e assentamentos rurais. Dessa forma, conforme entrevista cedida pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes ao Instituto Humanitas Unisinos (IHU)¹⁵, o MST não está em crise, mas sim, a agricultura camponesa mundial, devido à ascensão do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento hegemônico.

¹⁴ Op. Cit.

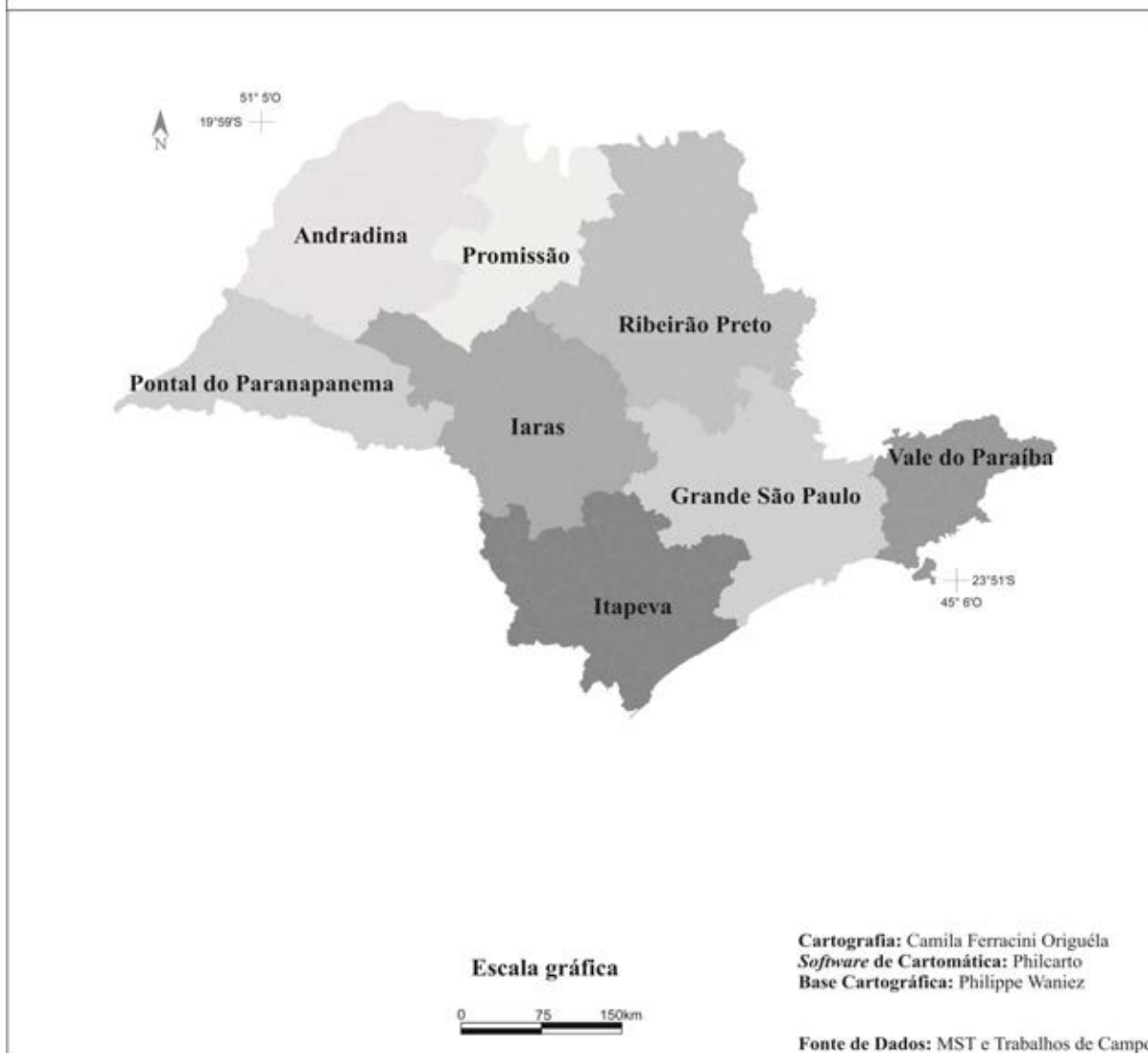
¹⁵ Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/42460-o-mst-nao-esta-em-crise-mas-sim-os-pequenos-agricultores-entrevista-especial-com-bernardo-mancano-fernandes>>. Acesso em dezembro de 2013.

Com o objetivo de compreender esses processos optamos, também, pela pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas e observação participante, ambas realizadas ao longo de trabalhos de campo em acampamentos, ocupações de terra e reuniões regionais organizadas pelo MST em diferentes porções do estado. Os trabalhos de campo, por sua vez, foram estruturados a partir de seis etapas: a) elaboração das entrevistas; b) submissão das entrevistas ao Comitê de Ética¹⁶ em pesquisa da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente; c) levantamento do número de acampamentos e localização destes; d) seleção dos acampamentos para trabalhos de campo; e) trabalhos de campo em ocupações de terra, acampamentos e reuniões regionais do MST; f) transcrição das entrevistas realizadas, codificação e análise e, ainda, apreciação das anotações em diário de campo.

Antes de refletirmos acerca do processo de construção e aplicação das entrevistas semi-estruturadas, faz-se necessário compreender a lógica territorial da atuação do MST no estado e, sobretudo, as dificuldades em sistematizar informações sobre ocupações de terra e, principalmente, acampamentos de luta pela terra lembrando que esses espaços são mediados pelo desencontro. No estado de São Paulo, o MST se espacializa através de regionais de lutas - pela terra e na terra (ver mapa 1).

¹⁶ As entrevistas foram aprovadas pelo Comitê de Ética em pesquisa da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente. Após o resultado, demos início às entrevistas.

Mapa 1 - São Paulo - Organização territorial da luta pela terra - MST - 2013



É a partir das regionais de lutas do MST que arquitetamos a pesquisa empírica, procurando compreender a organização estadual, regional e local do Movimento no que se refere ao processo de espacialização. Optamos pela realização de trabalhos de campo em apenas 3 das 6 regionais do MST, Andradina, Pontal do Paranapanema e Promissão (ver tabela 1)¹⁷. Elegemos essas regionais devido à intensa organização social e política do MST e a existência de um número significativo de acampamentos e famílias acampadas, diferentes, por exemplo, da regional de Ribeirão Preto que possui apenas 1 acampamento e da regional

¹⁷ O quadro 1 está idêntico às informações cedidas pelo MST. Optamos por apresentá-lo desta forma para que seja possível comparar, ao longo da pesquisa, estes dados com aqueles cedidos pelo ITESP, CPT e aqueles levantados através de trabalhos de campo, com o objetivo de justamente identificar os nuances existentes.

de Campinas que se quer conseguimos identificar a localização e o nome dos acampamentos existentes.

Tabela 1 - São Paulo - Acampamentos de luta pela terra - MST – 2012

Regional	Município	Acampamento	Famílias	Total	Mobilizadas¹⁸
Andradina	Castilho	José Martín	80	530	119
	Guaraci	José Hamilton	21		
	Mirandópolis	Egídio Bruneto	25		
	Rubiácea	Rosa	45		
	Araçatuba	Palmares II	70		
	Araçaí	Novo Horizonte	40		
	Ponte Linda	Paulo Freire	25		
	Sud Menucci	Irmã Dorothy	35		
	Mirandópolis	Conquista da	30		
	Barretos	José Ribamar	50		
	Itapura	M. Cristina	10		
	Aparecida do	Padre Josino	35		
Mirandópolis	Ernesto Che	50			
Grande São Paulo	Acampamento	Campinas	-	-	-
	Acampamento	Campinas	-		
Iaras	Agudos	Oziel Teixeira	30	90	45
	Agudos	Rosa	66		
	Iaras	Maria Cícera	36		
	Iaras	Esperança	24		
Pontal do Paranapanema	Marabá	Irmã Gorete	113	284	150
	Sandovalina	Dorcelina	117		
	Indiana	Irmã Dorothy	54		
Promissão	Altair	Egídio Bruneto	35	170	100
	José	São Jorge	10		
	Barbosa	Argentina Maria	45		
	Promissão	Augusto Boal	20		
	Gália	Luiz Beltrame	60		
Ribeirão Preto	Serrana	Alexandra	120	120	-

Fonte: Setor de Comunicação do MST, 2012.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

¹⁸ Conforme o MST, famílias mobilizadas indica o número de famílias que moram nos acampamentos de luta pela terra, diferente das famílias que retornam apenas aos fins de semana para participarem das reuniões e assembleias ou, ainda, aquelas que apenas participam das ações do Movimento, como ocupações de terra e manifestações. Podemos observar que há uma significativa diferença entre o número de famílias total e aquelas mobilizadas, que são, em algumas regionais, menos que a metade do total.

Observamos que as informações cedidas pelo Movimento se distinguem daquelas organizadas pelo ITESP¹⁹ (ver tabelas 2, 3 e 4)²⁰ e ambas diferem das informações levantadas durante os trabalhos de campo, que serão apresentadas no último capítulo.

Tabela 2 - São Paulo - Número de acampamentos por movimento socioterritorial e região - 2013

Movimento Socioterritorial	Região							
	Leste	Sudeste	Sul	Sudoeste	Oeste	Noroeste	Norte	Sede
////////								
AATR	-	-	-	-	1	1	-	-
Branca -	-	-	-	-	2	2	-	-
CUT	1	-	-	-	-	6	-	-
FAF	1	-	-	1	-	1	-	-
FERAESP	-	-	-	-	-	1	3	-
INDEP -	2	-	-	2	4	9	1	-
MAST	-	-	-	-	8	-	-	-
MLST	-	-	-	-	1	-	-	-
MRL	-	-	-	1	0	-	-	-
MST	-	-	-	2	8	35	3	-
MST da Base	-	-	-	-	13	3	-	-
MTP	-	-	-	-	1	-	-	-
MTST	-	-	-	-	6	-	-	-
Paz na Terra	-	-	-	1	-	-	-	-
SER	-	-	-	0	-	6	-	-
SINTRAF	-	-	-	-	-	3	-	-
UNITERRA	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	4	-	-	7	45	67	7	-

Fonte: ITESP, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Tabela 3 - São Paulo - Número de famílias acampadas por movimento socioterritorial e região – 2013

Movimento Socioterritorial	Regiões								Total
	Leste	Sudeste	Sul	Sudoeste	Oeste	Noroeste	Norte	Sede	
I									
AATR	-	-	-	-	40	75	-	-	115
Branca -	-	-	-	-	47	79	-	-	126
CUT	200	-	-	-	-	167	-	-	367
FAF	200	-	-	10	-	50	-	-	260
FERAESP	-	-	-	-	-	110	255	-	365
INDEP -	144	-	-	27	186	633	15	-	1005

¹⁹ Apesar dos dados fornecidos pelo MST serem de 2012 e do ITESP de 2013, por meio dos trabalhos de campo realizados em 2013 é possível notar certa discrepância entre os dados, conforme veremos no decorrer do trabalho.

²⁰ Estes dados serão mais bem analisados ao longo da pesquisa.

MAST	-	-	-	-	257	-	-	-	257
MLST	-	-	-	-	55	-	-	-	55
MRL	-	-	-	71	-	-	-	-	71
MST	-	-	-	91	657	2.325	127	-	3200
MST da Base	-	-	-	-	2.309	-	-	-	2309
MTP	-	-	-	-	55	-	-	-	55
MTST	-	-	-	-	329	-	-	-	329
Paz na Terra	-	-	-	43	-	-	-	-	43
SER	-	-	-	-	-	190	-	-	190
SINTRAF	-	-	-	-	-	70	-	-	70
UNITERRA	-	-	-	-	21	-	-	-	21

Fonte: ITESP, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Tabela 4 - São Paulo - Número de famílias com moradia efetiva por movimento socioterritorial e região - 2013

Movimento Socioterritorial	Regionais								Total
	Leste	Sudeste	Sul	Sudoeste	Oeste	Noroeste	Norte	Sed	
AATR	-	-	-	-	-	5	-	-	5
Branca -	-	-	-	-	13	5	-	-	18
CUT	139	-	-	-	-	35	-	-	174
FAF	139	-	-	10	-	10	-	-	159
FERAESP	-	-	-	-	-	106	208	-	314
INDEP -	40	-	-	24	35	95	12	-	206
MAST	-	-	-	-	93	-	-	-	93
MLST	-	-	-	-	15	-	-	-	15
MRL	-	-	-	71	-	-	-	-	71
MST	-	-	-	91	302	836	117	-	1346
MST da Base	-	-	-	-	540	30	-	-	570
MTP	-	-	-	-	5	-	-	-	5
MTST	-	-	-	-	59	-	-	-	59
Paz na Terra	-	-	-	43	-	-	-	-	43
SER	-	-	-	-	-	89	-	-	89
SINTRAF	-	-	-	-	-	13	-	-	13
UNITERRA	-	-	-	-	1	-	-	-	1

Fonte: ITESP, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Comparando as tabelas 1, 2, 3 e 4, podemos observar que, conforme o Setor de Comunicação do MST há 28 acampamentos de luta pela terra no estado com um total de

1.194 famílias sem-terra, sendo que dessas apenas 414 famílias estão mobilizadas, ou seja, habitam os acampamentos ou frequentemente participam desses espaços, diferente das famílias que retornam aos fins de semana para participarem das reuniões e assembleias ou, ainda, aquelas que apenas participam das ações do Movimento, como ocupações de terra e manifestações. Já de acordo com o ITESP, existem 48 acampamentos organizados pelo MST composto por 3.200 famílias, das quais 1.346 possuem moradia efetiva, praticamente o dobro dos números apresentados pelo MST.

Acreditamos que existem três explicações sobre a discrepância entre os dados organizados pelo MST e pelo ITESP: a) os dados compartilhados pelo ITESP estão desatualizados em relação aos dados do Movimento; b) a sistematização das informações apresentadas pelo ITESP não teve como pressuposto trabalhos de campo ou acompanhamento diário e efetivo desses espaços; c) a formação de acampamentos é um processo extremamente fugaz e, em aproximadamente um ano, os números praticamente dobraram, mesmo em uma conjuntura de descenso, argumento duvidoso, visto que de acordo com a pesquisa empírica realizada ao longo de 2013, os dados que mais se aproximam da realidade são os do próprio MST.

Elegemos como procedimentos metodológicos para o levantamento de informações empíricas a entrevista semi-estruturada²¹, que conforme Thompson (1992) é o principal instrumento metodológico da história oral²², e a observação participante. Acreditamos que a compreensão de alguns objetos de estudo requer a utilização de mais de uma técnica metodológica. A técnica da entrevista na pesquisa social pode ser definida, segundo Colognese e Mélo (1998, p. 143), “como um processo de interação social, no qual o entrevistador tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistado”. As entrevistas são, normalmente, previstas e formuladas com antecedência a partir de um roteiro, que pode ser redefinido de acordo com o perfil e as respostas de cada entrevistado, contribuindo dessa forma com a elucidação de questões ou recomposição do contexto²³.

²¹ A entrevista pode ser interpretada enquanto uma relação social entre pessoas, entrevistador e entrevistado, que tem como premissa a cooperação, confiança e respeito entre ambos (THOMPSON, 1992).

²² Conforme os pressupostos de Thompson (1992), a história oral permite o resgate da memória e as lembranças de um indivíduo também pode ser a de muitos, evidenciando um fato coletivo. Acreditamos que, quando se trata do relato das histórias de vida, há questões que são únicas ao entrevistado, mas que de modo geral são compartilhadas por vários deles, como por exemplo, a migração. E são, justamente, estes elementos que nos permitem construir interpretações sobre o objeto de estudo a partir das entrevistas coletadas.

²³ Op. Cit.

Elaboramos, *a priori*, dois tipos de entrevistas²⁴ semi-estruturadas²⁵ - que podem ser consultadas no item “anexos” deste trabalho - construídas conforme os pressupostos de Thompson (1998)²⁶. O primeiro tipo de entrevista foi aplicado aos coordenadores do MST no estado e, também, a sujeitos que contribuem com a luta pela terra no estado²⁷. Formulamos questões sobre: a) trajetória de vida; b) quando e como foi o primeiro contato com a luta pela terra e o MST; c) se já foi acampado, por quanto tempo e se está assentado; d) como ocorreu a constituição da regional de lutas que coordena; e) quais foram e são os principais conflitos por terra da regional de lutas que coordena; f) quais as semelhanças e diferenças entre os acampamentos que participou e os acampamentos que coordena; g) quais as semelhanças e diferenças entre as famílias acampadas em períodos pretéritos e atualmente; h) como são organizadas as ocupações de terra e os acampamentos; entre outros questionamentos que forma surgindo ao longo das entrevistas.

As entrevistas com os coordenadores do MST foram fundamentais para a pesquisa, pois eles contribuíram com a apreensão da espacialização do MST em diferentes contextos histórico-geográficos e em diferentes regiões do estado de São Paulo.

O segundo tipo foi aplicado às famílias que compõem as ocupações de terra e os acampamentos do MST. Momento de extrema importância, todavia conturbado, devido a algumas dificuldades como encontrar as famílias nos acampamentos e obter tempo e local adequados para as entrevistas, lembrando que a maior parte das famílias frequenta os

²⁴ As entrevistas foram submetidas ao Comitê de Ética em Pesquisa da FCT/UNESP Campus de Presidente Prudente no mês de outubro de 2012 e aprovadas no mês de dezembro do mesmo ano. Deste modo, as entrevistas poderão ser citadas ao longo do texto sem que haja problemas ou prejuízos aos entrevistados, visto que todos eles concordaram com a concessão da mesma e ainda assinaram o Termo de Consentimento Esclarecido, no qual constam informações a respeito da pesquisa, assinatura da pesquisadora responsável e orientador.

²⁵ Ambas as entrevistas eram compostas por um pequeno questionário socioeconômico que será apresentado ao longo deste trabalho.

²⁶ Conforme este autor é importante que o entrevistador recolha informações a respeito do seu objeto de estudo e a partir destas construa o roteiro de entrevista, bem como procurar estudar os termos utilizados pelos entrevistados no dia-a-dia ou em relação àquilo que se pretende estudar. Deste modo, devemos nos ater para a relevância das questões e se estas realmente se aplicam aos entrevistados e a sua realidade, com perguntas construídas de maneira simples e de fácil interpretação. O local escolhido para as entrevistas foram, no caso dos coordenadores e dirigentes do MST, nos seus respectivos assentamentos rurais ou prédios utilizados como secretária do MST; no caso das famílias acampadas, nos acampamentos, mais especificamente, nos barracos. Neste momentos, normalmente, estava apenas eu e o entrevistado. Levamos em consideração que a presença de outras pessoas, sejam da própria família, acampados ou militantes do MST poderia inibir a memória e as respostas do entrevistado. Procuramos também não divulgar citações que pudessem prejudicar os entrevistados de alguma forma e também não iremos no decorrer da pesquisa vincular a fala ao nome completo do entrevistado, mas as iniciais do nome e apenas o sobrenome completo. Quando à função do entrevistado no Movimento, distinguiremos coordenadores, dirigentes estaduais, coordenadores de acampamento e famílias acampadas.

²⁷ Os sujeitos entrevistados foram um padre da CPT e um assessor de um deputado estadual que contribui com a organização dos núcleos urbanos de luta pela terra.

acampamentos apenas nos fins de semana, mesmo dia em que participam das reuniões de grupo, assembleias do Movimento e, ainda, organizam os barracos.

Existem acampamentos com lógicas distintas, nos quais as famílias retornam apenas para dormir e participaram das reuniões, que ocorrem mais de uma vez por semana, com o objetivo de discutir a organização do acampamento e das próximas lutas. Nesse caso, as entrevistas foram realizadas com mais cautela, normalmente ao entardecer, quando os acampados retornavam de seus respectivos trabalhos e se dedicavam às atividades do acampamento. Cenário bastante distinto dos acampamentos mediados pelo desencontro.

Os coordenadores do Movimento também reconhecem a dinamicidade existente no processo de espacialização, os fluxos e refluxos construídos em cada ocupação de terra e acampamento. Esses espaços são, simultaneamente, reflexos das experiências de enfrentamentos e resistência construídas no decorrer do processo de espacialização do MST e das propostas de organização do Movimento. Todavia, em alguns casos, esses espaços vão além das propostas do Movimento, pois são compostos por diferentes sujeitos sociais, cada um com as suas histórias de vida e objetivos que, em muitos casos, não coincidem com aqueles idealizados pelos projetos políticos do MST.

Aos acampados questionamos: a) trajetória de vida; b) qual o significado da terra para a família; c) se possuem ou já possuíram algum vínculo com a terra; d) quais as experiências da família na agricultura; e) porque a família optou pela luta pela terra; f) quando e como foi o primeiro contato com a luta pela terra e o MST; g) como foi chegar ao acampamento e participar das atividades e ações do Movimento; h) quais atividades a família desenvolve no acampamento; i) como as famílias se organizam no acampamento e nas ocupações de terra; j) a família participa de todas as atividades realizadas pelo MST; l) em algum momento a família pensou em desistir do acampamento; m) quais são as maiores dificuldades da vida no acampamento; entre outras questões que surgiram no decorrer das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas dentro dos próprios barracos, local onde os entrevistados ficavam desinibidos. Nos barracos procuramos observar a disposição dos móveis e os pertences de cada família entrevistada. As famílias que moram ou que passam a maior parte dos seus nos acampamentos possuem fogão, lavado, jardim, horta, entre outros. Esses detalhes permitem compreender o cotidiano de algumas das famílias acampadas. Além disso, as mediações dos barracos contribuem com a ativação das memórias de lutas dos entrevistados e das dificuldades enfrentadas até o momento. Na maioria dos casos, as entrevistas foram realizadas com apenas um membro da família, o que facilita o diálogo e a

revelação de diferentes fatos²⁸, todavia demonstra que apenas um membro da família participa de fato das lutas.

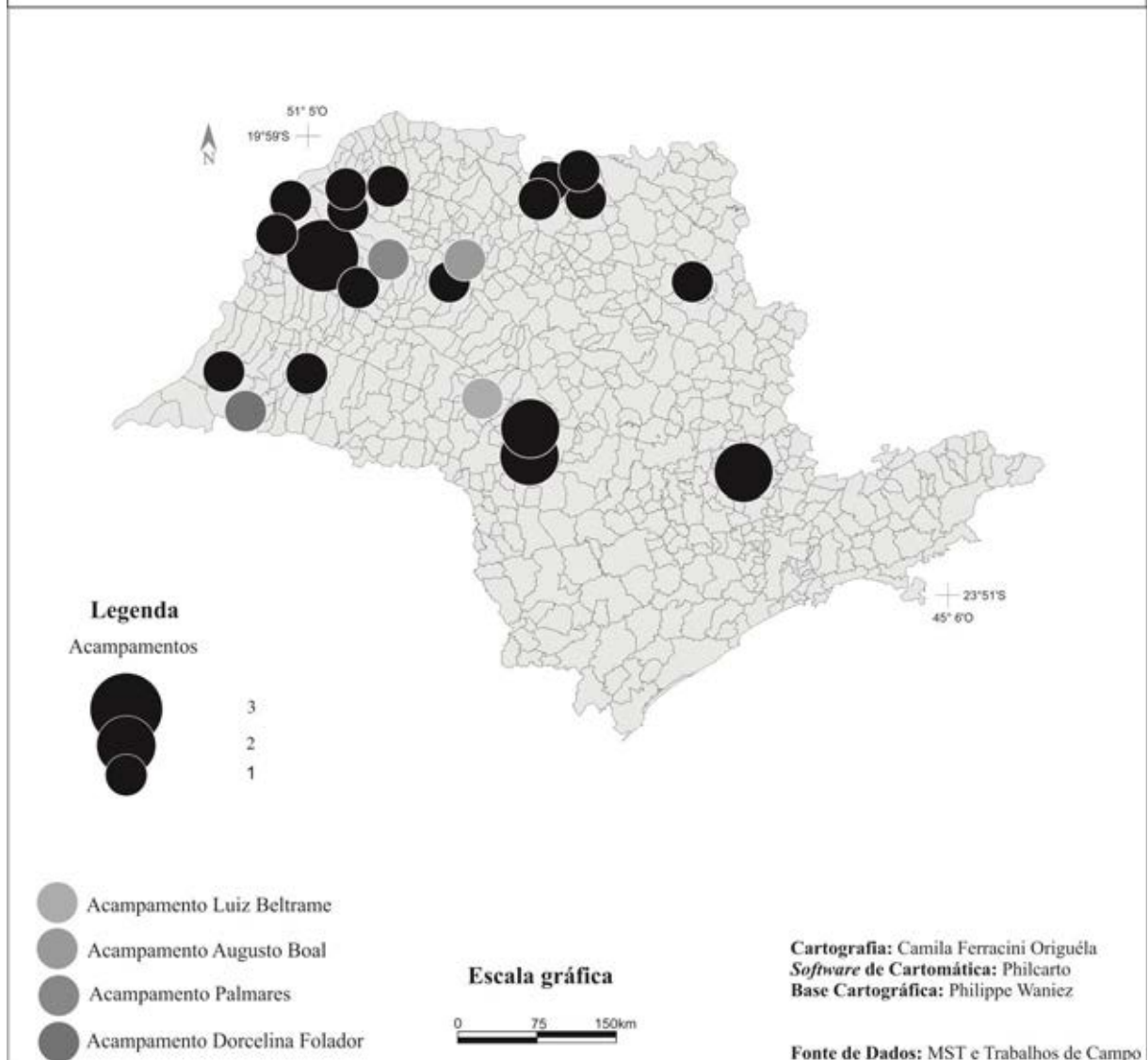
Privilegiamos ao longo das entrevistas as famílias que estivessem dispostas a participar da pesquisa, as famílias que moravam nos acampamentos e aquelas que iam apenas aos fins de semana e famílias com tempos de luta ou acampamento distintos – desde as famílias que estão acampadas a alguns anos até as famílias que chegaram recentemente nos acampamentos²⁹. Esse caminho metodológico possibilitou a apreensão do que é diverso e/ou corriqueiro no processo de espacialização.

Exploramos de três a cinco entrevistas em cada um dos acampamentos selecionados. Apesar da oportunidade, procuramos não estender o número de entrevistas porque seria impossível transcrevê-las e analisá-las em um período curto de tempo e porque a maior parte das respostas apresentadas pelas famílias entrevistadas eram semelhantes, apresentando pequenas variações. Todas as vinte entrevistas realizadas ao longo da pesquisa foram transcritas de acordo com a norma culta da língua portuguesa e catalogadas com o nome do entrevistado, local e data da entrevista. Preservamos a identidade dos entrevistados e citamos apenas se o entrevistado é acampado ou coordenador do MST e a regional onde está acampado ou que coordena. As famílias acampadas entrevistadas compõem os acampamentos destacados no mapa abaixo:

²⁸ “A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como exerce uma sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável [...]” (THOMPSON, 1992, p. 266).

²⁹ De acordo com Thiollet (1986), esta prática é conhecida como “amostras intencionais” e “[...] trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto” (p. 67). Ainda, segundo esse mesmo autor, o critério de representatividade não se compõe de maneira quantitativa.

Mapa 2 - São Paulo - Acampamentos de luta pela terra - MST - 2013



Além das entrevistas semi-estruturadas, desenvolvemos ao longo da pesquisa a observação participante nas ocupações de terra, acampamentos e encontros regionais do MST. As explorações observacionais foram arquivadas em diários de campo que podem ser caracterizados como folhas de falas ocultas (THOMPSON, 1992). A observação participante permite a constatação de conflitos pessoais e organizacionais impossíveis de serem apreendidos por meio de entrevistas. Observamos como as famílias acampadas se organizam nos espaços de enfrentamento e resistência; como são as relações socioespaciais construídas, se elas são precárias ou não; qual a lógica da disposição dos barracos e dos sem-terra nas ocupações de terra, acampamentos e reuniões regionais; quais são os principais conflitos

sociais e as relações de poder nos acampamentos; e, por fim, o que tem dado certo ou errado nas estratégias de espacialização do MST. Dessa forma, observar e interpretar os espaços e os seus conteúdos. No quadro 1 apresentamos as ocupações de terra e os acampamentos onde a observação participante foi desenvolvida.

Quadro 1 - Acampamentos e ocupações de terra analisados a partir da observação participante – 2013

Acampamento/Ocupação	Regional MST	Município
Argentina Maria	Promissão	Barbosa
Augusto Boal	Promissão	José Bonifácio
Dorcelina Folador	Pontal do Paranapanema	Sandovalina
Irmã Goreti	Pontal do Paranapanema	Marabá Paulista
Palmares	Andradina	Araçatuba
Fazenda São Domingos	Pontal do Paranapanema	Sandovalina
Fazenda Nazaré	Pontal do Paranapanema	Marabá Paulista

Fonte: Trabalhos de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

As entrevistas semi-estruturadas e os diários de campo foram analisados por meio de um procedimento científico denominado codificação, ou seja, uma forma ou maneira de indexar/categorizar textos e construir a partir disso uma estrutura de ideias e interpretações a respeito do objeto de estudo proposto (GIBBS, p. 60). Desenvolvemos ao longo das entrevistas códigos temáticos e através deles elaboramos questionamentos, explicações e comparações entre os códigos estipulados. Esse tipo de técnica permite não só a descrição dos fenômenos, mas também o diálogo entre os pressupostos teórico-metodológicos adotados e os resultados da pesquisa empírica. Podemos caracterizar esse procedimento como uma espécie de mediação entre teorias, categorias e conceitos adotados e os resultados dos trabalhos de campo.



CAPÍTULO 1 - CAMPESINATO, PROTO-CAMPESINATO E LUTA PELA TERRA

[...] A questão agrária derrota os políticos que prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar a sua inexistência.

Bernardo Mançano Fernandes

Eu optei pela luta porque eu amo mexer com a terra. Eu gosto de terra, de plantar, de colher, de tirar a minha alimentação da terra. Eu tomei conta de uma fazenda e eu ia para cidade e comprava coisas supérfluas, como açúcar, óleo, essas coisas enlatadas, porque o resto eu mesmo produzia na fazenda em que tomava conta. Eu produzia tudo lá, produzia feijão e, até mesmo, arroz. Eu tirava o meu sustento da fazenda, quer dizer, meu ordenado estava ali, porque eu tirava praticamente tudo da terra. Eu acho que hoje, pra quem tem 5 ou 6 alqueires de terra, se ele se dedicar a plantar, ele vive como se fosse rico. A alimentação está muito cara. Só que ele tem que trabalhar, tem que entender, não adianta ir para a terra se não entender no que está mexendo³⁰.

Acampado na regional de Andradina entrevistado em agosto de 2013

Eu nasci na roça, no estado do Paraná, em Colorado. Nós moramos em vários sítios dos outros, pois meu pai sempre foi “retireiro” e nunca teve oportunidade de ter a terra dele. Esse é o meu objetivo aqui. Pelo menos, dar um presente ao meu pai e nós trabalharmos também. Nós viemos da roça, tem que trabalhar na roça³¹.

Acampado na regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013

1.1. REFLETIR É (IM)PRECISO!

A figura que introduz o primeiro capítulo desta pesquisa, registrada em um assentamento rural localizado no Pontal do Paranapanema, apresenta características pertinentes no que se refere às estratégias de resistência na terra construídas por camponeses assentados no estado de São Paulo. A família camponesa que cultiva as hortaliças apresentadas na figura é composta apenas pelo marido e a esposa, um casal extremamente jovem que optou pela vida no campo. Ele é filho de camponeses que, ao invés de migrar para

³⁰ Resposta de um acampado quando questionado porque optou pela luta pela terra.

³¹ Resposta de uma das acampadas entrevistadas quando questionada a respeito da opção pela luta pela terra.

a cidade ou se tornar um trabalhador assalariado rural ou urbano, como normalmente ocorre, encontrou na luta pela terra a possibilidade de conquistar um lote de terra para cultivar e se reproduzir socialmente enquanto camponês.

O casal se dedica ao plantio de hortaliças orgânicas que são comercializadas nos municípios próximos ao assentamento rural e, também, destinadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³². Com o intuito de aumentar a produtividade, a família está aprimorando tecnicamente o cultivo através da instalação de canais de irrigação e produzindo árvores frutíferas ao redor das hortaliças para que o vento não as devaste e, conseqüentemente, prejudique a produção. Essas práticas, além de contribuírem com a qualidade de vida das famílias assentadas, evitam a migração e a proletarização ou, até mesmo, o abandono do lote ou arrendamento de parte deste às usinas de cana-de-açúcar, fenômeno infelizmente bastante comum em regiões como a de Araraquara (BELLACOSA, 2012) e Andradina³³.

Essas informações corroboram a ideia de que a ocupação da terra tem sido, ao longo destas últimas décadas, um processo fundamental para a conquista da terra por meio da implantação de projetos de assentamentos rurais (FERNANDES, 1996; 2000); e, ainda, de que parte das famílias camponesas assentadas está conseguindo, aos poucos, produzir alimentos livres de agrotóxicos através de práticas agrícolas desenvolvidas em consonância com os pressupostos da agricultura orgânica e da agroecologia³⁴.

Esses elementos caracterizam, de certa forma, uma parte significativa dos camponeses existentes em todo o país, aqueles contemplados pelas políticas de reforma agrária, que em algum momento de suas vidas foram acampados e lutaram por terra, e hoje correspondem a 1.141.468 famílias distribuídas em 8.983 projetos de assentamentos rurais com uma área de

³² Política pública instituída em 2003 pelo Governo Federal, com o objetivo de atenuar a miséria no campo e fortalecer a agricultura camponesa. No capítulo 3 apresentaremos o número de famílias camponesas que destinam parte de sua produção agrícola ao programa no estado de São Paulo.

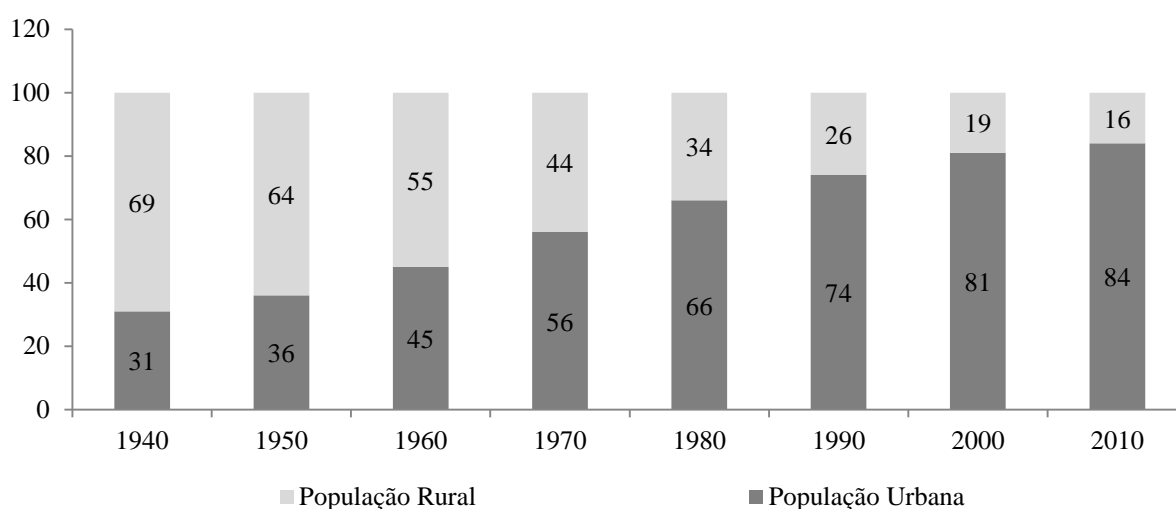
³³ O caso da região de Andradina será explorado no próximo capítulo.

³⁴ No dia 17 de outubro de 2013, o Governo Federal lançou, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica (PLANAPO), com investimento inicial de R\$ 8,8 milhões de reais (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/10/dilma-lanca-o-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica>>. Acesso em 13 de novembro de 2013). O programa tem sido veementemente criticado e desqualificado por teóricos como Zander Navarro (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,fadas-duendes--e-agricultura-,1091201,0.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2013) e Francisco Graziano (Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ecologia-e-ideologia-,1095746,0.htm>>. Acesso em 13 de novembro de 2013). Em resposta ao primeiro texto, José de Souza Silva publicou, também no jornal O Estado de São Paulo e divulgado no *site* do MST, artigo em que caracteriza as considerações de Zander Navarro como “autismo científico” (Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15454>>. Acesso em 20 de novembro de 2013).

88.055.765 hectares no Brasil³⁵ e a 18.871 famílias disseminadas em 257 projetos de assentamentos rurais com uma área de 334.425 hectares no estado de São Paulo, especificamente (DATA LUTA, 2013).

As informações estatísticas se tornam ainda mais expressivas quando analisamos o gráfico 1. Ao compararmos a porcentagem da população rural e urbana no Brasil, desde a década de 1940 até a de 2000, podemos observar que a população rural tem diminuído significativamente enquanto a urbana tem aumentado, processo comumente denominado de êxodo rural. Apesar do descenso, a população rural representa 16% da população brasileira ou aproximadamente 32 milhões de indivíduos, sendo que quase 5 milhões desses indivíduos são camponeses beneficiados com projetos de assentamentos rurais³⁶.

Gráfico 1 - Brasil - Relação população rural e urbana (%) - 1940-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

No estado de São Paulo, conforme os dados lançados recentemente pelo PNDU, a população rural passou de 2.274.064 em 1991 e 2.439.552 em 2000 para 1.676.948 em 2010. Apesar do ligeiro aumento na década de 1990, houve considerável decréscimo da população rural na década de 2000. Faz-se necessário destacarmos que, a população rural aumentou significativamente na década de 1990, mesmo período em que houve um intenso processo de

³⁵ Não temos a pretensão de, neste momento do texto, discutir se os dados apresentados em relação ao número de assentamentos rurais e famílias assentadas no Brasil e estado de São Paulo representam, de fato, uma política de reforma agrária que tem como objetivo a desconcentração da propriedade da terra. Essa discussão será apresentada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

³⁶ Levamos em consideração o padrão do IBGE de 4 membros por famílias e multiplicamos pelo número de famílias assentadas.

especialização do MST³⁷. Coincidentemente, na década de 2000, período em que ocorreu a diminuição do número de famílias camponesas, houve também o descenso do número de ocupações de terra e acampamentos. Evidências que confirmam a relação existente entre a especialização do MST, a instauração de assentamentos rurais e a (re)criação do campesinato (FERNANDES, 1996, 2000).

Além de representar uma parte significativa da população brasileira, a produção agropecuária de origem camponesa concentra 24% das terras agricultáveis do país, centraliza 15% do crédito agrícola disponibilizado pelo governo federal e produz 38% do valor total da agricultura (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012). Enquanto isso, a agricultura capitalista controla 75% das terras agricultáveis, absorve 85% do crédito agrícola e produz 62% do valor total da agricultura³⁸. O campesinato em uma área extremamente pequena e com escassez de subsídios é responsável pela produção de 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% milho e 34% do arroz e, ainda, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite³⁹. O agronegócio, por sua vez, concentra terras e recursos públicos, mas cultiva gêneros agrícolas para a exportação ou para a produção de agrocombustíveis.

A partir do cenário apresentado, o nosso objetivo ao longo deste primeiro capítulo é refletir teórica e metodologicamente a respeito das perspectivas do campesinato no modo capitalista de produção, abordando desde as concepções clássicas construídas por Karl Kautsky (1986), Vladimir Lênin (1985) e Alexander Chayanov (1925) às concepções contemporâneas desenvolvidas no âmbito da Geografia Agrária brasileira por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996) e Bernardo Mançano Fernandes (2008). Antes de compreendermos essas concepções, vamos nos dedicar a apreensão do modo capitalista de produção e do campesinato e proto-campesinato.

O modo capitalista de produção pode ser caracterizado como um modo de produção no qual os trabalhadores assalariados - despossuídos de meios de produção e juridicamente livres - produzem mais valor, também denominado mais-valia (GORENDER, 2013). A primeira etapa do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é, portanto, a separação entre meios de produção e trabalhadores, pois sem meios de produção a única

³⁷ A grande parte dos movimentos socioterritoriais que lutam por terra e reforma agrária no estado de São Paulo surgiram apenas em meados da década de 1990.

³⁸ Op. Cit.

³⁹ Op. Cit.

alternativa dos trabalhadores é vender sua força de trabalho ao detentor dos meios necessários à produção: o capitalista (MARTINS, 1995).

O modo capitalista de produção transforma a mão de obra em mercadoria e a sua oferta ou demanda está vinculada às condições de existência de um exército industrial de reserva, ou seja, de trabalhadores desempregados (GORENDER, 2013). O capitalista compra a força de trabalho do trabalhador porque é a única que pode criar mais valor do que aquela que ela contém (MARTINS, 1995). No caso dos meios de produção, além de se constituírem enquanto patrimônios ou propriedades privadas pertencentes ao capitalista, são também capitais destinados à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de uso, mas valor que se destina ao mercado ou valor de troca (GORENDER, 2013).

A principal contradição do modo capitalista de produção reside no caráter social da produção e na maneira privada de apropriação, além da contradição fundamentada na existência de classes sociais antagônicas, como a classe dos proprietários dos meios de produção, a classe dos detentores da força de trabalho e a classe dos proprietários de terras⁴⁰. Não existe equidade no modo capitalista de produção, visto que a existência do trabalhador assalariado está vinculada à existência do capitalista e é por esse motivo que a força de trabalho é trocada por um salário. O salário permite ao trabalhador reproduzir a sua existência, bem como a liberdade e sujeição ao modo de produção, e adquirir mercadorias produzidas pelo capitalismo. A relação capitalista é uma relação de exploração, que tem como pressuposto a ilusão de que os trabalhadores são livres e vivem em uma sociedade democrática. O trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário que aparentemente o liberta, mas na verdade, o subordina (MARTINS, 1995).

O modo capitalista de produção se desenvolve por meio da reprodução capitalista ampliada do capital que contempla a produção e a circulação de mercadorias. A mais-valia é materializada apenas no âmbito do processo de circulação de mercadorias, pois é nesse momento em que a mercadoria é convertida em dinheiro e, conseqüentemente, em trabalho social não pago. O processo de extração da mais-valia por ser compreendido por meio da lógica D-M-D', na qual o capitalista investe o seu capital - D - na produção de mercadorias - M - que após serem comercializadas produzem novamente capital, todavia o capital final se difere do inicial porque permite a extração do lucro e nele está implícito a mais-valia - D' (PAULINO, 2012).

⁴⁰ Op. Cit.

No caso da agricultura, as definições apresentadas estão incompletas, pois a contradição fundamental se encontra na terra - recurso natural limitado e insubstituível -, que apesar de não se caracterizar como capital, desenvolve-se como se fosse (GORENDER, 2013). O capital pode ser compreendido como trabalho acumulado na forma de meios de produção, dessa forma o capital é produto do trabalho assalariado. A terra, por sua vez, não é produto do trabalho humano, mas sim um bem da natureza que se configura enquanto instrumento de trabalho.

A terra, diferente do trabalho, permite ao proprietário auferir renda fundiária de tipo capitalista, diferencial⁴¹ ou absoluta⁴², que pode ser compreendida como parte da mais-valia ou parte do subproduto ou resíduo do lucro médio que todo capitalista retira da sua atividade econômica (OLIVEIRA, 1985). A renda da terra é uma categoria imprescindível para a compreensão da questão agrária e da questão urbana, pois em ambas a terra é um componente fundamental.⁴³

O desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura, além de (re)criar o trabalho assalariado, (re)cria contraditoriamente o trabalho familiar ou o campesinato (MARTINS, 1995; OLIVEIRA, 1996). A lógica de reprodução do campesinato é completamente distinta da lógica de reprodução capitalista ampliada do capital. Podemos compreender a reprodução do campesinato por meio da equação M-D-M, na qual as mercadorias são produzidas pelos camponeses através do trabalho na terra - M - e utilizadas para o consumo diário da própria família e para serem comercializadas e, conseqüentemente, trocadas por dinheiro - D. O dinheiro é utilizado para comprar produtos alimentícios ou de utilidades pessoais que não são produzidas na unidade territorial camponesa (PAULINO, 2012). Dessa forma, os camponeses produzem mercadorias com o objetivo de se reproduzirem enquanto camponeses.

Os termos camponês ou campesinato, bastante utilizadas na Europa e América Latina, foram introduzidas no vocabulário brasileiro em meados do século XX por organizações de esquerda com o objetivo de caracterizar os sujeitos sociais que protagonizavam os conflitos

⁴¹ Conforme Oliveira (1985, p. 93), “[...] a renda da terra diferencial é produto do caráter capitalista da produção. Numa palavra, resulta da concorrência entre os produtores capitalistas. Isso significa dizer, que ela só existe a partir do momento em que a terra é colocada para produzir”. Resumidamente, a “[...] a renda da terra diferencial é, portanto, a diferença entre o preço individual de produção de cada produtor em particular (que tem a sua disposição solos mais férteis, por exemplo) e o preço de produção geral que é formado a partir dos preços de produção dos piores solos cultivados” (OLIVEIRA, 1985, p. 93).

⁴² “[...] A renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade. Resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir” (OLIVEIRA, 1985, p. 94).

⁴³ Op. Cit.

por terra em ascensão nesse período (MARTINS, 1995). Até então, a população rural era normalmente denominada caipira no Centro-Sul, caçara no litoral, tabaréu no Nordeste e caboclo em parte do Centro-Oeste e Norte⁴⁴. Mais do que denominações, camponês ou campesinato são conceitos ou categorias de análise que definem não só historicamente, mas também politicamente, uma classe social extremamente relevante para a compreensão do campo.

O campesinato brasileiro surgiu no período colonial (1530-1815) e era formado por bastardos, mestiços de branco e índia, por aqueles que não tinham direito à herança, por excluídos do direito de propriedade, por agregados da grande fazenda, indígenas e pelos sujeitos excluídos e empobrecidos através do regime de morgadio. No morgadio, o primogênito da família era o herdeiro legal dos bens ou terras de um fazendeiro, diferente dos outros herdeiros que se tornavam uma espécie de agregado do patrimônio (MARTINS, 1995). O morgadio pode ser compreendido como o monopólio de uma classe social sobre os escravos, agregados e, também, sobre a terra. O regime foi extinto no período imperial, mais precisamente, em 1835⁴⁵.

Apesar do monopólio, o morgadio não impedia a abertura de novas fazendas por meio da ocupação e do uso da terra, principalmente por herdeiros excluídos que se credenciavam para obter a concessão e legitimação de uma sesmaria⁴⁶. No caso dos mestiços, por mais que ocupassem terras, em função dos mecanismos tradicionais de aquisição, raramente se transformavam em sesmeiros⁴⁷. Além dos agregados, também se caracterizavam como camponeses os posseiros - agricultores que possuíam a posse, mas não o domínio da terra - e os sitiantes - pequeno agricultor independente e proprietário de um sítio, o que não significa ser proprietário de uma sesmaria⁴⁸.

Até a promulgação da Lei de Terra⁴⁹ (1850), segundo a qual a propriedade da terra só poderia ser concedida mediante a compra, o campesinato era um sujeito social precário e em constante circulação e/ou migração pelo território nacional, que sobrevivia a partir da posse

⁴⁴ Op. Cit.

⁴⁵ Op. Cit.

⁴⁶ Op. Cit.

⁴⁷ Op. Cit.

⁴⁸ Op. Cit.

⁴⁹ Conforme Martins (1995), a Lei de Terras compreende um novo regime fundiário que substitui o regime de sesmarias suspendendo em julho de 1822. Nesse sentido, “a Lei de Terras proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra” (MARTINS, 1995, p. 41-42).

de propriedades que ainda não estavam inseridas na lógica de apropriação comum (PAULINO, 2012).

O campesinato tradicional se originou às margens do sistema escravocrata, que possuía como alicerce o latifúndio destinado à produção de gêneros agrícolas para exportação, sistema de *plantation* e o trabalho escravo, e se distinguiu do campesinato europeu que possuía o direito à propriedade da terra (ALMEIDA e PAULINO, 2000). Com a Lei de Terras, houve a transformação da terra em mercadoria e, conseqüentemente, o reconhecimento jurídico e institucional do campesinato, tornando-se a partir desse momento histórico um proprietário de terras (PAULINO, 2012).

A partir desse período, território do campesinato começa a se distinguir do território do fazendeiro, lembrando que no período colonial, o camponês era apenas um agregado da grande propriedade e, quando não, possuía a posse precária de uma porção do território que, até então, não havia adentrado ao circuito produtivo da época⁵⁰. A reconfiguração do regime fundiário permitiu a ascensão de um novo campesinato, distinto do camponês agregado ou posseiro, formado por homens livres que podem comprar terras, ou seja, um camponês moderno e dependente do mercado capitalista, principalmente nas regiões Sudeste e Sul do país (MARTINS, 1995).

Entre o final do século XIX e o início do século XX, o ciclo da produção de café, sobretudo, no estado de São Paulo, atingiu o seu período auge. Em virtude disso, a contratação de mão de obra assalariada imigrante, no caso europeia, tornou-se cada vez mais necessária. Entre os anos de 1887 e 1900, por exemplo, 73% da mão de obra que adentrou ao país era de origem italiana⁵¹ (MONBEIG, 1984). No estado de São Paulo, os imigrantes que trabalhavam nas fazendas de café eram denominados colonos devido às relações de produção desenvolvidas baseadas no regime de colonato, no qual o camponês cultivava os pés de café pertencentes ao fazendeiro e em troca pode produzir alimentos para subsistência nos corredores abertos pelas fileiras de café⁵².

O colonato perdurou até a crise agrária, mais precisamente entre as décadas de 1940 e 1950. Nesse mesmo período, ascendeu o processo de modernização da agricultura que

⁵⁰ O campesinato brasileiro, portanto, não se constitui enquanto resquício feudal, mas sim como contradição do desenvolvimento capitalista. Dessa forma, “[...] o monopólio de classe sobre o trabalhador escravo se transfigura no monopólio de classe sobre a terra. O senhor de escravos se transforma em senhor da terras [...]” (MARTINS, 1995, p. 45).

⁵¹ É importante destacarmos que após este período o número de imigrantes diminuiu significativamente, caindo para 43% em decorrência da precariedade das condições de trabalho e moradia nas fazendas cafés e do não cumprimento de promessas feitas como de mobilidade social (Monbeig, 1984).

⁵² Op. Cit.

desencadeou, por um lado, a industrialização da agricultura e, por outro, a expropriação ou desterritorialização de grande parte do campesinato, que perdeu suas terras para a agricultura capitalista ou para agências bancárias devido a dívidas. Alguns camponeses sem-terra foram (re)criados no âmbito do próprio processo de desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção (OLIVEIRA, 1996). Outros camponeses sem-terra se organizaram politicamente nas CEBs e, mais tarde, em movimentos socioterritoriais com o objetivo de retornar a terra. A maior parte dos camponeses sem-terra migraram para os centros urbanos e se transformaram em trabalhadores assalariados. Alguns desses, inclusive, compõem os acampamentos na atualidade.

O campesinato contemporâneo se distingue do campesinato colonial e do campesinato colono que habitou as fazendas de café paulistas. O camponês (re)criado no âmbito do processo de ocupação da terra pode ser compreendido como um novo camponês, por exemplo (MISNEROVICZ, 2011). Esse conceito não nega a essência do campesinato, baseada na reprodução social por meio da tríade terra, trabalho e família, mas compreende que o camponês atual é distinto e heterogêneo, com habilidades ou não em lidar com a terra e com costumes muito mais urbanos do que rurais.

De acordo com Vergés (2011), o campesinato pode ser compreendido na atualidade como um complexo sistema de relações socioterritoriais que extrapola as relações camponidade e as relações internacionais. De acordo com o autor, que tem como pressuposto o caso dos camponeses mexicanos que migram diariamente para os Estados Unidos para trabalharem como assalariados, apesar dos camponeses mexicanos deixarem para trás a unidade territorial camponesa, carregam no dorso a condição familiar camponesa, o vínculo com a terra, o desejo de retornar, a memória e, principalmente, os costumes típicos ou característicos dessa classe social. Os camponeses, portanto, “[...] permanecem, não tanto por suas supostas invariáveis mas, sobretudo, por seu modo de se transformar, por valores e projetos implícitos em suas múltiplas e complexas estratégias de sobrevivência”⁵³.

Em virtude de questões como essas, nós pesquisadores não conseguimos compreender a persistência e resistência camponesa tanto na terra quanto no processo de luta pela terra, de retorno a terra de trabalho, mesmo em circunstâncias adversas ou desfavoráveis, como na conjuntura atual, com o avanço do agronegócio no campo e o conseqüente bloqueio à reforma agrária⁵⁴.

⁵³ Ibidem, p. XIV.

⁵⁴ Em 2013, por exemplo, a presidente Dilma Rousseff assinou singelos 92 decretos de desapropriação de terras, o equivalente a 193,5 mil hectares, localizados nos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito

A construção de reducionismos econômicos, sociológicos, antropológicos ou geográficos pouco contribuem com a apreensão do campesinato, diferente dos diálogos multidisciplinares (VERGÉS, 2011). Um exemplo disso é o caso dos camponeses sem-terra que migram para os centros urbanos e mesmo depois de edificarem suas vidas na cidade se organizam politicamente com o objetivo de retornar a terra, caracterizando-se enquanto um proto-campesinato - sujeito que em algum momento de sua vida foi um camponês, mas acabou se transformando em um proletário que, também, luta pela terra ou um sujeito de origem exclusivamente urbana, que nunca teve contato com a terra, mas que compõe acampamentos de luta pela terra e pela reforma agrária com o objetivo de conquistar um lote de terra⁵⁵.

Conforme Bernstein (2011, p. 11), “[...] ao contrário do que desejam os ‘proletaristas’, a forma de origem e a base imediata de toda a luta camponesa é o combate contra a proletarização”. A luta camponesa e/ou proto-camponesa pela terra é também a materialização da luta contra a proletarização. Ou seja, tanto os camponeses sem-terra quanto os camponeses que migraram para os centros urbanos, mas não foram absorvidos pelo mercado de trabalho ou, ainda, mesmo que absorvidos e transformados em trabalhadores assalariados, idealizam o retorno à terra e ao modo de vida camponês e, por ambos os motivos compõem as fileiras dos acampamentos. A maior parte do sem-terra acampamentos pertencem a classe trabalhadora informal global, formada por “[...] quase um bilhão de pessoas, constituindo a classe social de crescimento mais rápido e mais sem precedentes da Terra” (MIKE DAVIS, 2006, p. 178). Todavia, também existem acampados que formam o mercado de trabalho formal, mas ainda assim, anseiam pela autonomia do trabalho na terra.

A proletarização pode determinar o fim do campesinato ou, de certa forma, um momento da sua história de vida que pode, por meio da luta pela terra e, conseqüentemente, da luta de classes, ser transformado. Dessa forma, a desterritorialização do campesinato não deve ser interpretada necessariamente como “[...] um processo completo nem que se complete sozinho para levar à morte o campesinato. As classes sociais não acabam e morrem simplesmente; elas vivem e se transformam por meio de lutas sociais” (ARAGHI, 2009, p. 138 apud BERNSTEIN, 2011, p. 106).

Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, depois de quase um ano de inércia, sendo que 50 dessas propriedades rurais não possuíam nenhum tipo de atividade agrícola, ou seja, eram improdutivas e serão destinadas ao assentamento de apenas 4.670 famílias, um dos menores números da história da reforma agrária no país. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/na-ultima-hora-decretos-desapropriam-190-milhoes-de-hectares-para-reforma-agraria-5522.html>>. Acesso em 27 de dezembro de 2013.

⁵⁵ Op. Cit.

De acordo com Ploeg (2008), os padrões de acumulação capitalista produzem distintas maneiras de exploração do trabalho, além do desemprego no campo e na cidade, processos que contribuem com a marginalização de inúmeros trabalhadores. Entretanto, esse cenário pode ser superado por meio de mecanismos que contribuem com a ampliação do número de camponeses em todo o mundo, ou seja, através do processo de recampesinização – “[...] expressão moderna para a luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência [...]”⁵⁶. A recampesinização pode ocorrer de diferentes formas, em vários países e contextos históricos. No Brasil, por exemplo, o MST ao possibilita a recampesinização de famílias rurais e urbanas em condição de exploração e miséria ao arregimenta-las em acampamentos⁵⁷.

Desde meados da década de 1990, membros do Movimento Fraternidade Povo de Rua e do MST⁵⁸ que, também, compõem o Coletivo do Brás, promovem trabalhos de base e reuniões na região central da cidade de São Paulo com o intuito de atrair moradores de rua, completamente excluídos da condição de trabalhadores formais ou informais, para os municípios próximos à região metropolitana para lutarem por terra, reforma agrária e cidadania (JUSTO, 2006). Em municípios próximos à cidade de São Paulo, existem experiências de projetos de assentamentos rurais habitados por ex-moradores de rua, agora camponeses. Em virtude de elementos como os citados, reafirmamos a necessidade de compreender os paradoxos que regem o campesinato e proto-campesinato, sobretudo aqueles que lutam pelo acesso a terra.

Historicamente, a luta pela terra surgiu em contraposição a apropriação privada da terra e a concentração fundiária, processos que tiveram início no período colonial com a implantação do regime de capitânicas hereditárias (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2012). Nos dias de hoje, a luta pela terra também se caracteriza como uma luta contra a proletarização, o modo capitalista de produção, o desemprego rural e urbano, a marginalidade e a miséria (GOLDFARB, 2011). Nesse sentido, além da origem camponesa e do vínculo com a terra, as famílias que compõem os acampamentos de luta pela terra, após terem vivido longo processo de espoliação urbana, veem na luta pela terra perspectivas de uma vida melhor, condição que a cidade não tem oferecido para grande parte da população⁵⁹.

⁵⁶ Ibidem, 2008, p. 23.

⁵⁷ Op. Cit.

⁵⁸ Conforme um dos coordenadores do MST no estado de São Paulo que participou desses trabalhos de base, devido às inúmeras dificuldades encontradas ao longo do processo de arregimentação, sobretudo, de moradores de rua na cidade São Paulo, o Movimento diminuiu nos últimos anos esse tipo de ação.

⁵⁹ Ibidem.

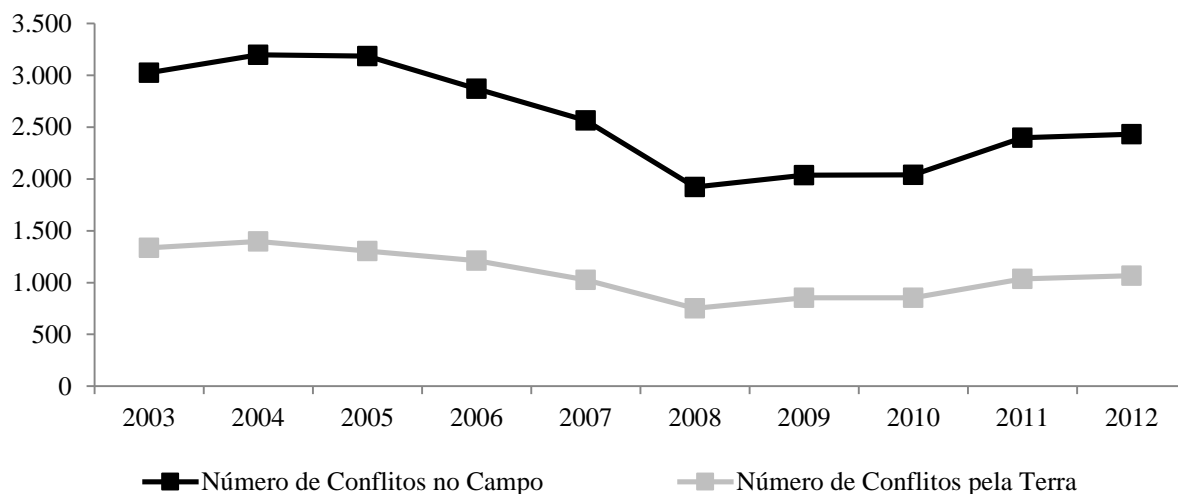
Dessa forma, é preciso ampliar a nossa concepção de capitalismo, campesinato e luta pelo acesso a terra, caso contrário ficaremos presos a concepções teórico-metodológicas que compreendem uma parte da realidade, não a totalidade. De acordo com Oliveira (2013, p. 106):

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Nesses dois espaços eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto apreenderam que só a luta garantirá, no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para a beira das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for. Não param, estão em movimento; são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Concomitantemente ao surgimento de novos questionamentos, alguns teóricos e setores da sociedade civil afirmam, por exemplo, que a questão agrária está superada desde a modernização da agricultura. Buainain et al (2013) acreditam que devido a ascensão do agronegócio como modelo de desenvolvimento rural, temas como a questão agrária, reforma agrária e luta pela terra perderam o sentido, pois já foram superados empiricamente. Diferente deles, acreditamos que o debate a respeito da questão agrária no Brasil, compreendida como um problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista na agricultura, que produz a territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato (OLIVEIRA, 1996; FERNANDES 2008; PORTO-GONÇALVES e ALENTEJANO, 2010) e os seus diversos desdobramentos, é necessário e extremamente atual e está longe de ser superado.

Exemplos de que as concepções de Buainain et al (2013) não expressam o campo brasileiro são as informações estatísticas a respeito dos conflitos no campo e conflitos por terra sistematizadas nesta última década pela CPT. De acordo com o gráfico 2, a questão agrária não só existe, como é perversa, expropria e exclui camponeses, indígenas e populações tradicionais e, ainda, escraviza e assassina homens, mulheres e crianças.

Gráfico 2 - Brasil - Relação entre o número de conflitos no campo e conflitos pela terra - 2003-2012



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Ainda conforme o gráfico 2, observamos que os conflitos no campo - conflitos por água, garimpo, trabalhistas, entre outros - e os conflitos por terra aumentaram no início da década de 2000, caíram ligeiramente entre os anos de 2008 e 2010 e voltaram a crescer em 2011 e 2012. Concluimos, primeiramente, que os conflitos no campo em nenhum momento deixaram de fazer parte da história recente do país e, segundo, que esses conflitos voltaram a crescer nos últimos dois anos, período em que a luta pela terra organizada por movimentos socioterritoriais está em descenso. Cenário que nos leva a crer que os conflitos no campo continuam em vigor mesmo diante das dificuldades organizacionais dos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, demonstrando que existem outras formas de enfrentamento e questionamentos que vão além da ocupação da terra, exclusivamente.

É a partir dos paradoxos apresentados que pretendemos compreender as abordagens teórico-metodológicas clássicas e, principalmente, as contemporâneas a respeito do desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura. Lembramos que, nos dias de hoje, o capitalismo atravessa a sua fase mais crítica, a de crise estrutural do capital, de caráter universal, escopo global, escala de tempo permanente e desdobramentos graduais (MÉSZÁROS, 2011). A financeirização da economia, na qual transações e mercados financeiros adquirem destaque⁶⁰ e a concentração e centralização⁶¹ das relações de produção

⁶⁰ Conforme Chesnais (2000), os detentores do capital financeiro são os bancos, as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização, as instituições ou os proprietários-acionários que chefiam ou administram o capital financeiro

agrícolas sob o comando de algumas poucas empresas transnacionais estão complexificando a questão agrária e, conseqüentemente, as lutas por terra e a espacialização do MST, conforme será abordado nos próximos tópicos.

1.2. AS ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS CLÁSSICAS

Pioneiros no estudo do campesinato, seja no cerne do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura ou a partir da lógica de organização das unidades econômicas camponesas, Karl Kautsky, Vladimir Lênin e Alexander Chayanov construíram interpretações que influenciaram e, ainda, influenciam teórica, metodológica, política e ideologicamente a academia, os movimentos socioterritoriais de luta pela terra e reforma agrária, os sindicatos de trabalhadores rurais e, até mesmo, o Estado no que se refere à compreensão da questão agrária brasileira. Interessante é que, a questão central das obras desses autores continua ocasionando controvérsias, questionamentos e diferentes interpretações a respeito das perspectivas do campesinato no modo capitalista de produção.

Cada uma das três teorias deve ser assimilada de acordo com o período histórico em que foi concebida e o contexto social, político e econômico analisado. Apesar desses limites, são algumas das teorias mais importantes construídas a respeito do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e o destino do campesinato. Compreendemos que (re)avaliar abordagens clássicas é parte imprescindível da apreensão do que é contemporâneo teórica e empiricamente, horizontes que podem ser ora ampliados, ora restringidos, de acordo com a intencionalidade de cada pesquisador.

Apesar de existirem pesquisas científicas que neguem a existência e resistência do campesinato ou que proclamem a sua transformação em agricultor familiar, conforme será apresentado no próximo tópico, o campesinato ressurge e se (re)cria socialmente por meio de diferentes estratégias, algumas por sinal, bastante contraditórias. Concordamos com Oliveira (2007), que considera o estudo da questão agrária, bem como o papel e lugar do campesinato no modo capitalista de produção, uma tarefa extremamente fastidiosa e longe de estar esgotada teórica e politicamente, pois a cada novo contexto histórico-geográfico, eclodem novos elementos, questionamentos e interpretações que, na maioria dos casos, originam

⁶¹ Conforme Chesnais (2000), um terço do comércio mundial é produto das exportações e importações concluídas por empresas transnacionais.

explicações cada vez mais divergentes do que convergentes e, assim, (re)acendem velhas/novas argumentações e, conseqüentemente, concepções.

A obra “A questão agrária”, escrita e publicada por Karl Kautsky em 1899, foi concebida em um período histórico-geográfico de acalorados debates no âmbito da social democracia alemã a respeito das transformações socioeconômicas em curso e a repercussão destas na agricultura, caracterizando-se como uma das primeiras obras de cunho socialista-revolucionário com o objetivo de apreender o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, especificamente. Ainda neste mesmo ano, todavia em um cenário extremamente distinto do que inspirou a obra de Kautsky (1998) - o atrasado e tímido desenvolvimento do modo de produção capitalista na Rússia, aliado a resquícios feudais, quando comparado à Europa -, Vladimir Lênin lançou uma de seus principais trabalhos, a obra O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

Apesar desses trabalhos surgirem em cenários político-ideológicos díspares, a preocupação principal de ambas as obras são muito próximas, entretanto, as conclusões são completamente distintas, visto que, a primeira obra conclui o fim do campesinato no modo de produção capitalista e, a segunda, a proletarização do campesinato ou a transformação deste em um trabalhador assalariado rural ou urbano. Esta última concepção, denominada por alguns de “leninista”, é bastante aceita e difundida academicamente, diferente da tese kautskyana, refutada historicamente em virtude da permanência do campesinato.

Já no início de sua obra, ao introduzir o tema de pesquisa, Kautsky (1998), destaca que, apesar da hegemonia do modo de produção capitalista, este não era a única forma de produção existente naquele momento histórico. Havia, também, as formas remanescentes de produção, como as pré-capitalistas, e as formas superiores, materializadas através da constituição de cooperativas. Além destas, havia diferentes sujeitos sociais, como os capitalistas, proletários assalariados, lumpemproletariado, que pode ser caracterizado como produto de sociedades pré-capitalistas, e, por fim, o campesinato.

Conforme Kautsky (1998), para compreender o capitalismo em ascensão na agricultura era preciso, antes de qualquer coisa, apreender o cenário apresentado, extremamente diverso e, sobretudo, complexo. Para isto, Kautsky (1998) analisou o desenvolvimento histórico da agricultura, desde o feudalismo até a agricultura moderna, no que se refere à performance produtiva da pequena e grande propriedade rural. O autor dedicou, inclusive, um capítulo exclusivo para analisar este processo por meio de conceitos que compõem a teoria marxista - renda da terra, renda absoluta, renda diferencial -,

destacando que, a agricultura capitalista se desenvolve da mesma forma que a indústria, concentrando e expropriando (ARAÚJO, 2002).

De acordo com Kautsky (1998), “quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos [...]” (p. 135). A partir destas palavras, o autor corrobora a superioridade da grande propriedade em relação à pequena propriedade. Esta, por sua vez, era tecnicamente inferior, os custos da produção eram elevados, além do trabalho excedente e da insuficiência do consumo; enquanto aquela era extremamente rentável, racional, possibilitava o avanço tecnológico e, ainda, permitia a especialização dos instrumentos de trabalho e maquinários.

Mais tarde, em decorrência dos limites da exploração capitalista, a grande propriedade seria substituída pela propriedade socialista, na qual a terra e os meios de produção seriam socializados (ARAÚJO, 2002). Kautsky (1998) procurou destacar em sua obra, portanto, a viabilidade econômica da grande propriedade, tecnicamente superior à pequena, sendo aquela que melhor se adaptaria à industrialização da agricultura em curso, já que a segunda estaria fadada à diminuição ou ao desaparecimento, pois dificilmente camponeses desarticulados territorialmente e produtivamente conseguiriam competir com os grandes proprietários integrados à indústria, a não ser que se organizassem coletivamente por meio de cooperativas de produção agrícolas.

De acordo com Almeida e Paulino (2010), Kautsky (1998) interpretava o campesinato como “[...] uma classe miserável, retrograda e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção” (p. 115), que ora se aliava à burguesia ora ao proletariado, em algumas regiões desaparecia e em outras resistia, caracterizando-se enquanto um sujeito ambíguo em uma sociedade na qual deveriam prevalecer apenas duas classes sociais, a burguesia e o proletariado, sendo essa última o gérmen revolucionário (ALMEIDA e PAULINO, 2012). Nesse sentido, “[...] por mais impermeáveis às mudanças que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial que, em última instância, se constituiria no veículo do seu desaparecimento”⁶². Em consonância com as conclusões de Kautsky (1998), o campesinato estaria fadado à sujeição e, conseqüentemente, à proletarização em um modo de produção capitalista (FERNANDES, 2008).

É importante destacarmos que a linha de raciocínio trilhada por Kautsky (1998) está em conformidade com os pensamentos evolucionistas e deterministas, concepções fortemente

⁶² Ibidem, 2010, p. 114.

influenciadas pelo Darwinismo, teoria desenvolvida pelo naturalista britânico Charles Darwin. As interpretações a respeito da evolução natural, por exemplo, inspiraram o autor em questão no que se refere à ideia de evolução social. É a partir dessas questões que Kautsky (1998), assim como Lênin (1985), compreende o desenvolvimento da sociedade, através de etapas, nas quais o advento do socialismo, enquanto modelo social ideal deveria ser, necessariamente, precedido pelo modo de produção capitalista (PAULINO, 2012). Neste sentido, para Kautsky (1998), o desenvolvimento da grande propriedade rural era imprescindível, pois somente esta poderia originar uma propriedade socialista.

Na obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, Lênin (1985) apresenta de que forma ocorreu o desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura na Rússia, destacando a importância da formação de um mercado interno, produto da desintegração do campesinato e, conseqüentemente, da proletarianização deste. O cenário em discussão havia sido estudado pelos economistas russos, comumente denominados populistas⁶³. As teses desenvolvidas por estes teóricos foram veementemente criticadas e refutadas por Lênin (1985) no decorrer de seu livro. O primeiro capítulo da obra, por exemplo, foi dedicado à apreensão dos erros teóricos cometidos pelos populistas que acreditavam que a ruína dos pequenos produtores originaria a redução do mercado interno em formação, concluindo a partir disto que, o capitalismo era um estágio desnecessário no processo de implantação do regime socialista e que a Rússia deveria ultrapassá-lo e ir do subdesenvolvimento diretamente para o socialismo agrário. Todavia, conforme Lênin (1985), em uma economia mercantil e capitalista, a diferenciação do campesinato e a conseqüente proletarianização é, justamente, a base sobre a qual o mercado interno se configuraria e contribuiria com o desenvolvimento do capitalismo.

Ao criticar a obra de Lênin, Abramovay (2007) destaca que ela deve ser compreendida a partir do período histórico em que foi escrita, caracterizando-se como uma “[...] tentativa de afirmação de uma organização marxista operária na luta contra a autocracia [...]” (p. 54). Os estudos de Lênin (1985), de acordo com Abramovay (2007), apresentavam concepções políticas que objetivavam organizar, a partir da teoria marxista, os enfrentamentos operários contra o regime autocrático e não devem ser concebidos ou compreendidos enquanto teorias científicas, até porque uma série de informações estatísticas a respeito da resistência camponesa na terra foram deixadas de lado propositalmente.

⁶³ Os populistas eram claramente contra o capitalismo e acreditavam que a Rússia deveria ser poupada desse modo de produção e ir diretamente ao socialismo (ABRAMOVAY, 2007).

De acordo Lênin (1985), na economia natural, a estrutura societal era composta por uma massa de unidades econômicas homogêneas, ou seja, famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas e domínios feudais, os quais executavam todos os trabalhos necessários à própria reprodução, desde a procura por matérias-primas à preparação das mesmas e consumo dos produtos. Todavia, com a ascensão da economia mercantil “[...] aparecem unidades econômicas heterogêneas: o número de ramos especiais da economia aumenta e diminui a quantidade de unidades que executam uma mesma função econômica” (p. 13).

E é justamente “[...] esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo” (p. 13). Isso quer dizer que “[...] o desenvolvimento da economia mercantil significa, *eo ipso*, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja que a população industrial cresce às expensas da população agrícola” (p. 15). Ou seja, em virtude da industrialização da agricultura e, conseqüentemente, da separação dos meios de produção dos seus respectivos produtores, a desintegração do campesinato e a composição de três sujeitos sociais distintos: os camponeses ricos, os camponeses médios e os camponeses pobres.

Os camponeses ricos ou burgueses rurais englobam tanto os cultivadores independentes quanto os proprietários de estabelecimentos industriais e, também, comerciais. “[...] Esse campesinato rico associa à agricultura comercial empresas industriais e comerciais e essa combinação da agricultura com as oficinas constitui o seu traço específico” (LÊNIN, 1985, p. 116). A burguesia camponesa representava, aproximadamente, um quinto dos estabelecimentos rurais ou três décimos da população rural, todavia, ao considerarmos que ela desenvolve “[...] no conjunto da economia camponesa, a parte dos meios de produção que detém e a parte dos produtos agrícolas que fornece, ela exerce uma predominância absoluta no campo: atualmente, ele é o seu verdadeiro senhor” (LÊNIN, 1985, p. 116).

Os camponeses médios são aqueles que, corriqueiramente, são transformados em proletários rurais ou urbanos. E, por fim, os camponeses pobres podem ser distinguidos enquanto uma classe de operários assalariados rurais que possuem apenas um lote comunitário de terra, incluindo, também, aquele que não possui terra alguma e aqueles que são assalariados agrícolas, peões ou diaristas e, ainda, aqueles que possuem estabelecimentos extremamente pequenos que são, na maioria das vezes, arrendados ou estão em decadência. Por estes motivos, os camponeses pobres sobrevivem por meio da venda de sua força de

trabalho e não da terra, além de apresentar níveis de desenvolvimento social extremamente baixos, piores, até mesmo, que o dos operários urbanos (LÊNIN, 1985).

A concepção desenvolvida por Lênin (1985), além de subsidiar pensamentos construídos no âmbito da academia, compõe grande parte das interpretações construídas pelo MST e seus respectivos teóricos orgânicos. No caso das abordagens acadêmicas⁶⁴, Martins (1995) compreende que comparações entre a formação socioterritorial brasileira e a russa do século XIX é completamente incoerente, primeiro porque, o campesinato russo resistia à expansão do capitalismo devido à ligação que possuía com a terra, um campesinato estamental baseado em comunidades comunitárias e tradicionais da terra, ou seja, um campesinato que ansiava permanecer alheio ao capitalismo, que resistia ao processo de desenraizamento.

Em contraposição ao campesinato russo, o campesinato brasileiro, formado a partir do século XIX, pode ser caracterizado enquanto uma classe social que, quando expropriada encontra alternativas para retornar à terra. O desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil não precedeu a abertura de espaços livres, pois o camponês já era um sujeito expropriado, migrante e itinerante⁶⁵. Somente com a crise do trabalho escravo e a instituição da Lei de Terras é que o desenvolvimento do capitalismo possibilitou, contraditoriamente, a apropriação camponesa da terra e a (re)criação do campesinato, mesmo em um contexto histórico em que o capital necessitava de mão de obra livre, de força de trabalho para se expandir⁶⁶.

Concepções teórico-metodológicas como essas, que comparam o campesinato nacional com o campesinato russo, decorrem da importância empreendida à teoria desenvolvida por Lênin (1985), que se sobressai enquanto um dos principais paradigmas marxistas no estudo da questão agrária, e das tentativas acadêmicas de encontrar a diferenciação da população rural em qualquer país onde o capitalismo se desenvolveu tardiamente (ABRAMOVAY, 2007); ou, ainda, de procurar adaptar modelos teóricos construídos a partir de realidades completamente distintas, como a russa do século XIX, ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e as perspectivas do campesinato no Brasil, especificamente.

⁶⁴ Para saber mais sobre estes pressupostos consultar: Prado Junior (1979) e Silva (1981). Em escala internacional consultar os autores: Huberman (1973) e Sweezy (1967).

⁶⁵ Op. Cit.

⁶⁶ Op. Cit.

Diferentemente de Kautsky (1998) e Lênin (1985), em *A organização da unidade econômica camponesa*, lançado em 1925, Chayanov analisa as unidades econômicas camponesas e elabora uma espécie de teoria acerca dos sistemas econômicos não-capitalistas. Caracteriza o campesinato como um modo de vida, existência e, principalmente, produção distinto do capitalista e que não deve ser compreendido por meio da divisão social do trabalho, mas sim da reprodução familiar. A organização das unidades camponesas possui como pressuposto principal as relações familiares e a subsistência dos membros da família e de suas necessidades básicas através da equação trabalho e consumo. Esta fórmula permite à unidade camponesa o equilíbrio, ou seja, quando o consumo é maior, o trabalho também aumenta.

A partir desses pressupostos, podemos afirmar que a reprodução ampliada de capital não é um dos objetivos que regem a unidade camponesa, mas sim a reprodução da família, o que caracteriza o modo de produção camponês como um modo de produção não-capitalista (ALVES, 2009). As concepções de Chayanov foram substancialmente criticadas por teóricos que defendiam a ideia de que o modo de produção capitalista estava em processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de destruição do campesinato (ALMEIDA e PAULINO, 2000). Alegavam, portanto, que não fazia o menor sentido alguém se dedicar ao estudo de um sujeito que estava em processo de desaparecimento ou extinção. No âmbito da política, também, foi acusado de defender os interesses da burguesia industrial ao contemplar em seus estudos o campesinato, uma classe conservadora e contrária à revolução socialista⁶⁷.

Na obra “Questão agrária e capitalismo”, a qual apresenta o processo de desagregação da economia familiar rural na África negra, Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1986) compreenderam, diferentemente de Chayanov (1925), que a unidade econômica camponesa deve ser apreendida no âmbito do conjunto econômico e social no qual está circunscrita, no caso no modo de produção capitalista e não desconexa deste, pois quando integrada à agricultura capitalista, a unidade camponesa se torna subalterna, visto que, os camponeses possuem a propriedade formal da terra, mas não a real devido, justamente, à sujeição desta ao capitalismo (ARAÚJO, 2002).

Amin e Vergopoulos (1986), estudaram por meio do pensamento marxista a pequena propriedade familiar, diferente do exercício empreendido por Chayanov (1925) que não objetivou analisar a relação existente entre o modo de produção capitalista e o modo de produção camponês e, conseqüentemente, a subordinação da propriedade camponesa ao

⁶⁷ Op. Cit.

capital, exercício apresentado no Brasil pelo sociólogo José Vicente Tavares do Santos (1978) em sua obra “Colonos do vinho”, mas apenas a organização interna da propriedade camponesa. Levando em consideração os elementos citados, a obra de Chayanov contribui com a compreensão da unidade familiar camponesa exclusivamente, mas não das relações de subordinação existentes entre o campesinato e o capitalismo. O estudo de Chayanov pode ser caracterizado como incompleto, que contribuiu, mas ao mesmo tempo, limita o estudo do campesinato.

As três obras são de fundamental importância para a apreensão do campesinato. No próximo tópico será possível perceber a influências dessas concepções na análise do desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura brasileira e os sentidos do campesinato.

1.3. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA AGRICULTURA

O debate acadêmico sobre o uso e posse da terra, bem como sobre as relações sociais na agricultura brasileira, são relativamente recentes, com início nas décadas de 1950 e, principalmente, 1960 (STEDILE, 2005). No âmbito do Partido Comunista Brasileiro (PCB), intelectuais como Caio Prado Junior, Ignácio Rangel e Alberto Passos Guimarães foram os protagonistas na discussão a respeito da questão agrária a partir da teoria marxista (DELGADO, 2005). No que se refere à Geografia, os precursores deste tema de estudo, ainda que timidamente e pouco incisivos na compreensão do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, foram Orlando Valverde - Geografia agrária do Brasil - e Manuel Correia de Andrade - A terra e o homem no Nordeste (OLIVEIRA, 1996).

Com o processo de renovação da Ciência Geográfica brasileira surgiram expressivos estudos, em sua maior parte subsidiados teoricamente pelo marxismo, a respeito do desenvolvimento desigual do capitalismo. Concomitantemente, as categorias espaço e território, e os conceitos de espacialização e territorialização, adquiriram destaque em pesquisas acerca das contradições sociais no campo e na cidade⁶⁸. Alguns trabalhos procuraram, justamente, apreender o desenvolvimento histórico do pensamento geográfico no

⁶⁸ Op. Cit.

âmbito da Geografia Agrária, expondo as alterações que ocorreram nos temas de pesquisa e processos analisados.

Dentre essas pesquisas temos a da professora Darlene de Aparecida Oliveira Ferreira - “O mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil 1930-1980” -, do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira - “A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro” -, do professor Bernardo Mançano Fernandes - “Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico” - e de alguns orientandos deste, como o da professora - Janaina Francisca de Souza Campos Vinha - “Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo” - que diferente dos três primeiros compreende o pensamento geográfico agrário a partir dos grupos de pesquisa de Geografia Agrária do estado de São Paulo. Apesar da relevância dos quatro trabalhos, daremos maior atenção às investigações construídas pelo segundo terceiro.

De acordo com Oliveira (1996), existe nas Ciências Humanas e, no caso na Geografia, distintos conjuntos de compreensões teórico-metodológicas a respeito do desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura e as consequências desse processo ao campesinato. É importante salientarmos que, ambas as interpretações, admitem que é da natureza do modo de produção capitalista a sua generalização gradativa na agricultura, indústria, cidade e campo, o que distingue as interpretações é a forma como este processo ocorre e o destino do campesinato ou da pequena propriedade familiar⁶⁹.

O primeiro grupo é formado por autores que procuram compreender o desenvolvimento do capitalismo em sua etapa monopolista, na qual ocorre a difusão das relações de produção capitalistas na agricultura, processo interpretado a partir de dois caminhos distintos. Um destes pode ser caracterizado como produto do processo de destruição do campesinato devido às contradições inerentes à integração ao mercado capitalista. Com isso, haveria a configuração de apenas duas classes sociais, os camponeses ricos ou pequenos capitalistas rurais e os camponeses pobres que, mais cedo ou mais tarde, tornar-se-iam trabalhadores assalariados. Alguns autores, inclusive, denominam essas concepções de “farmerização” do campesinato, concepção próxima à norte-americana. O segundo caminho trilhado pelos autores deste grupo corresponde à concepção de modernização do latifúndio ou da grande propriedade rural, corrente teórica denominada como “junkerização” ou “modernização conservadora”, procedimento no qual ocorre a modernização das médias e

⁶⁹ Op. Cit.

grandes propriedades rurais, mas não a desconcentração fundiária, processo que determina a aniquilação da pequena propriedade familiar e, conseqüentemente, a proletarização do campesinato.

A existência e resistência camponesa é compreendida, em ambos os caminhos citados, enquanto residual e em vias de extinção. Os principais expoentes dessa abordagem são: Karl Kautsky, Vladimir Lênin, Léo Huberman, Paul Sweezy, Caio Prado Junior, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Conceição D'Incão, José Graziano da Silva, Ricardo Abramoway, José Eli da Veiga, Ruy Moreira e Paulo Alentejano (OLIVEIRA, 2004).

Os autores que formam o segundo conjunto entendem que, devido à existência do camponês e do latifundiário na sociedade, representantes sociais de um modo de produção extremamente retrógrado, bem como da pequena e grande propriedade rural, há a manutenção de relações de produção feudais no Brasil. Para eles, o desenvolvimento do modo de produção capitalistas no campo ocorreria por meio de um processo subdividido em três etapas distintas e subsequentes que tem início com a separação do campesinato dos vínculos e hierarquias de caráter comunitárias e tradicionais, eliminando, dessa forma, a economia natural, e transformando o camponês em um produtor individual; a separação dos meios de produção do pequeno produtor mercantil, levando à proletarização destes e, por fim, a implantação do modo de produção capitalista. Este só poderia se desenvolver ou se expandir após a superação das relações feudais, em outras palavras, após a remoção tanto do latifúndio quanto do campesinato.

Conforme Oliveira (2004), os principais representantes dessa abordagem são: Murice Dobb, Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, Miguel Gimenes Benites e Maria Aparecida Serapião Teixeira.

Conforme Martins (1985), as abordagens teóricas que ascenderam cientificamente em meados do século passado procuravam compreender as transformações em andamento no campo brasileiro. Todavia, devido ao método e às concepções teóricas evolucionistas europeia e russa, que influenciaram significativamente as pesquisas nacionais, grande parte dos pesquisadores tinham dificuldades em compreender os novos sujeitos que ascendiam e atuavam no campo, suas organizações e estratégias de luta e resistência. Compreendiam que as transformações que estavam em curso tinham como pressuposto a expansão e generalização das relações capitalistas de produção, ou seja, o trabalho assalariado. Poucos procuravam compreender as contradições inerentes ao processo de desenvolvimento do modo

de produção capitalista no Brasil, um país de origem colonial e escravocrata e com um campesinato diverso e migrante⁷⁰.

A primeira e a segunda teorias determinam, a partir de compreensões teórico-metodológicas distintas, a extinção do campesinato e, conseqüentemente, da pequena propriedade familiar. Entretanto, ao analisarmos as mudanças que ocorreram na estrutura fundiária brasileira desde meados da década de 1990 até 2012, podemos observar que, primeiro, a pequena propriedade que corresponde à classe de área que vai de menos 1 à menos 200 aumentou, passando de 3.299.315 estabelecimentos rurais em 1998 para 5.331.689 estabelecimentos rurais em 2012; segundo, a área ocupada pela pequena propriedade também cresceu significativamente, alterando-se de 100.914.712,5 hectares em 1998 para 226.352.503,97 hectares em 2012.

Em consonância com essas informações, os estabelecimentos com classe de área que variam de entre 2.000 a mais de 100.000, classificados como grandes propriedades, saltou de 27.556 imóveis rurais em 1998 para 40.119 em 2012, enquanto a área em 1998 correspondia a 178.172.718 hectares e em 2012 a 254.306.154 hectares. É importante destacarmos que a Lei Nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993⁷¹ regulamenta em seu artigo quarto a pequena propriedade rural como aquela que possui área entre 1 e 4 módulos fiscais, a média entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande como mais de 15 módulos fiscais, lembrando que a área dos módulos varia de estado para estado e de município para município que vão do menor - 5 ha - ao maior - 10 ha - (OLIVEIRA, 2013).

Ao levarmos em consideração os dados do INCRA utilizamos a concepção adotada por Oliveira (2013) de que a pequena propriedade vai até 200 ha, a média de 200 ha a menos de 2.000 mil ha e a grande com mais de 2.000 mil ha. O aumento do número de estabelecimentos rurais e da área destes é uma tendência que pode ser observada em todas as regiões do país, exceto na região Norte, na qual havia 2.255.520 propriedades rurais em 1998 enquanto em 2012 havia apenas 432.713. Concomitantemente a isto, houve significativo aumento da área dos estabelecimentos rurais na região que passou de 93.013.658 hectares em 1998 para 182.468.381,6 hectares em 2012.

Podemos interpretar esse cenário a partir de dois argumentos, o primeiro é o de que houve a intensificação do processo de concentração da propriedade da terra devido a expansão do agronegócio canavieiro na região Centro-Sul e deslocamento da pecuária extensiva para a região Norte, ou seja, o que está ocorrendo é a ampliação da fronteira agrícola brasileira e por

⁷⁰ Op. Cit.

⁷¹ Lei que dispõe acerca dos dispositivos constitucionais da reforma agrária no Brasil.

isto o aumento da área, todavia, este processo não é acompanhado de uma maior democratização do acesso à terra; ou, segundo, de que as terras incorporadas no processo produtivo agropecuário são produtos do processo de grilagem de terras. No caso deste último, acreditamos que grande parte das terras cultivadas na Amazônia brasileira são públicas e, em decorrência disto, não estão juridicamente regulamentadas.

Tabela 5 - Brasil - Estrutura fundiária por classe de área - 1998-2003-2010-2011-2012

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011		2012	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
Total	3.586.525	415.548.886,6	4.290.531	418.483.332,3	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33	5.498.451	597.018.808,73
Menos de 1	68.512	35.181,9	81.995	43.409,1	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67	117.301	58.875,48
1 a menos de 2	118.926	160.875,8	141.481	191.005,5	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20	168.738	229.075,39
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,6	559.841	1.874.158,8	702.979	2.357.993,06	134.298	2.465.145,60	759.005	2.549.567,34
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,6	626.480	4.530.025,2	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70	829.862	5.996.899,20
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,3	1.109.841	18.034.512,2	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37	1.391.712	22.560.429,52
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,6	693.217	24.266.354,6	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05	860.300	30.210.990,87
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,3	485.956	33.481.543,2	578.783	40.096.597,35	595.691	41.306.259,46	611.745	42.414.477,17
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,4	272.444	36.516.857,8	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37		
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,6	181.919	56.037.443,2	230.539	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54	593.026	122.332.189,00

500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,4	68.972	47.807.934,8	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60	85.437	59.426.508,45
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.651.744,7	35.281	48.711.363,1	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16	41.206	56.933.642,14
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,8	26.341	77.612.461,9	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58	31.865	93.781.039,50
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,9	5.780	41.777.204,4	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46	6.157	44.106.421,27
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.684,8	635	8.600.834,2	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.668,60	1.113	15.263.453,08
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,8	294	8.502.361,6	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32	627	18.502.428,82
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269	32	2.181.546,4	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82	138	9.701.272,64
100.000 e mais	108	29.377.251,2	22	8.314.316,3	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83	219	72.951.538,86

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Houve nesta última década o aumento do número de pequenas propriedades rurais, normalmente camponesas, e de grandes propriedades rurais ou de propriedades capitalistas e da áreas de ambos os estabelecimentos. Historicamente não houve, portanto, a extinção da grande propriedade rural, produtiva ou improdutiva, apesar da última estar em descenso no estado de São Paulo, muito menos a eliminação da pequena propriedade rural que, inclusive, está aumentando, fenômeno que pode ser compreendido a partir dos processos de (re)criação do campesinato. O que alterou, na verdade, foi a forma e o conteúdo tanto do capitalismo, cada vez mais mundializado, proporcionando a desnacionalização do agronegócio brasileiro e paulista, como do campesinato, principalmente, daquele que compõe os acampamentos e que, provavelmente, irá habitar os projetos de assentamentos rurais.

O terceiro e, por fim, o último grupo de teóricos, também denominado “populistas” pelo primeiro grupo devido à compreensão de que o campesinato pode ser compreendido enquanto um modo de produção não-capitalista⁷², de acordo com a teoria de Chayanov (Oliveira, 1996), compreende que o desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, engendra relações de produção capitalistas, ou seja, o trabalho assalariado, que tem como principal expressão social o boia-fria, que trabalha no campo, mas, normalmente, reside na cidade e, contraditoriamente, (re)cria relações de produção não-capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar camponês.

Além de compreender que o campesinato é parte do capitalismo e, por este motivo, existe, resiste e (re)cria-se no bojo deste modo de produção, a terceira concepção teórica destaca o aumento quantitativo desta classe social desde a década de 1980 em decorrência dos processos de luta pela terra e reforma agrária. Os principais adeptos desta concepção são: Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin, Kostas Vergopoulos, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares dos Santos, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann, Regina Sader, Iraci Palheta e Rosa Ester Rosini (OLIVEIRA, 2004).

Se levarmos em consideração, ainda, as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 (ver tabela 6), que se distingue metodologicamente das informações apresentadas na tabela 5, podemos interpretar que existe no Brasil 5.175.489 estabelecimentos rurais com área de 329.941.393 hectares, sendo que 4.367.902 destes estabelecimentos são propriedades familiares ou camponesas distribuídas em uma área de 80.250.453 hectares e 807.578 propriedades capitalistas com uma área de 249.690.940 hectares. Apesar de possuir

⁷² Para saber mais consultar: Luxemburgo (1976); Shanin (1993); Amin e Vergapoulos (1977); Martins (1981).

um número extremamente maior de propriedades rurais, o território camponês não corresponde nem à metade em hectares do território capitalista ou do agronegócio.

Apenas 3.263.868 estabelecimentos se caracterizam como propriedade privada, enquanto 17.391 são assentamentos rurais sem titulação definitiva da terra, 196.111 estabelecimentos são utilizados por camponeses arrendatários, 126.795 propriedades são utilizadas através do regime de parceria, 368.668 são estabelecimentos ocupados por camponeses que, provavelmente, devem ser posseiros, ou seja, camponeses que possuem a posse, mas não o domínio jurídico da terra e, por fim, 242.069 são estabelecimentos nos quais os camponeses não possuem área suficiente ou disponível à prática agrícola (ver tabela 6).

Tabela 6 - Brasil - Estabelecimentos na agropecuária - Unidades - 2006

Condição legal	Condição do produtor					
	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Total*	193.111	7.166	16.343	2.659	6.171	2.172
Próprias	193.111		–	–	–	–
Terras concedidas por órgão fundiário sem titulação definitiva	110	7.166	13	1	1	–
Arrendadas	6.681	22	16.343	44	47	–
Em parceria	1.141	5	45	2.657	12	–
Ocupadas	723	5	102	33	6.172	–

* A categoria total inclui os estabelecimentos que declararam ter mais de uma condição legal das terras

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Como podemos observar, a terceira teoria é uma das que mais estão próximas da questão agrária brasileira, complexa e contraditória. No próximo capítulo, analisaremos uma concepção próxima dessa teoria, a de conflitualidade da questão agrária.

1.4. A CONCEPÇÃO DA CONFLITUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

A leitura epistemológica elaborada por Oliveira (1996) é bastante utilizada na Geografia, apesar de pequenas alterações e/ou atualizações. Por outro lado, Fernandes (2004 apud CARVALHO, 2005) propõe uma análise da questão agrária a partir dos seguintes modelos interpretativos: o paradigma do fim do campesinato, que compreende que o campesinato está em vias de extinção; o paradigma do fim do fim do campesinato, no qual o campesinato resiste e é (re)criado no âmbito do capitalismo; e o paradigma da metamorfose do campesinato, que compreende a transformação do campesinato em uma nova categoria social, a de agricultor familiar.

Mais tarde, Fernandes (2008; 2013) reformulará a sua leitura paradigmática, propondo a compreensão de apenas dois paradigmas: o paradigma da questão agrária e do paradigma do capitalismo agrário. O autor compreende que uma concepção paradigmática é uma espécie de “[...] modelo, um padrão, um protótipo ideal constituído pela ‘incomensurabilidade de suas maneiras de ver o mundo e nele praticar a ciência’ [...]” (KUHN, 2005, p. 23). Dessa forma, os paradigmas podem ser interpretados como “[...] visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais [...]” (FERNANDES, WELCH & GONÇALVES, 2012, p. 29). Cada paradigma analisa a realidade por meio de uma perspectiva teórico-metodológica e, conseqüentemente, de um método e intencionalidade⁷³.

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário estão em processo de difusão na academia, todavia ainda causa estranhamento naqueles que o conhecem pela primeira vez e repulsa naqueles que não concordam com essa maneira de analisar o conhecimento geográfico. Não nos interessa assinalar qual é a melhor maneira de compreender a questão agrária, mas sim encontrar um arcabouço teórico-metodológico que contribua com a análise do nosso objeto de estudo.

O paradigma da questão agrária objetiva compreender os processos de proletarização e de territorialização, desterritorialização, reterritorialização do campesinato no modo capitalista de produção. O paradigma da questão agrária não pode ser confundido com a

⁷³ [...] O foco de método do paradigma do Capitalismo Agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passo em história (FERNANDES, 2008, p. 20).

concepção de questão agrária, pois essa é um problema estrutural engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura e, aquela como uma referência teórica construída por diferentes pesquisadores com o intuito de compreender as generalidades e peculiaridades da questão agrária brasileira (FERNANDES, 2008).

O paradigma do capitalismo agrário objetiva compreender o desenvolvimento do agronegócio e/ou da agricultura familiar. Até meados da década de 1980, discussões a respeito do fim ou proletarização e da persistência do campesinato dominaram o cenário acadêmico do país, o que contribuiu com a construção de um paradigma da questão agrária (FERNANDES, 2008). Na década de 1990, Abramovay (1992) introduziu nas Ciências Humanas uma interpretação sobre o campo brasileiro que se tornou uma das principais referências teóricas na compreensão do que o autor denomina como agricultura familiar. O autor, por meio de sua tese de doutorado, contribuiu com a ascensão do paradigma do capitalismo agrário (FERNANDES, 2008).

Abramovay (1992) procurou romper com a paradigma dos clássicos marxistas - Kautsky (1998) e Lênin (1986) -, que dominaram as Ciências Humanas até a década de 1980, compreendendo que essas compreensões não colaboravam com as pesquisas a respeito dos fenômenos em ascensão do campo brasileiro. No paradigma clássico, “[...] não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nessas nações, a principal forma social do progresso técnico no campo” (ABRAMOVAY, 2007, p. 31), visto que “[...] o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou”⁷⁴.

Abramovay (2007) corrobora a ideia de que existe uma agricultura familiar extremamente moderna e que quando inserida no circuito produtivo do capitalismo pode contribuir com o desenvolvimento agrícola do país. O autor apresenta a concepção de que para se reproduzir socialmente o campesinato deve se transformar em agricultor familiar e se integrar ao modo capitalista de produção. Ou seja, o campesinato é uma categoria social antagônica ao mercado econômico que deve se transformar em uma nova categoria social, a de agricultor familiar. No paradigma da questão agrária, o campesinato é uma classe social subalterna, mas que resiste, no paradigma do capitalismo agrário o “[...] camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação” (FERNANDES, 2008, p. 15).

⁷⁴ Ibidem, p. 11.

Além do Ricardo Abramovay, autores como Henri Mendras, Hugues Lamarche, Claus Germer, Marcel Jollivet, Zander Navarro, Sergio Schneider, José Eli da Veiga e Maria de Nazareth Baudel Wanderley compõem o paradigma do capitalismo agrário (Fernandes, 2008). Além da compreensão da importância da agricultura familiar integrada ao mercado capitalista na contemporaneidade, esse paradigma é formado por uma vertente que se preocupa em apreender o desenvolvimento do agronegócio, caracterizando-o como um modelo de desenvolvimento eficiente diante das necessidades econômicas nacionais.

A questão paradigmática não se restringe à pesquisa acadêmica, pois também está presente nos movimentos socioterritoriais e nas políticas públicas atreladas ao desenvolvimento rural. O paradigma da questão agrária, por exemplo, está presente nas concepções da Via Campesina, MST, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC); já o paradigma do capitalismo agrário perpassa as compreensões da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL); no caso das políticas temos o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Novo Mundo Rural e o Projeto Lumiar de Assistência Técnica (FERNANDES, 2008).

É no âmbito da compreensão da imprescindibilidade do debate paradigmático que Fernandes (2008) constrói a concepção de conflitualidade da questão agrária que é interpretada nesta pesquisa como uma teoria analítica que colabora com a apreensão da luta contemporânea pelo acesso a terra. A luta pela terra é um conflito territorial que não se restringe apenas ao enfrentamento momentâneo entre classes sociais ou entre essas e o Estado, como no caso de uma ocupação de terra (FERNANDES, 2008). A análise do movimento do conflito e não do conflito por si só perpassa pela compreensão da questão agrária por meio da ideia de conflitualidade, pois conflitos por terra e desenvolvimento são processos intrínsecos às contradições do modo capitalista de produção⁷⁵.

Em outras palavras, concomitantemente ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura temos, de um lado, o desenvolvimento agrícola e tecnológico e, de outro, os conflitos por terra entre capitalistas/proprietários de terras e camponeses sem-terra. Os conflitos pela posse e uso da terra, por sua vez, são minimizados através de políticas de Estado, como a reforma agrária. Com a criação dos assentamentos rurais se estrutura, também, uma forma de desenvolvimento, agora baseada na pequena

⁷⁵ Op. Cit.

propriedade familiar e na produção de gêneros agrícolas que compõem a alimentação dos brasileiros. A luta pela terra não promove apenas o conflito, enquanto o agronegócio fomenta apenas desenvolvimento (FERNANDES, 2008). Ambos produzem conflitualidade que, também, acarreta desenvolvimento, no caso, capitalista e camponês:

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008, p. 06).

O desenvolvimento capitalista e camponês podem ser compreendidos por meio do quadro 2. O agronegócio se expande por meio da centralização e concentração do processo produtivo e o campesinato através da descentralização e desconcentração, produzindo gêneros agrícolas destinados aos mercados local e regional; o agronegócio tem como pressuposto o monocultivo, ou seja, a produção de *commodities* e agrocombustíveis e o campesinato tem como subsídio a multicultura agrícola; por fim, o agronegócio destrói a biodiversidade do planeta por meio de agrotóxicos extremamente nocivos ao homem e ao meio ambiente, arquitetando uma paisagem monótona e sem vida e o campesinato cultiva seus produtos em harmonia com a natureza, construindo uma paisagem diversa e impetuosa.

Quadro 2 - Comparativo entre o Agronegócio e o Campesinato

Agronegócio	Campesinato
<p style="text-align: center;">Centralização/Concentração</p> <ul style="list-style-type: none"> - Controle de todo o processo produtivo, desde o cultivo ao beneficiamento e comercialização; - Concentração de várias empresas em uma única empresa transnacional; - Concentração da propriedade da terra; 	<p style="text-align: center;">Descentralização/Desconcentração</p> <ul style="list-style-type: none"> - Processo produtivo descentralizado e desconcentrado, no qual várias propriedades rurais e pequenas indústrias locais e regionais produzem alimentos que, normalmente, compõem a alimentação diária da população;
<p style="text-align: center;">Destruição da Natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ciclo produtivo extremamente depende de produtos químicos, como agrotóxicos 	<p style="text-align: center;">Harmonia com a Natureza</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ciclo produtivo em consonância com os “tempos” da natureza. Em alguns casos,

que destroem a biodiversidade e contaminam os alimentos;	baseados em práticas agroecológicas ou orgânicas;
Monocultura	Multiculturas
- Produção de gêneros agrícolas para o mercado capitalistas, ou seja, para ração animal e agrocombustíveis.	- Produção de alimentos, frutas, legumes e verduras para o consumo da sociedade.

*Alterado pela autora.

Fonte: E. P. Girardi, (2008).

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Para concluir, o desenvolvimento produz conflitualidades que reproduzem o desenvolvimento e assim sucessivamente, reconstruindo elementos estruturais e conjunturais no que se refere a questão agrária. Em virtude da complexidade da questão agrária brasileira e paulista que nos próximos capítulos analisaremos o processo de espacialização do MST em diferentes contextos histórico-geográficos.



CAPÍTULO 2 - ESTUDO DA FORMAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE MULTIDIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

[...] Os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história, ou seja, criar caminhos próprios de luta, através delas pensar politicamente, interferir na dinâmica da sociedade [...].

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Pra mim é muito importante, principalmente pra quem não tem um estudo, que trabalhou só de boia-fria, cortando cana-de-açúcar. Meu trabalho é esse. Eu já trabalhei registrada em fazenda e tudo, pra mim é importante porque a gente foi criado na roça, nós não temos, minha família mesmo, meus irmãos, não possuem estudo, é tudo da roça. Eles moram perto de Cascavel, mas trabalham na roça, eles estão lá e continuam trabalhando na roça. Eu vou fazer 51 anos, mas durante toda a vida eu lutei pela roça. Eu sei carpir, eu sei plantar com máquinas, eu sei jogar veneno. O que é importante da roça, eu faço tudo, graças a Deus.

Acampado na regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013

Na verdade, o MST mudou muito a minha vida. A gente adquire experiência, vê a dificuldade das pessoas [...] vê como são difíceis as coisas. Mudou muito a vida da gente. Aí dá mais força pra lutar, ajudar as pessoas humildes [...].

Acampado na regional de Promissão entrevistado em março de 2013

2.1. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A (DES)TERRITORIALIZAÇÃO DO CAMPESINATO

Até meados da década de 1960, predominou no espaço agrário brasileiro e, especialmente, no paulista o padrão latifúndio-minifúndio de exploração da propriedade da terra e, ainda, relações de produção baseadas no colonato (BOMBARDI, 2006). Em decorrência da crise cafeeira, a produção de café, extremamente significativa no interior do estado de São Paulo, começou a ser substituída, primeiro, por pastagens para a produção de gado e cultivo de algodão e, mais tarde, sobretudo na década de 1970, pela produção de cana-

de-açúcar⁷⁶. A territorialização do cultivo canavieiro desencadeou a valorização do preço da terra e a expropriação e exclusão do campesinato, normalmente colonos ou posseiros, da terra⁷⁷. Parte desses camponeses optaram pela migração, outros pela organização de isolados movimentos de luta pela terra⁷⁸.

Concomitantemente à substituição da produção de café pela produção de algodão e cana-de-açúcar, teve início o processo de modernização da agricultura, sobretudo nas regiões Sudeste e Sul, expandindo-se mais tarde, para as regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A modernização da agricultura pode ser compreendida como um processo de transformação capitalista da agricultura (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27). Entretanto, nem todos os agricultores foram beneficiados com a modernização agrícola, visto que esse processo se restringiu às médias e grandes propriedades rurais.

A modernização da agricultura ocorreu a partir da transformação e expansão de três pilares: a) o físico-químico - com a difusão da utilização de defensivos agrícolas e adubos, sendo que em 1975, 62% dos estabelecimentos rurais do estado já haviam utilizado algum tipo de adubo, desses 59% eram químicos; b) o técnico - com a expansão do número de tratores e colheitadeiras, que passou de 8.372 na década de 1950 para 665.280 no ano de 1985, conforme o Censo Agropecuário (1985); c) o biotecnológico - com a utilização de sementes e mudas geneticamente modificadas (OLIVEIRA, 1981).

Nesse momento histórico, ocorreu o aumento do número de tratores e colheitadeiras, do consumo de insumos químicos e a ascensão de pesquisas tecnológicas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Somente na década de 1970, depois de um longo

⁷⁶ Op. Cit.

⁷⁷ As famílias colonas eram, normalmente, de origem europeia e chegaram ao Brasil, principalmente, entre o final do século XIX e início XX, uma das principais origens do campesinato paulista. Eram em sua maioria italianos, portugueses e espanhóis e, ainda, asiáticos, como os japoneses. Conforme Monbeig (1984, p. 147) “[...] entre 1827 e 1936, recebeu o Estado de São Paulo 2.901.204 imigrantes, mas foi sobretudo a partir de 1886 que o movimento adquiriu importância. Até, então, não entravam mais que algumas centenas de indivíduos por ano; forma nulas as entradas, por vezes. Em 1875, assinalou-se uma viragem, elevando-se a cifra anual a alguns milhares, durante alguns anos. Em 1887, pela primeira vez, o contingente de imigrantes foi além de dez mil, cifra acima da qual se manteve desde então [...] aparece entre 1887 e 1900 um primeiro período de forte imigração: São Paulo recebeu então 863.000 imigrantes, ou seja, 29,7% do total das entradas, entre 1827 e 1936. O ano recorde foi o de 1895, com 139.998 entradas [...]”. Somente a partir da década de 1950 esse tipo de migração foi substituída pela interna (Monbeig, 1984).

⁷⁸ Panorama que culminou, no ano de 1959, mandato do então governador do estado Carvalho Pinto, em conflitos pela posse e uso da terra como o movimento **Arranca Capim**, no município de Santa Fé do Sul, e a ocupação da Fazenda Santa Helena, no município de Marília, por um grupo de posseiros organizados pelo Partido Comunista. Neste mesmo período também ocorreram vários conflitos por terra nos municípios de Meridiano e Itapeva (BOMBARDI, 2006).

processo de difusão das bases físico-químicas, tecnológicas e biotecnologias, ocorreu o desenvolvimento dos denominados Complexos Agroindustriais (CAIs).

Nesse ínterim, a estrutura fundiária brasileira e paulista eram extremamente concentradas, como podemos observar na tabela 7.

Tabela 7 - Brasil - São Paulo - Estabelecimentos por grupo de áreas - 1975

Especificação	10 ha		10 a 100 ha		100 a 1000 ha		1000 e mais	
	Nº	Há	Nº	Há	Nº	Há	Nº	Há
Brasil	52,3	2,8	38	18,6	8,9	35,8	0,8	42,8
São Paulo	35,1	2,4	51,5	23,5	12,4	44,3	1	29,8

Fonte: Censo Agropecuário (1975) apud Oliveira (1981).

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

No caso do Brasil, as propriedades rurais com até 10 hectares se destacavam em quantidade, mas concentravam uma área bastante pequena, enquanto as propriedades rurais com 1.000 hectares ou mais eram restritas em números, mas concentravam quase metade das terras agricultáveis do território nacional. No estado de São Paulo, o cenário não era muito diferente, os estabelecimento entre 10 e 100 hectares correspondiam a quase 80% das propriedades rurais existentes em uma área de, aproximadamente, 25% do total, enquanto os estabelecimentos rurais acima de 1.000 hectares representavam 1% do total e concentravam quase 30% das terras agricultáveis. Números que corroboram com a concepção de que a modernização da agricultura contribuiu com a concentração da propriedade da terra e que, por outro lado, a concentração fundiária não foi um empecilho ao desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

A modernização da agricultura e, mais tarde, a constituição dos Complexos Agroindustriais ocorreram, principalmente, em virtude da articulação política e econômica entre proprietário da terra, capital industrial e capital estatal por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (DELGADO, 2012). O SNCR é um sistema de crédito agrícola estatal extremamente seletivo e “[...] explicitamente voltado para os grandes proprietários de terra, viabilizou a internalização da agricultura aos setores industriais a montante (D1 agrícola) e a jusante (indústrias processadoras) [...]” (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 80). Em 1976, período auge do processo de industrialização da agricultura, o SNCR disponibilizou,

aproximadamente, US\$ 20 bilhões para tecnificação da produção de gêneros agrícolas, valor que correspondia ao PIB da agricultura brasileira⁷⁹.

Em 1970, apenas 11,5% (567.598) dos estabelecimentos rurais tinham acesso ao SNCR no estado de São Paulo; em 1980, cerca de 21% (1.058.058); em 1985, 12,6% (734.351); e 70% de todo o crédito agrícola disponível nesse período foi destinado a propriedades rurais com mais de 1.000 hectares, corroborando a ideia de que o SNCR beneficiou poucos proprietários de terras ou, mais especificamente, os grandes proprietários de terras (OLIVEIRA, 2003).

A modernização da agricultura possibilitou, por um lado, a expansão do modo capitalista de produção no campo, a expansão territorial da fronteira agrícola e a constituição dos Complexos Agroindustriais, mas também, a expropriação do campesinato. A modernização agrícola desencadeou, portanto, mudanças estruturais no espaço agrário paulista, como aumento do número de trabalhadores assalariados, especialmente boias-frias, e, contraditoriamente, a (re)criação do campesinato, e no espaço urbano, pois parte dos camponeses expropriados migrou para as cidades, causando o inchaço dos centros urbanos e o aumento do desemprego.

É no âmbito dos processos de modernização da agricultura, expropriação e (re)criação do campesinato que, na década de 1980, o MST ascendeu no campo, não só no estado de São Paulo, mas na região Sul do Brasil, conforme será explorado no próximo subcapítulo.

2.2. A FORMAÇÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE MULTIDIMENSIONAMENTO DOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

O objetivo principal do presente capítulo é compreender a leitura geográfica desenvolvida pelo geógrafo Bernardo Mançano Fernandes em sua dissertação de mestrado sobre o processo de espacialização do MST no estado de São Paulo entre meados da década de 1980 e o início da década de 1990. Resumidamente, de acordo com o autor, a espacialização do MST ocorre por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política em: espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. Ao abordar a espacialização do MST, o autor utiliza as categorias científicas: espaço social, lugar social, movimento social e território. Nesta parte do texto vamos nos

⁷⁹ Ibidem, 2012.

preocupar apenas com as duas primeiras, pois o espaço social e o lugar social foram imprescindíveis para a emergência do MST.

O espaço social é compreendido por Fernandes (1996), como uma “[...] realidade produzida pela materialização da existência social, por meio da realização integral da vida em seu processo de desenvolvimento ininterrupto” (p. 22). Em outras palavras, “[...] o espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura, etc”⁸⁰. Ao ser produzido, o espaço é concomitantemente transformado por relações socioespaciais. A sociedade, portanto, produz e é produzida pelo espaço.

Nas décadas de 1970 e 1980, o país vivenciou um período de extrema efervescência política. Alguns episódios, como as greves de trabalhadores nos municípios de São Bernardo do Campo e de Santo André, os movimentos pela redemocratização do Brasil e os conflitos por terra, contribuíram com a materialização de um espaço social propício à organização da sociedade civil. No que se refere aos conflitos por terra especificamente, destacamos a ocupação das glebas Macali e Brilhante e formação do acampamento Encruzilhada Natalino, no estado do Rio Grande do Sul; a ocupação da fazenda Burro Branco, no estado de Santa Catarina; e a ocupação das fazendas Primavera, Pirituba, Tucano e Rosanela no estado de São Paulo⁸¹.

O espaço social apresentado contribuiu com a produção de lugares sociais, também conhecidos como espaços de socialização política. Os lugares sociais eram espaços nos quais diferentes sujeitos se organizavam politicamente em torno de um objetivo em comum que, no caso dos camponeses sem-terra, era o acesso a terra de trabalho. Segundo Fernandes (1996, p. 23) “[...] o lugar social é fundamental para a própria reprodução do espaço social que produz, pois é onde se desenvolvem as experiências que permitem conquistar o espaço social e transformá-lo [...]”. O lugar social é uma manifestação do espaço social que contribui com a transformação do próprio espaço social.

A Igreja Católica, a partir das diretrizes da Teologia da Libertação, desenvolveu um importante lugar social, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). As CEBs eram os espaços de socialização política onde os camponeses sem-terra refletiam a respeito da realidade social em que viviam, marcada pela exclusão e exploração exercida pela agricultura capitalista. Dessa forma, “[...] as comunidades deixam de ser apenas local no qual os fiéis iam à procura de paz para se tornar um espaço de reflexão e de opções pessoais e coletivas a respeito da

⁸⁰ Ibidem, p. 22.

⁸¹ Op. Cit.

vida”⁸². Além das CEBs, os encontros estaduais e regionais organizados por camponeses sem-terra também eram lugares sociais nos quais esses sujeitos discutiam formas de organização coletiva em torno da luta pela terra.

Em 1982, por intermédio da Igreja Católica e de sindicatos de trabalhadores, os camponeses sem-terra organizaram o primeiro encontro dos sem-terra da região Sul do país no município de Medianeiro, estado do Paraná. Em seguida, os camponeses sem-terra sistematizaram o primeiro encontro nacional no município de Goiânia, estado de Goiás, do qual participaram famílias de 16 estados da União. Em 1983, os camponeses sem-terra criaram a Comissão Regional Provisória, no estado de Santa Catarina. A articulação era composta por 2 representantes de cada estado com a função de articular as lutas em escala estadual e, conseqüentemente, nacional. A comissão contribuiu com a organização de núcleos de sem-terra e de comissões municipais, que permitiram a ampliação do movimento sem-terra (CADERNO DE FORMAÇÃO MST, 1986).

Nas CEBs ou nos espaços de socialização política, os camponeses sem-terra construíaam o espaço comunicativo e o espaço interativo. O espaço comunicativo pode ser caracterizado como “[...] o lugar e o espaço do conhecer e do aprender. É também o lugar estratégico de formação da cidadania [...]”⁸³. O espaço interativo é o estágio no qual “[...] os sujeitos em movimento, no processo de organização, já possuem o conhecimento crítico de sua realidade e a consciência da possibilidade de ação [...]”⁸⁴. Somente após a composição do espaço comunicativo e do espaço interativo, os camponeses sem-terra construíaam o espaço de luta e resistência. A ocupação da terra e o acampamento são a materialização dos sem-terra e dos seus objetivos, são os espaços do enfrentamento⁸⁵.

O multidimensionamento dos espaços de socialização política permitiu a gênese a espacialização do MST no estado de São Paulo e em grande parte do território nacional e também contribuiu, em alguns casos, com a territorialização do MST. Conforme Fernandes (1996), a territorialização ocorre quando os camponeses sem-terra conquistam a propriedade rural reivindicada:

[...] Espaço social como realidade produzida pelas relações sociais entre as classes e o lugar social, onde se desenvolvem as experiências e o movimento em questão. Esse processo cria e recria a possibilidade da conquista de fração do território: a terra. A conquista de uma fração do território é um trunfo na

⁸² Ibidem, p. 60.

⁸³ Ibidem, p. 228.

⁸⁴ Ibidem, p. 231.

⁸⁵ Ibidem, p. 237.

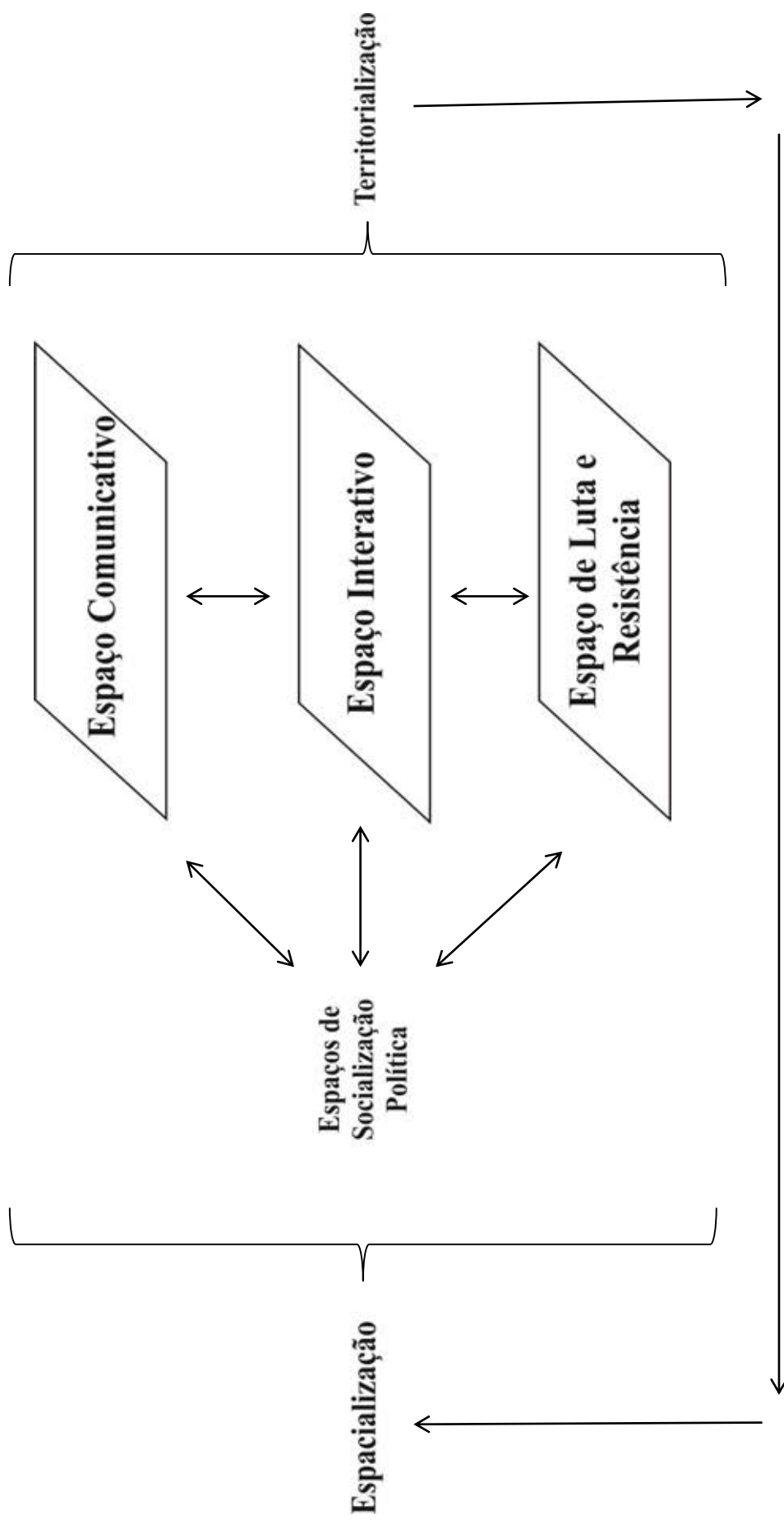
luta. Ela viabiliza o processo de territorialização da própria luta (FERNANDES, 1996, p. 26).

A conquista de porções do território nacional pelos camponeses sem-terra ocorre através do processo de conflitualidade:

[...] A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. [...] Espaço e território são elementos constitutivos dos movimentos socioterritoriais. Assim como a espacialização e a territorialização são processos pelos quais esses movimentos se tornam dinâmicos, manifestando territorialidades que estão em desacordo com a ordem vigente (PEDON, 2009, p. 173).

Elaboramos um fluxograma que contribui com a compreensão da leitura geográfica desenvolvida por Fernandes (1996) a respeito do processo de espacialização da luta pela terra:

Fluxograma 2 - Da espacialização à territorialização do MST, segundo Bernardo Mançano Fernandes (1996)



Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Um das principais referências teóricas de Fernandes (1996) para a construção da concepção de multidimensionamento do espaço de socialização política é a pesquisa desenvolvida por Tarelho (1988). Esse autor compreende que a constituição de identidades coletivas ocorre através da comunicação e da aprendizagem dos sujeitos envolvidos nos processos de organização política, ou seja, da construção de elementos de ordem subjetivo-psicossociais. A evolução da sociedade, por exemplo, só foi possível devido aos processos de aprendizagem que se desenvolvem no âmbito das estruturas normativas (HABERMAS, 1989). É por esse motivo que, a falsa consciência é determinada pela deformação sistemática da livre comunicação:

[...] De forma sintética, podemos dizer que o que se passa quando esses mecanismos de defesa são acionados é que os paleossímbolos da esfera privada infiltram-se na linguagem da esfera pública e produzem distorções na medida em que eles não possuem a mesma lógica da gramática e não permitem a distinção entre o mundo exterior e o interior. Com essas distorções, a percepção da realidade externa fica prejudicada (TARELHO, 1988, p. 59).

A superação da falsa consciência pode ser construída por meio da re-simbolização de temas banidos da comunicação e do aprendizado dos camponeses sem-terra, como luta pela terra e reforma agrária. Quando os camponeses sem-terra participam do espaço comunicativo e do espaço interativo, a concepção de que a realidade não pode ser transformada é alterada e a materialização desse processo é a ocupação da terra. No trecho a seguir, podemos compreender a importância da comunicação e da aprendizagem na espacialização do MST. Após participar de várias reuniões, uma família sem-terra que morava e trabalhava no município de Campinas, decidiu migrar para o município de Castilho com o objetivo de ocupar uma propriedade e de transformá-la em um território camponês:

A minha família migrou do estado do Paraná pra Campinas, aqui em São Paulo, em 1987. A gente foi trabalhar, eu arrumei serviço aos 15 anos de idade [...] no Jockey Club de Campinas e o meu irmão mais novo, em seguida, também entrou no Jockey Club. A minha mãe trabalhava no Frango Assado e o meu pai tinha um problema de saúde muito sério, inclusive ele ficou sem trabalhar durante muito tempo. Nesse período, em 1989, meu pai estava trabalhando em uma construção civil em Campinas como servente de pedreiro. **Na construção, o meu foi informado que em Sumaré estava sendo organizado um grupo de sem-terra para conquistar uma terra. Essa era a conversa, conquistar uma terra da reforma agrária. Meu pai foi na primeira reunião, foi na segunda, ele ficou totalmente empolgado, a gente tinha saído da terra, nós vivíamos no Paraná de arrendamento de terra, arrendava pequenos sítios e plantava. Agora a ideia era de ter**

um sítio, uma terra que fosse nossa. Ele foi às reuniões e ele ficou extremamente empolgado com essa ideia, ele convenceu a minha mãe a ir também a algumas reuniões e em seguida eles nos convenceram. Nós éramos em 5 filhos, hoje nós somos em 7 irmãos, é que depois nasceu mais 2. [...] Nós concordamos, gostamos da ideia de voltar pra terra, de ter um sítio, de ter uma área que fosse nossa, porque a nossa experiência era viver na terra que era dos outros. **Em seguida, uns quatro, cinco meses depois que a gente começou a participar das reuniões que aconteciam em Sumaré num distrito que chamava Nova Veneza [...]. Em todas as regiões de Campinas estavam acontecendo reuniões, na época a gente não participava de todas porque tinha reuniões em bairros e também tinha encontros centralizados, nesses encontros centralizados a gente ia e aí nos empolgamos e viemos então de Campinas no ano de 1989 e ocupamos a fazenda Pendengo, no município de Castilho.** A fazenda chama pendenga foi uma área de muita disputa. Essa fazenda foi declarada pelo governo José Sarney no I Plano Nacional de Reforma Agrária como [...] área pra reforma agrária e não só ela, aqui na região de Andradina tinham várias, outra era a própria Timboré que virou o assentamento onde a gente está hoje. Tinham outras áreas como a fazenda Esmeralda em Pereira Barreto, a fazenda São José, a fazenda Aroeira no município de Guaraçaí, e outra fazenda no município de Birigui e tinham outras aqui que se perderam no processo por falta de mobilização social na época. [...] Nós viemos em quatro ônibus e cinco caminhões de coisas, todos vieram para a fazenda Pendenga, ocupada no dia 27 de janeiro de 1989, numa madrugada fria, não era tão fria não, mas chuvosa. Naquele tempo não conseguimos essa área (Acampado na regional de Andradina entrevistado em junho de 2013, grifo nosso).

O multidimensionamento dos espaços de socialização política possibilitou o surgimento do MST, bem como a sua espacialização. Em 1984, aconteceu o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Centro Diocesano de Formação localizado no município de Cascavel, estado do Paraná. O evento, que contou com a presença de 100 camponeses sem-terra de 12 estados do país, teve como intuito oficializar a existência do MST e os seus objetivos, como a luta pelo acesso a terra e a reforma agrária. Nesse episódio, de acordo com o Caderno de Formação do MST (1986, p. 07), o Movimento definiu os seguintes princípios políticos:

- Lutar pela reforma agrária;
- Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo;
- Reforçar a luta pela terra com a participação de todos os trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis;
- Que a terra esteja em mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e o de sua família;
- O Movimento dos Sem Terra deve sempre manter a sua autonomia política;
- Unir-se na luta pela conquista da terra;

- Articular as nossas lutas através de encontros, visitas e trocas de experiências;
- Fortalecer o Movimento a nível estadual e nacional;
- Sensibilizar a opinião pública para os nossos direitos;
- Unir a luta do campo com a luta da cidade e dos indígenas;
- Ampliar o Movimento nos municípios e regiões onde ainda não está organizado;
 - Buscar apoio das entidades, sindicatos, Igrejas e denunciar os que não assumem a luta;
 - Divulgar as lutas e conquistas;
 - Envolver e pressionar os sindicatos para que assumam junto conosco a luta, ajudar os sindicatos novos e também ajudar a derrubar as diretorias pelegas;
 - O acesso à terra deve ser através da pressão e da luta;
 - Não queremos terra por crédito fundiário, por BNH rural ou outros projetos de fundo de terras, que só desviam as verdadeiras soluções para nossos problemas;
 - Os que conquistam a terra devem trabalhar, cuidar, mostrar que querem a terra para o trabalho e não para o negócio;
 - Os que conquistam a terra devem continuar participando do Movimento e apoiando inclusive materialmente;
 - Em todas as conquistas de terra deve-se discutir formas alternativas de posse e cultivo da terra;
 - Somos contra a colonização do Norte e exigimos reassentamentos dos sem-terra nos estados de origem.

Os camponeses sem-terra organizados pelo MST deveriam reivindicar através de ocupações de terra e acampamentos:

- Terras de multinacionais;
- Terras dos latifúndios;
- Terras do Estado;
- Terras mal aproveitadas;
- Terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 08).

Os critérios adotados pelo Movimento para a organização de uma ocupação de terra eram:

- Povo bem preparado e lideranças capacitadas para enfrentar a barra que vier;
- Avaliar a conjuntura política para ver qual é o melhor momento;
- Caso ocorram ocupações de terra não decididas pelo MST, o Movimento não as assumirá e apoiará (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1986, p. 12).

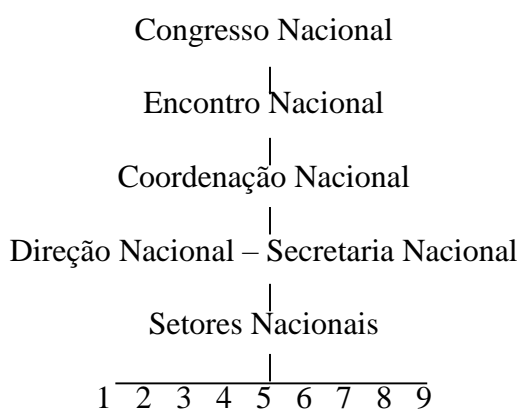
Em 1985, o Movimento realizou o seu 1º Congresso Nacional no município de Curitiba, estado do Paraná. O episódio contou com a presença de 1.500 camponeses dos 14 estados nos quais o MST estava em processo de espacialização e territorialização. Nesse momento, a ocupação da terra e o acampamento foram interpretados como o principal mecanismo de luta pela terra. Os temas do congresso “Terra não se ganha, se conquista” e “Ocupação é a única solução” traduzem claramente os objetivos do MST (COLETTI, 2005).

No âmbito desse congresso, o Movimento também propôs ao Estado algumas reivindicações, como o controle do processo de reforma agrária, a desapropriação de propriedades rurais acima de 500 hectares, a implantação de políticas de reforma agrária em terras dos estados e da União, a desapropriação das terras apropriadas por empresas estrangeiras e a extinção do Estatuto da Terra⁸⁶.

Nesse ínterim, houve a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e a constituição da União Democrática Ruralista (UDR), organização com o objetivo de representar os interesses políticos dos proprietários de terra, claramente contra os movimentos socioterritoriais e a reforma agrária.

O MST adotou ao longo do seu processo de consolidação política, espacial e territorial uma estrutura organizativa em escala nacional:

Figura 1 - Estrutura organizativa do MST



1 - Relações internacionais, 2 - Secretaria Nacional; 3 - Produção; 4 - Frente de massa; 5 - Educação; 6 - Formação; 7 - Comunicação; 8 - Finanças; 9 - Projetos.

Fonte: Fernandes (1996).

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

⁸⁶ Op. Cit.

Apesar de o Movimento manter a mesma estrutura organizativa na contemporaneidade, algumas instâncias não funcionam da maneira que deveriam, tema que será abordado no último capítulo.

O MST surgiu em um período histórico-geográfico favorável à organização política dos camponeses sem-terra explorados ou expropriados pelo processo de modernização da agricultura. De acordo com Fernandes (1996), a consolidação e a espacialização do MST só foi possível em virtude de um espaço social e lugar social que contribuíram com o multidimensionamento dos espaços de socialização política em espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. A ocupação da terra e a formação do acampamento ocorriam após a formação e organização política dos camponeses sem-terra. Vamos analisar no próximo capítulo como esses processos ocorriam empiricamente através na análise de experiências de lutas.

2.3. A FORMAÇÃO E A ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO

A partir da segunda metade do século XX, intensos conflitos por terra eclodiram no estado de São Paulo. Entre os anos de 1964 e 1981 foram registrados aproximadamente 130 enfrentamentos. Os conflitos em questão ocorreram principalmente nas regiões de Bauru (1), Sorocaba (3), Campinas (3), Marília (4), São José do Rio Preto (6), Araçatuba (9), Vale do Paraíba (10), Ribeirão Preto (14), Pontal do Paranapanema (24) e litoral (54) (FERNANDES, 1996). Nesse período, os conflitos por terra eram territorialmente dispersos e socialmente fragmentados, ainda assim, contribuíram significativamente com a constituição do MST no estado.

Dentre os enfrentamentos que promoveram a ascensão do Movimento, destacamos a disputa entre um grupo de camponeses posseiros e o empresário J. J. Abdala pela posse da fazenda Primavera, localizada nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência. O conflito em questão é um dos divisores de águas entre os conflitos por terra localizados e a gênese do MST no estado de São Paulo⁸⁷.

Os camponeses posseiros da fazenda Primavera chegaram à região noroeste do estado por volta das décadas de 1920 e 1930, alguns eram originários do Nordeste brasileiro, outros

⁸⁷ Op. Cit.

do estado de Minas Gerais, além dos imigrantes italianos que chegaram ao país entre o final do século XIX e início do XX. Os posseiros eram, portanto, migrantes e imigrantes que se fixaram nessa porção do estado com o objetivo de adquirir a posse da terra e, dessa forma, reproduzirem-se socialmente. Todavia, J. J. Abdala se apresentou aos posseiros, por meio de documentos falsificados, como proprietário daquelas terras, e por esse motivo, passou a cobrar renda da terra em produto. Parte dos alimentos produzidos pelos posseiros deveria ser concedida ao proprietário, que também manipulou os camponeses para que adquirissem os produtos vendidos no armazém da fazenda, levando-os a contrair dívidas altíssimas⁸⁸.

Cansados de serem explorados por J. J. Abdala, os posseiros da fazenda Primavera decidiram se organizar politicamente e lutar pela posse da área. Para isso, contaram com a contribuição da Igreja Católica através da CPT e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP). Com a contribuição da CPT, houve a construção de espaços de socialização política, que promoveram a ascensão de uma nova fase no processo de luta pela terra⁸⁹. Depois de mais de 10 meses de reuniões, discussões e aprendizados, os camponeses posseiros se organizaram em núcleos de famílias nos quais a participação das mulheres foi fundamental. Após a resistência dos camponeses posseiros, a fazenda Primavera foi desapropriada - Decreto 84.877 de 8 de julho de 1980.

Em 1981, um grupo formado por assalariados rurais reivindicou cerca de 1.200 hectares que sobraram da fazenda Primavera depois que os posseiros foram assentados. Em 1982, o grupo conquistou os lotes remanescentes. A partir dos processos de luta e resistência citados nasce o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, movimento que contribuiu com a gênese do MST no estado.

No ano de 1983, 89 famílias camponesas ocuparam uma área de 1.100 hectares pertencente à Companhia Energética de São Paulo (CESP), localizada no município de Castilho. Nesse mesmo período, 107 famílias ribeirinhas ocuparam outra área da CESP no município de Castilho e outras 29 famílias ocuparam uma área experimental que também pertencia à CESP. As ocupações citadas foram organizadas pela Igreja Católica, FETAESP, CUT e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1984, cerca de 50 famílias camponesas sem-terra, organizadas pelo Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, ocuparam 370 hectares que ainda restavam da fazenda Primavera. Todavia foram despejados pela polícia e acamparam na beira da Rodovia SP-563, o que levou o INCRA a selecionar 37 famílias e assentá-las. A partir dessas

⁸⁸ Op. Cit.

⁸⁹ Op. Cit.

experiências, outros grupos de camponeses optaram pela ocupação da terra como maneira de agilizar os processos de desapropriação.

Nesse mesmo período, representantes dos movimentos camponeses que atuavam isoladamente no estado de São Paulo, como o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Pontal do Paranapanema e o Movimento dos Sem Terra de Sumaré, participaram do congresso nacional que deu origem ao MST. Após o evento, os camponeses sem-terra organizaram no município de Andradina o 1º Encontro Estadual da Luta pela Terra. Além de promover a consolidação do MST no estado, o encontro contou com a participação de camponeses que organizavam as lutas pela terra nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema e Sumaré⁹⁰. Essas regiões são, de certa forma, os berços do MST no estado, ou seja, as regiões nas quais a espacialização da luta pela terra promoveu a territorialização dessa e a constituição de um movimento socioterritorial.

No caso da região do Pontal do Paranapanema, os conflitos por terra se intensificaram, sobretudo na década de 1980, após a demissão de inúmeros trabalhadores da Destilaria Alcídia e das Usinas Hidrelétricas Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu instaladas na década de 1970. Em 1983, 350 famílias camponesas sem-terra, trabalhadores desempregados, boias-frias e ribeirinhos atingidos pelas barragens ocuparam as fazendas Tucano e Rosanela, propriedades da construtora Camargo Corrêa e da empresa Vicar S/A Comercial e Agropastoril, respectivamente. Algumas semanas depois das ocupações, as famílias foram despejadas das fazendas e acamparam nas margens da Rodovia SP-613. Em 1984, o governo do estado desapropriou um área de 15.110 hectares e assentou as 466 famílias⁹¹.

Os conflitos por terra no Pontal do Paranapanema eram diferentes dos processos que ocorriam na região de Andradina devido à inexpressiva atuação na CPT nessa porção do território paulista. Em função da postura conservadora do Bispo da Diocese de Presidente Prudente, não ocorreu a construção de espaços de socialização política no âmbito das CEBs. É por esse motivo que, a luta pela terra era normalmente organizada por partidos políticos populistas.

Os conflitos por terra no Pontal do Paranapanema são produtos do processo de grilagem de terras que teve início em meados do século XIX. Nesse período, foram formados dois grilos principais, o da fazenda Pirapó-Santo Anastácio, que a princípio possuía 583.100 hectares, e o da fazenda Rio do Peixe ou Boa Esperança do Aguapeí, com 872. 200 hectares. Todas as propriedades rurais que não tiveram suas posses legitimadas até o ano de 1856,

⁹⁰ Op. Cit.

⁹¹ Op. Cit.

deveriam ter sido arrecadas pelo governo do estado de São Paulo, pois se tratavam de áreas públicas⁹². Ao invés disso, as fazendas foram desmembradas e comercializadas, formando uma série de pequenos grilos que são reivindicados nos dias de hoje pelo MST.

Nesse período, os camponeses sem-terra e trabalhadores rurais que optavam pela luta, ocupavam terras, formavam acampamentos e levavam para esses espaços “[...] a mala, o cachorro e o guarda-roupa [...]”, ou seja, “[...] vinham morar no acampamento e lutavam mesmo pela terra, 90% desse pessoal foi assentado [...]” (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013). As famílias sem-terra acreditavam na luta pela terra, arriscavam-se em ocupações de terra, em conflitos com os jagunços das fazendas ocupadas, em conflitos com a polícia, mas não desistiam facilmente da terra.

As famílias acampadas construía, além dos espaços de luta e resistência, espaços de vida e esperança. Os acampamentos não se constituía apenas enquanto materialização da luta pela terra por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política, mas também como espaço de vivência e convivência:

As famílias camponesas, de fato, não sabem se irão permanecer e por quanto tempo irão continuar naquela área, e também se aquele lugar, em algum momento será a fonte do seu trabalho. Como essa indefinição está presente em todo momento, as famílias começam a criar afinidades e relações de comunidade no acampamento. Por exemplo, muitas famílias no acampamento acabam ordenando a composição territorial com seus pertences e sua história. Isso é revelado pelo jardim na frente de alguns barracos, o aumento do barraco com a vinda de outros componentes da família, uma varanda ao lado do barraco, aprendendo a construir um modo de vida diferenciado, perdido entre o passado como negação e o futuro como transformação (FELICIANO, 2003, p. 104).

Ainda no início da década de 1980, ocorreu a luta de um grupo de camponeses sem-terra pela fazenda Pirituba com 17.500 hectares, localizada na região de Itapeva e Itaberá, sudoeste do estado. A propriedade pertencia à Companhia Agropecuária Angatuba, mas devido a dívidas hipotecárias a área teve que ser transferida ao governo do estado nos anos de 1950. O governo destinou a área a um agricultor italiano com o objetivo de produzir trigo. Esse, além de não produzir o que foi estipulado, arrendou a propriedade a uma terceira pessoa. Ao saber do ocorrido, o governo estadual tentou retomar a área por meio da Lei de Revisão Agrária, todavia não obteve sucesso.

⁹² Op. Cit.

Em 1983, depois de um intenso processo judicial, parte da propriedade foi desapropriada para a criação da gleba Pirituba I com 181 lotes de terra. Um grupo que ocupou uma parte da fazenda em 1981 foi despejado. Esse mesmo grupo reocupou a área em 1983 e, mais uma vez, foi despejado. Em 1984 a área foi novamente ocupada e o projeto de assentamento Pirituba II desenvolvido. Concomitantemente a esses processos, houve a constituição do Movimento Sem Terra de Sumaré, na região de Campinas.

O Movimento Sem Terra de Sumaré surgiu em 1982 no âmbito do Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima. O grupo era formado por camponeses que migraram para os centros urbanos à procura de emprego, todavia a maioria estava desempregado. A ideia de ocupar uma propriedade rural surgiu após um dos membros do movimento conhecer a luta dos posseiros da fazenda Primavera. Em 1983, as famílias do Movimento Sem Terra de Sumaré ocuparam as terras da usina Tamoio, localizada no município de Araraquara. A propriedade estava penhorada pelo governo estadual. Logo após a ocupação, as famílias foram despejadas por jagunços das fazendas e ocuparam o Horto Floretas da estação de Loreto, propriedade da Ferrovias Paulista S/A (FEPASA), no município de Araras, mas também foram despejadas. Em 1984 as famílias foram assentadas no Horto Florestal de Sumaré, outra propriedade da FEPASA⁹³.

A partir da experiência do primeiro grupo de famílias do Movimento Sem Terra de Sumaré, outros grupos se organizaram. O grupo II surgiu durante a fundação do MST em 1984, as famílias que o compunham se prepararam ao longo de quase um ano. Em 1985, depois de inúmeras negociações entre o movimento e o Secretário da Agricultura, com o objetivo de encontrar uma área na qual as famílias pudessem ser assentadas, 45 famílias do grupo II, com a ajuda do grupo I, ocuparam o Horto Florestal Boa Vista, propriedade da FEPASA, localizada no município de Sumaré. Depois de alguns dias, as famílias foram despejadas e acamparam na Avenida Dom Agnelo Rossi, no conjunto habitacional Padre Anchieta, município de Campinas. Após novas negociações, as famílias finalmente venceram e reocuparam a área. Concomitantemente a esse conflito, emergiu um terceiro grupo que possibilitou a espacialização do Movimento Sem Terra de Sumaré em outros municípios, como Campinas, Paulínia, Indaiatuba, Nova Odessa, Santa Gertudres e Limeira.

O grupo III, com o objetivo de se manifestar diante da morosidade do governo do estado em relação ao caso das famílias sem-terra, organizou duas caminhadas. As famílias foram assentadas na fazenda Jupira pertencente a Companhia Agrícola, Imobiliária e

⁹³ Op. Cit.

Colonizadora (CAIC), no município de Porto Feliz. Ainda em 1985, outras ocupações de terra foram registradas no estado, como a ocupação da fazenda Capuava por 29 famílias, no município de Capão Bonito, a ocupação de uma das fazendas do grupo GJ Agropecuária por 32 famílias, no município de Promissão, duas ocupações dos grupos do município de Sumaré em Brejo Alegre e Juritis, região de Birigui e a ocupação da fazenda São José por 22 famílias, na região de Andradina⁹⁴.

Os conflitos apresentados anteriormente compõem a primeira fase do processo de formação e espacialização do MST. As ocupações de terra e os acampamentos formados nas regiões de Andradina e de Campinas foram os que mais contribuíram com a constituição do Movimento, diferentes dos conflitos que ocorreram nas regiões de Pirituba e Pontal do Paranapanema. Nessas regiões, as famílias sem-terra não construíram espaços de socialização política devido à influência de diferentes instituições políticas e à participação de um público bastante heterogêneo nas ocupações de terra.

No caso de Sumaré, as famílias sem-terra moravam na cidade, todavia construíram durante meses espaços de socialização política, nos quais as famílias se preparavam para as ocupações de terra⁹⁵. De acordo com Fernandes (1996):

A origem da luta pela terra em Sumaré é distinta das outras lutas no estado, pelo fato de emergir de uma realidade diferente das demais regiões estudadas. Uma das diferenças é que na luta de Andradina (fazenda Primavera), os trabalhadores estavam no campo. Na luta de Itapeva (fazenda Pirituba) havia a participação de arrendatários e meeiros. Na luta do Pontal havia a participação mista de boias-frias, desempregados das construções das barragens e posseiros. Em Sumaré, todos os trabalhadores que participaram das lutas estavam na cidade [...] (p. 117).

Até o ano de 1985, os conflitos por terra eram bastante característico e normalmente ocorriam por meio do multidimensionamento do espaço de socialização política. A partir de meados da década de 1980, o multidimensionamento do espaço de socialização política deixou de ser uma prática comum. O espaço comunicativo e o espaço interativo passaram a ser desenvolvidos no âmbito do espaço de luta e resistência:

1) as ocupações com um pequeno número de famílias não conseguiam mais chamar a atenção da mídia e tampouco do Estado. 2) com o aumento do número de famílias na luta pela terra, era necessário criar vários grupos e a sua formação exigia muito tempo e pessoal formado para esse fim, o que era

⁹⁴ Op. Cit.

⁹⁵ Op. Cit.

uma grande dificuldade. 3) com a massificação não era mais possível criar o espaço interativo, onde se desenvolvia a discussão para a socialização política do processo de luta (FERNANDES, 1996, p. 170).

Entre os anos de 1985 e 1987 surgiu um quarto grupo de famílias na região de Campinas. Os indivíduos eram oriundos dos municípios de Sumaré, Indaiatuba, Valinhos, Rio Claro e Americana. Em 1987, após intensas reuniões e mobilizações para que o governo do estado assentasse as 400 famílias organizadas pelo MST, os trabalhadores optaram pela ocupação da terra. Nesse mesmo ano, 45 famílias acampadas na BR-153, em frente à fazenda Reunidas no município de Promissão, propuseram ao MST que ocupassem em conjunto a área. Todavia, o MST decidiu que aquele momento não era oportuno e desmobilizou partes do quarto grupo. Alguns meses depois, o governo federal desapropriou 17.138 hectares da fazenda Reunidas, em seguida, as 45 famílias acampadas na rodovia ocuparam a propriedade.

No final do ano de 1987, 350 famílias do grupo IV ocuparam a área, o que resultou em conflitos entre as 45 famílias e o MST. Para garantir que fossem assentadas, as famílias organizadas pelo MST ocuparam a sede do INCRA e, em 1988, organizaram uma caminhada de Promissão a São Paulo. Após várias manifestações, o INCRA propôs assentar as famílias na fazenda Bela Vista do Chibarro em Araraquara, um parte aceitou, a que não aceitou acabou sendo assentada na Reunidas. Em 1992, as famílias fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Padre Josino (COPAJOTA)⁹⁶.

De acordo com Almeida e Paulino (2000), ainda na década de 1980, as ações do MST objetivavam, principalmente, a ocupação do latifúndio e desconcentração da estrutura fundiária. No decorrer da conquista de projetos de assentamentos rurais, o Movimento percebeu que a conquista da terra não resolvia problemas como a fome das famílias camponesas assentadas que não conseguiam produzir alimentos para a subsistência. Por esse motivo, em 1989, o MST definiu as seguintes palavras de luta “Ocupar, resistir e produzir”, o que significa o aprofundamento da sua organização no que diz respeito a produção agrícola, culminando na criação, em 1991, do Sistema Cooperativista dos Assentamentos (SCA), com o objetivo de organizar a produção e a comercialização dos produtos.

Em maio de 1992, o Movimento implantou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrário do Brasil (CONCRAB). Conforme Stédile e Gorgen (1991) as cooperativas passaram a ser interpretadas pelo Movimento enquanto uma forma de implantar a reforma agrária e o socialismo, ou seja, através das associações e cooperativas o Movimento

⁹⁶ Op. Cit.

objetivava, também, a conscientização dos trabalhadores e o fortalecimento das lutas. Nesse mesmo período, houve a formação do grupo V na região de Campinas que em 1989 ocupou a fazenda Pendengo no município de Castilho, mas não obteve sucesso. O grupo era composto, sobretudo, por trabalhadores e/ou desempregados urbanos que, mais tarde, ocupou a fazenda Timboré, no mesmo município (MICHELETTO, 2003).

Com o objetivo de pressionar a desapropriação da área, as famílias ocuparam em conjunto com um grupo de famílias acampadas em outras regiões do estado, como no Pontal do Paranapanema, a sede do INCRA em São Paulo. Em 1990, ocuparam a propriedade novamente. De acordo com a autora, a luta pela fazenda Timboré, bem como a desapropriação da área e implantação de um projeto de assentamento rural com o mesmo nome, caracterizam a ascensão de um novo paradigma na luta pela terra na região de Andradina, visto que, nesse período o Movimento consolidou uma estrutura organizativa, demandas políticas e conquistou, após intensos conflitos, importantes assentamentos rurais. Além disso, o conflito pela fazenda Timboré constitui um processo de dupla negação, ou seja, de negação, primeiramente, à exploração vivenciada nas cidades pelos camponeses desterritorializados ao longo do processo de modernização da agricultura e, segundo, à estrutura fundiária concentrada⁹⁷.

Com a ocupação da fazenda Anhumas, logo após a da fazenda Timboré, o MST decidiu internamente que, ao invés de as famílias sem-terras organizadas pelo Movimento reivindicarem apenas uma propriedade rural por vez, deveriam pleitear, ao mesmo tempo, várias propriedades improdutivas ou públicas existentes no noroeste do estado. Esse processo contribuiu com a implantação de uma sede do ITESP na região e com a consolidação da regional de Andradina, onde, a princípio, estava localizada a secretaria do MST. Atualmente, a secretaria estadual do MST está localizada na cidade de São Paulo, próxima aos centros de decisões políticas.

No final da década de 1990, o MST protagonizou outra fase no processo de espacialização da luta pela terra na região de Andradina. Nessa, o Movimento pressionou o INCRA e o ITESP para que realizassem uma espécie de varredura de vistorias nas propriedades rurais existentes nessa porção do estado. Nesse processo foram avaliadas 160 áreas, sendo que 50 foram declaradas improdutivas, mas apenas 37 foram reivindicadas pelo INCRA, o que, mais uma vez, impulsionou o número de ocupações de terra e acampamentos:

⁹⁷ Op. Cit.

Naquele tempo, na região de Andradina, nós conquistamos a fazenda Timboré, porque nela a nossa luta foi mais teimosa, ocupamos e ficamos. Ocupamos, teve conflito, gente ferida e devido a esse conflito social que se estabeleceu firmemente pela Timboré, ela virou assentamento rural e a Pendenga não. Depois, a Pendenga se tornou assentamento numa nova fase da luta que é uma retomada, uma sequência de um novo impulso que nós chamamos de varredura de vistoria, que nós conquistamos. Foi uma conquista do movimento social, crescemos, ocupamos, e aí começamos a estabelecer uma pauta para o governo federal e para o governo estadual. Porque o governo estadual? Porque aqui nós tínhamos uma atuação muito forte do ITESP. Nós começamos a cobrar dos dois órgãos, do INCRA e do ITESP que fizessem uma varredura de vistoria para desapropriar diversas áreas que a gente considerava como áreas improdutivas da região de Andradina. Os dois órgãos, INCRA e ITESP, fizeram um convênio, o INCRA pagava, alocava os recursos e o ITESP fez uma fiscalização em quase todas as fazendas dessa região. Na época foram 160 vistorias. Das 160 [fazendas], 50 fazendas foram consideradas improdutivas, entre elas a Pendenga. As vistorias foram nesse período devido à nova fase impulsionada pelo movimento social e a pressão das lutas que estavam estabelecidas aqui. Das 50 fazendas que foram vistoriadas em 2001 e 2002, o INCRA tentou desapropriar aquelas que eram improdutivas. Sobraram aproximadamente 37 fazendas [...]. Hoje nós estamos aqui na região com 45, nós tínhamos 10 até 2001, 10 fazendas que já tinham sido desapropriadas para 45, então foram 35. O I Plano Nacional de Reforma Agrária tinha como prioridade fazer reforma agrária em áreas com características de latifúndio ou então de minifúndio. Processo realizado, em um primeiro momento, aqui na região. Em segundo momento, existia mobilização social [...], o que desencadeou um processo forte de luta, de mobilização. Quase todas essas fazendas passaram a ter acampamentos e chegamos a ter mais de 2.500 quase 3.000 famílias acampadas na região. Nós chegamos a ter só do Movimento 16 acampamentos e em torno de 1.800 famílias acampadas. Os sindicatos também tinham alguns acampamentos, um total de quase 3.000 famílias acampadas em 2005, 2006, 2007. Depois, com a instituição dos assentamentos esse número foi reduzindo, porque o número de áreas com possibilidade de desapropriação foi diminuindo. No total, hoje são 46 assentamentos. Em todas as áreas houve a atuação do MST de alguma forma. Às vezes na luta não teve, mas hoje tem através da organização, associação, cooperativa, e tem acampamentos que foram muito fortes durante a luta e depois da criação do assentamento se distancia da estratégia do Movimento de cooperativa (Coordenador da regional de Andradina entrevistado em junho de 2013).

Quase todas as fazendas improdutivas possuíam acampamentos nas mediações da propriedade ou na beira da estrada. O número de famílias mobilizadas chegou a quase 2.000. As vistorias também contribuíram com a espacialização da luta pela terra em municípios onde o Movimento ainda não havia chegado, como Jales, Pereira Barreto, Suzanápolis e Pontalinda. O MST organizou na região aquilo que o Estatuto da Terra e o I PNRA

estipularam, a implantação de políticas de reforma agrária em regiões com um número expressivo de latifúndios⁹⁸.

Ainda na década de 1990, 400 famílias ocuparam a fazenda Santo Antônio do Pau D'Alho em Paulicéia, mas foram despejadas e acamparam na beira da rodovia. Em 1994, ocuparam mais uma vez a área e foram despejadas, momento em que integraram o MST. As famílias ocuparam a propriedade mais de 10 vezes sem sucesso. Em 1995, 900 famílias ocuparam a fazenda Anhumas.

Em 1986, 106 famílias ocuparam uma área na região de Itapeva e foram assentadas em caráter emergencial no mesmo ano. Em 1989, 182 famílias ocuparam dois lotes remanescentes da fazenda Pirituba, mas foram despejadas e acamparam nas margens da Rodovia Francisco Alves Negrão em frente à propriedade. Em 1990, as famílias reocuparam a área, foram despejadas novamente e acamparam em um lote cedido pelas famílias assentadas. Depois de meses de ocupações de terra sem sucesso, o governo do estado sequestrou os dois lotes de terras e assentou 48 famílias. Em 1991, o MST atuava, sobretudo, nas regiões de Itapeva e Pontal do Paranapanema, mas estavam formando um novo grupo na região de Campinas.

Em 1990, o MST realizou a sua primeira ocupação enquanto movimento socioterritorial organizado no Pontal do Paranapanema, quando 700 famílias ocuparam as mediações da fazenda Nova Pontal em Rosana. Antes mesmo de serem despejadas, as famílias acamparam nas margens da Rodovia SP-613. Meses depois ocorreu um fato inédito no estado, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) despejou da beira da rodovia como forma de desmobilizar o Movimento.

As famílias que resistiram acamparam em partes da gleba XV de Novembro. Depois de algumas negociações com a Secretaria da Agricultura, 220 famílias foram transferidas para uma área pertencente à própria Secretaria da Agricultura. Depois de meses, as famílias ocuparam a fazenda São Bento em Mirante do Paranapanema. O acampamento foi transferido dias depois para uma área da estação Engenheiro Veras, do ramal ferroviário (desativado) de Dourados da FEPASA, mas meses depois as famílias reocuparam a fazenda. O conflito construiu um elemento novo no processo de espacialização da terra, visto que as famílias deixaram o acampamento montado na área da estação, mas ocuparam a fazenda e tombaram

⁹⁸ Apesar do número expressivo de assentamentos rurais criados na região de Andradina, quase 50, conforme Paula (2012), não houve a desconcentração da propriedade da terra nessa porção do Estado, questionando o quanto reformadora é a reforma agrária no estado.

uma área para cultivar alimentos. Para todo efeito, os acampados não estavam nas mediações da propriedade⁹⁹.

Ao longo desses processos, surgiram três táticas que até então não existiam no processo de espacialização: a chegada de novas famílias a ocupação da terra ou ao acampamento depois do grupo já formado; a ocupação da propriedade sem a formação do acampamento; e, ainda, o tombamento das terras da fazenda reivindicada para o cultivo de alimentos. As estratégias de luta pela terra são construídas ao longo do processo de espacialização conforme os desafios vão surgindo. Em alguns casos, quando os camponeses sem-terra não concordam com as novas estratégias ou elas são impostas pelo MST, as lutas são desmobilizadas.

Em 1991, as famílias ocuparam a fazenda Santa Clara em Mirante do Paranapanema. Nesse mesmo ano, o MST arregimentou 900 famílias e reocupou a fazenda São Bento e ocupou a fazenda Canaã, no mesmo município. Essas famílias foram mobilizadas devido à divulgação das ocupações de terra por meio dos trabalhos de base realizados pelo setor de frente de massas do Movimento e, inclusive, da rádio Universal do município de Teodoro Sampaio. Antes dessas duas ocupações de terra também não houve a construção de espaços de socialização política. Mais tarde, 800 famílias ocuparam as fazendas Flor Roxa e Washington Luís.

Em 1992, 500 famílias ocuparam a fazenda Ipanema em Iperó. O processo de formação desse grupo demorou, aproximadamente, 15 meses. Nesse processo, 160 famílias foram assentadas, 200 desistiram da luta, 110 ocuparam em 1994 uma fazenda da Petrobrás em Tremembé e outras 20 ocuparam a fazenda Porta do Sol em Martinópolis¹⁰⁰.

Em 1993, 600 famílias de diferentes acampamentos ocuparam novamente a fazenda São Bento. Após serem despejadas montaram um único acampamento, o União da Vitória, com 1.800 famílias. O acampamento foi organizado em setores e grupos de famílias, todavia devido à magnitude adquirida, os setores não funcionavam conforme o planejados e grande parte dos grupos de família não participavam do acampamento ou das ocupações de terra:

[...] No estado de São Paulo, a permanência das famílias, em tempo integral, só foi possível nos lugares onde existiam as redes de apoio, que forneciam ao menos a alimentação necessária, e essa não era a realidade do Pontal. Assim, muitas famílias construíram os seus barracos, mas vinham ao acampamento apenas nos finais de semana para participar das assembleias e tomar conhecimento do andamento das negociações. Com essa prática,

⁹⁹ Op. Cit.

¹⁰⁰ Op. Cit.

mesmo no acampamento também não foi dimensionado o espaço de socialização política, de forma que a maioria dos trabalhadores não participava das discussões políticas. As lideranças não consultavam a imensa maioria dos acampados acerca das decisões que a Coordenação Regional havia tomado, com relação às ações e às táticas a serem adotadas. A massa era mobilizada toda vez que os coordenadores convocavam uma assembleia, para que ela participasse da execução das decisões políticas da Coordenação Regional (FERNANDES, 1996, p. 180).

As famílias que não podiam participar das atividades do acampamento e das ocupações de terra, quando possuíam condições financeiras “[...] pagavam o equivalente a uma cesta básica ou um salário mínimo por mês para outras pessoas que ocupavam os seus barracos no acampamento e as representavam nas reuniões e assembleias”¹⁰¹. Características muito próximas do que ocorre nos acampamentos organizados pelo MST nos dias de hoje.

A questão da mobilização de massas para as ocupações de terras e acampamentos é uma concepção ainda muito presente nas interpretações dos dirigentes e coordenadores do MST, os militantes acreditam que a luta pela terra está em descenso porque não existe um número expressivo de famílias organizadas, pois “não tem jeito de fazer a luta sem a massa, não tem jeito. Poderia ser ao contrário, poderia ser pelas vias institucionais, mas ela não tem interesse nisso daí [...]”, ou seja, “[...] sem gente e sem massa não se faz luta, não é com teoria, não é com boa vontade, tem que ter gente, gente brava, porque só gente alienada também não adianta muita coisa” (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013).

Na década de 1990, o MST cadastrava 2.000 ou até 3.000 famílias interessadas em lutar por terra, pois segundo um dos membros do MST “[...] fazer acampamento era a coisa mais fácil do mundo [...]” (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013). Surgem também, nesse contexto, acampamentos de diversos tipos, como resposta às experiências adquiridas pelo MST e à conjuntura política, como os acampamentos permanentes ou abertos:

Espaço de luta e resistência para onde as famílias de diversos municípios se dirigem e se organizam. Desse acampamento permanente, os sem-terra partem para várias ocupações, para onde podem se transferir ou, em caso de despejo, retornarem para o acampamento (FERNANDES, 2001, p. 24).

Em 1993, 2.500 famílias, entre meeiros e filhos de assentados de reforma agrária, ocuparam a fazenda Jangada, declarada improdutiva pelo INCRA. O mais interessante desse

¹⁰¹ Ibidem, p. 196.

processo de luta pela terra é que as famílias se dividiram em dois grupos, visto que a maioria não concordava com a massificação das ocupações de terra, o que desmobilizou quase 2.000 famílias.

Até o ano de 1994, o MST havia ocupado 22 vezes a fazenda São Bento e mantinha o acampamento fora das mediações da propriedade, período em que foi, finalmente, desapropriada. Depois do assentamento Santa Clara, o São Bento constitui a segunda conquista do MST na região do Pontal do Paranapanema. Ainda nesse ano, 1.000 famílias organizadas pelo MST ocuparam a fazenda Estrela D'Alva, logo após desapropriada e transformada em assentamento rural.

Em 1995, 1.800 famílias ocuparam as fazendas Haroldina, Arco-Íris, Canaã e King Meat em Mirante do Paranapanema. Com o objetivo de aumentar cada vez mais o número de famílias mobilizadas, os acampamentos permaneceram abertos àquelas que famílias que queriam participar da luta pela terra e já haviam sido cadastradas pelo MST. Até o final do ano de 1995, além das áreas citadas, outras fazendas haviam sido ocupadas e reocupadas pelo MST como as fazendas Marco II, Alvorada, Mirante, Santa Cruz, Santa Rosa, Santa Helena e Santa Carmem.

O primeiro período de espacialização do MST - meados da década de 1980 – se distingue completamente do segundo período - final da década de 1980 e década de 1990. O processo de espacialização do MST por meio do multidimensionamento dos espaços de socialização política corresponde a um momento bastante específico da luta pela terra. O processo em questão não existia mais no final da década de 1980, pois a espacialização da luta pela terra era desenvolvida a partir da articulação e massificação das ocupações de terra e acampamentos, o que exige um número maior de indivíduos organizados em um tempo menor.

Ao priorizar a intensidade, o MST inibiu o núcleo do processo de espacialização da luta pela terra que é a formação de espaços políticos próprios e a construção de uma identidade coletiva sem-terra. A práxis é estruturada no âmbito do processo de luta pela terra. A partir do momento em que as famílias participavam parcialmente desses espaços, as práticas eram prejudicadas. Segundo Fernandes (1996), a nova metodologia criou relações de dependência entre dirigentes, coordenadores e a base social do MST, produzindo a alienação e/ou a passividade das famílias em relação ao processo de luta pela terra. As informações acerca dos processos de luta pela terra, por exemplo, restringiam-se aos dirigentes e coordenadores. As famílias só ficavam sabendo poucos dias antes da ocupação para poderem

se preparar. A área que as famílias reivindicavam também ficava a critério das lideranças. Segundo Feliciano (2003, p. 103):

Isso é compreensível e preocupante. Primeiro, porque assim como o movimento camponês acumula experiências e estratégias, também acumula inimizades e adversários. Muitas ações do movimento camponês são acompanhadas por interesseiros, imediatistas ou agentes especializados, infiltrados a mando de fazendeiros, da polícia militar, ou da agência do governo federal. [...] A preocupação é que não há nesse processo uma relação de igualdade (somente algumas pessoas possuem essas informações), o que pode gerar uma relação de dependência e desconfiança, de ambas as partes. Alguns acampamentos no estado de São Paulo se depararam com esse tipo de relação, o que em geral enfraquece o movimento camponês.

As práticas adotadas pelo MST ao longo da espacialização da luta pela terra ocasionaram certo desconforto interno, principalmente quando os membros não chegavam a um consenso. Um dos desdobramentos desse processo é a fragmentação da luta pela terra por meio da dissidência do MST e a consequente consolidação de outros movimentos socioterritoriais no campo. Conforme Mitidiero Junior (2002), a partir da espacialização do MST surgiu um número expressivo de movimentos organizados ora com diretrizes distintas daquelas adotadas pelo MST, ora organizados após conflitos internos ao Movimento, provocando cisões, como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Esses argumentos que podem exemplificados através das informações sistematizadas no quadro abaixo.

Observamos que, até 1995 o MST era um dos únicos movimentos socioterritoriais que atuavam em ocupações de terra, o que não quer dizer que inexistiam movimentos isolados ou sindicatos favoráveis à luta pela terra, entretanto essas organizações não possuíam como principal forma de acesso à terra a ocupação. Todavia, entre 1996 e 2012 surgiram 38 movimentos socioterritoriais e/ou sindicatos que passaram a ocupar terras com o objetivo de conquistá-las. A década de 2000 é a que concentra o maior número.

Quadro 3 - São Paulo - Movimentos socioterritoriais que atuaram em ocupações de terra - 1988-2012

Ano	Número e Sigla dos Movimentos Socioterritoriais
1988	1 - Não Identificado
1989	1- Não Identificado
1990	1 – MST
1991	2 - CUT, MST

1992	1 – MST
1993	1 – MST
1994	1 – MST
1995	1 – MST
1996	2 - MBUQT, MST
1997	3 - ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS 7 DE SETEMBRO, MBUQT, MST
1998	7 - MAST, MST, MTB, MT, PAZ SEM TERRA, SEM TERRA DE ROSANA, TERRA BRASIL
1999	6 - CONTAG, MAST, MBUQT, MST, MTB, MTRSTB
2000	5 - CONTAG, FETRAF, MBUQT, MST, MTRSTB
2001	2 - MLST, MST
2002	3 - MAST, MCST, MST
2003	8 - CONTAG, FERAESP, FETRAF, MAST, MNF, MST, MTSTCB, STR
2004	10 - ARST, CUT, FETRAF, MAST, MPT, MST, MTB, MTV, MUST, OTC
2005	6 - CUT, FETRAF, MAST, MLT, MST, MUB
2006	10 - CONLUTAS, FERAESP, FETRAF, MAST, MBUQT, MLST, INDÍGENAS, MST, OITRA, UNIDOS PELA TERRA
2007	13 - CONLUTAS, CONTAG, CTV, CUT, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, MST, MTB, OITRA, UNITERRA, UST
2008	13 - CONTAG, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, MST, MST da Base, MTB, MTRSTB, MTST, QUILOMBOLAS, UNITERRA, VIA CAMPESINA
2009	12 - CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, MAST, MLST, INDÍGENAS, MST, MST da Base, MTL, MTST, UNITERRA
2010	8 - ABUST, CUT, FERAESP, FETRAF, MLT, MST, MST da Base, MTST
2011	9 - CONTAG, CUT, FERAESP, MAST, MLST, MST, MST da Base, MTST, UNITERRA
2012	6 - CUT, MAST, MST, MST da Base, MST Independente, STR
Total	40

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA), 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além da multiplicidade de movimentos socioterritoriais, em meados da década de 1990, o MST realizou o seu 3º Congresso Nacional no Distrito Federal, no qual redirecionou, mais uma vez, a luta pela terra, levando-a do campo para a cidade por meio de trabalhos de base em centros urbanos. Esse processo que já ocorria há anos, mas se tornou oficial, principalmente, em grandes metrópoles como São Paulo, a partir do tema “Reforma agrária: uma luta de todos”.

A partir da análise dos temas dos cadernos de formação do MST também é possível observar como o Movimento, a partir de suas experiências, vai remodelando a luta pela terra e reforma agrária (ver quadro 4). A reforma agrária era compreendida pelo Movimento como

uma luta de toda a sociedade brasileira, do campo e da cidade, com terra ou sem-terra, de camponeses, trabalhadores rurais e urbanos.

Quadro 4 - Temas dos cadernos de formação do MST

Número	Tema	Ano
1	A organização do Movimento/Quem é quem na luta pela terra	
2	Mulher sem-terra	
5	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Organização	1985
6	O papel do assessor e da Secretaria	1985
8	O papel da Igreja no Movimento Popular	1985
9	Terra não se ganha, se conquista!	1986
10	A luta continua: como se organizam os assentamentos	1986
11	Elementos sobre a teoria da organização no campo	1986
12	Vamos construir um projeto político da classe trabalhadora	1987
13	Nossa força depende da nossa dedicação	1987
14	Construir um sindicalismo pela base	1987
15	A mulher nas diferentes sociedades	
17	Plano Nacional do MST 1989 a 1993	1989
18	O que queremos com as escolas dos assentamentos	
19	Calendário histórico dos trabalhadores	1993
20	A cooperação agrícola nos assentamentos	1993
21	Questões práticas sobre cooperativas de produção	1994
22	Dicas para buscar a eficiência	1994
23	Programa de Reforma Agrária	1995
24	Método de trabalho popular	1997
25	Preparação dos encontros estaduais e 9º encontro nacional do MST	1997
26	A vez dos valores	1998
27	Mística: uma necessidade no trabalho popular organizativo	1998
28	Pequenas histórias para entender economia política	1998
29	Campanha de construção da Escola Nacional do MST	1998
30	Gênese de desenvolvimento do MST	1998
31	O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária	1999
32	O massacre de Eldorado dos Carajás	1999
33	Latifúndio: o pecado agrário brasileiro	2000
34	O MST e a cultura	2000
35	Método de organização: construindo de um jeito novo	2000

Fonte: Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Essa compreensão também estava em consonância com o objetivo de massificar cada vez mais a luta pela terra, ampliando o seu foco e conteúdo, e de criar um novo tipo de

assentamento rural, a Comuna da Terra, com no máximo 800 hectares, próximas a grandes centros urbanos, lotes entre 1 e 10 hectares de áreas individual e uma área coletiva. O MST começou a se aproximar das cidades de São Paulo, Campinas e Vale do Paraíba com o objetivo de arregimentar famílias interessadas em compor acampamentos de luta pela terra (GOLDFARB, 2011). Nesse momento, surgiu a regional Grande São Paulo em consonância com a organização dos trabalhos religiosos desenvolvidos pela Fraternidade do Povo da Rua, formada por membros da CPT e das CEBs, com moradores de rua. O intuito inicial da fraternidade era cuidar da saúde dos moradores de rua por meio de vagas em albergues, remédios e roupas, todavia as campanhas eram insuficientes e pouco alteravam as condições de vida dessa população¹⁰².

Nesse ínterim, a fraternidade começou a encaminhar moradores de rua interessados em conhecer a realidade dos assentamentos rurais de reforma agrária às regiões de Andradina, Iaras, Pontal do Paranapanema e Vale do Paraíba. Nesse contexto, o MST começou a enviar militantes para organizarem trabalhos de base com moradores de rua e com moradores de áreas periféricas das cidades de São Paulo, Franco da Rocha, Cajamar, Jandira e Campo Limpo. Ao entrelaçar as questões campo e cidade, o MST contribuiu com a formação do MTST, no município de Campinas em 1997¹⁰³. Segundo Goldfarb (2011), as famílias ou indivíduos urbanos organizados pelo MST possuíam vivências mediadas pela espoliação rural ou urbana, visto que alguns possuíam histórias de vida atreladas ao campo e à migração campo cidade, em contraposição, outros nasceram e se criaram na cidade e nunca tiveram contato algum com o campo. Um dos acampamentos constituídos nesse contexto, denominado Nova Canudos, era formado por 1.200 famílias que em 199 ocuparam uma propriedade rural no município de Porto Feliz¹⁰⁴.

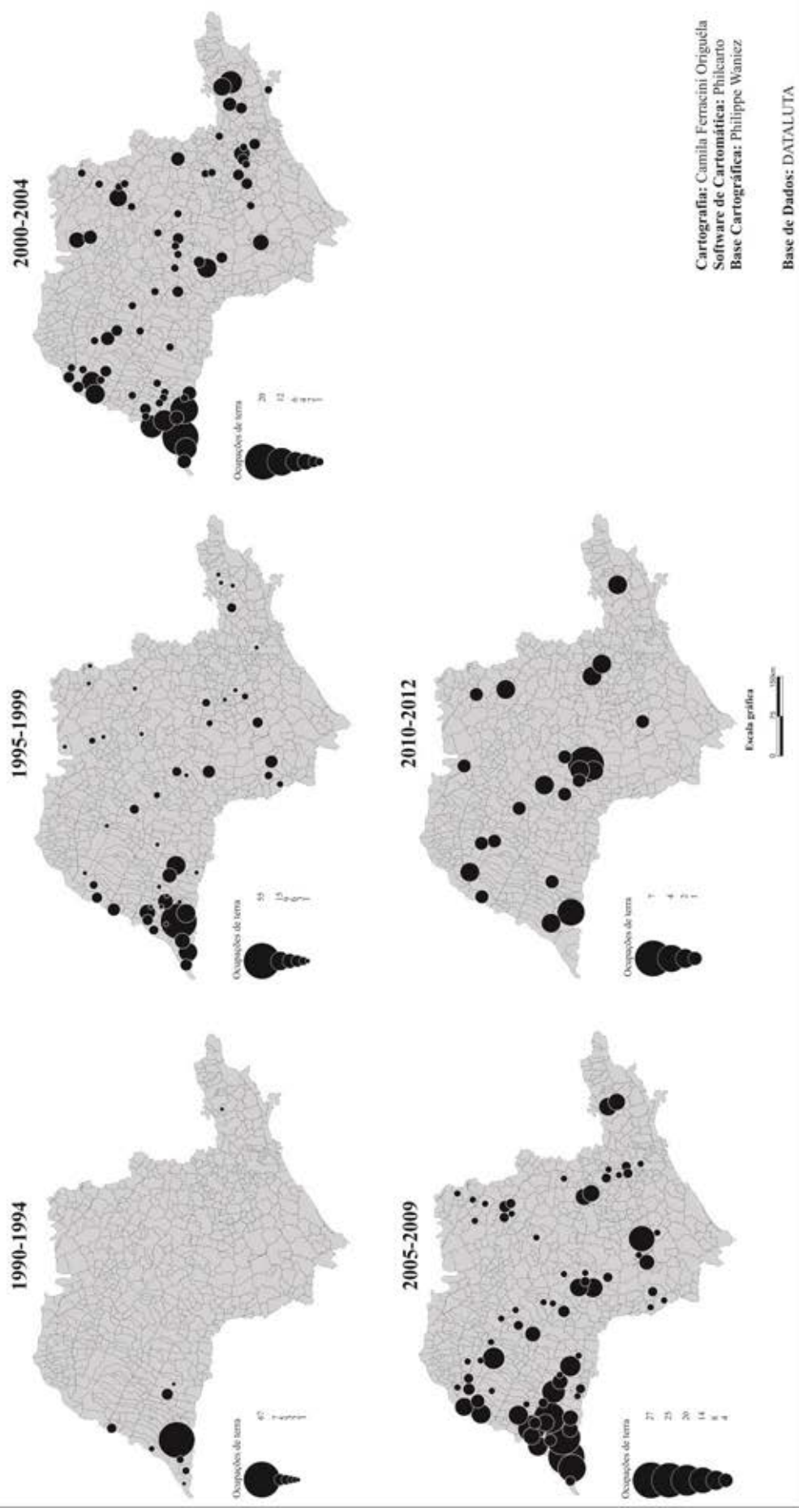
De acordo com o mapa 3, podemos observar que entre os anos de 1990 e 1999 as ocupações de terra protagonizadas pelo MST se concentravam, principalmente até o ano de 1994, no Pontal do Paranapanema. A partir de meados da década de 1990, foram registrados conflitos por terra em praticamente todas as regiões do estado. Em outras palavras, as experiências vivenciadas no primeiro período permitiram a espacialização do MST em diferentes municípios, tendência que se manteve até o ano de 2012.

¹⁰² Op. Cit.

¹⁰³ Op. Cit.

¹⁰⁴ Op. Cit.

Mapa 3 - São Paulo - Ocupações de terra - MST - 1990-2012



Os anos 1980 e 1990 foram decisivos para a consolidação do MST enquanto movimento socioterritorial autônomo. Todavia, a partir desse momento, o MST transfere para os acampamentos os espaços comunicativo e interativo que, até então limitavam-se às CEBs, e a espacialização da luta pela terra também é profundamente alterada. Além disso, a articulação e massificação da luta pela terra possibilitaram a espacialização e territorialização do MST em diferentes regiões do estado, mas também, produziram contradições como o afastamento das lideranças e da base, a não formação política das famílias acampadas, a desistência das famílias acampadas, a dissidência do MST e formação de novos movimentos socioterritoriais¹⁰⁵.

Na medida em que o MST espacializa a luta pela terra novos desafios foram surgindo, novas diretrizes foram criadas, novos espaços foram construídos e, conseqüentemente, resignificados. Os trabalhos de base em grandes cidades e os projetos Comuna da Terra exemplificam claramente esses processos. Além disso, nesse mesmo momento, o MST começou a espacializar a luta pela terra em municípios e regiões onde, até então, não atuava, edificando, concomitantemente, inéditos processos e contradições, conforme será explorado no próximo capítulo.

¹⁰⁵ Para saber mais consultar Sobreiro (2013).



CAPÍTULO 3 - ESTUDO DA MASSIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DO PROCESSO DE SOBREPOSIÇÃO DOS ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Sim, várias vezes, porque é muito sofrido isso daqui. Existem horas que você pensa em desistir. Porque você vai ali, vai sair uma terra, está pra sair, chega e depois não sai, aí não sai, aí você fica sem saber o dia que sai, quando é que vai sair, entendeu. Mas eu não desisto não, a hora que você pensa, mas é difícil, tem horas que você nem sabe quando é que vai sair a terra e o pessoal, sei lá, o nosso governo parece que não tem vontade de dar terra para o pessoal, porque terra pra todo lado tem, tem muitas terras, devolutas aí, se o governo interessasse já tinha assentado todo mundo.

Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013

Mais dificuldade é que a gente tem vontade de morar, mas se você morar aqui e não tiver um serviço aqui ao redor, não tem como você sobreviver. Então por isso que a gente não está morando 100%. Mas se der certo a gente vem, que nem eu só estou esperando uma oportunidade aqui pra mim vim embora pra cá, que aí eu tenho que sair do serviço lá, que eu não posso desistir de lá, sem conseguir aqui. Primeiro eu tenho que ver o serviço aqui, segurar, pra eu sair de lá e vir pra cá, porque aí como é que a gente come, não tem como.

Acampado na regional de Andradina entrevistado em maio de 2013

Eu não. Eu gosto disso aqui, eu e meu marido. Quando os outros perguntavam assim “isso aqui não vai virar nada”, “se isso daqui não der em nada Luzia, você vai dar com o burro na água”, eu falo assim “não dá nada não, se esse aqui acabar nós vamos pra outros, a gente continua”. Nós sempre gostamos disso, eu e meu marido sempre gostamos disso, nós falamos que isso daqui é uma aventura pra nós [...]. Eu gosto disso daqui. Até que quando nós viemos pra cá tinha espaço ali no barracão, mas não, a gente prefere construir, a gente aprende a viver desse jeito.

Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013

3.1. A ASCENSÃO DO AGRONEGÓCIO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O termo *agribusiness* surgiu na década de 1950, mais precisamente em 1957, a partir das teorias desenvolvidas pelos americanos Davis e Goldberg (FERNANDES e WELCH,

2008) e é compreendido ao longo desta pesquisa como “[...] um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças [...]” (FERNANDES e WELCH, 2008, p. 48). O agronegócio também é compreendido como uma forma de “[...] ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias[...]”¹⁰⁶. No Brasil, o agronegócio reproduz duas das principais características do latifúndio: a concentração da propriedade da terra e a sua exploração sem limites¹⁰⁷.

O desenvolvimento do agronegócio e de suas respectivas políticas de expansão “[...] formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos setores da economia [...]”¹⁰⁸. Um modelo que permite às empresas transnacionais, além do domínio territorial, o domínio político e econômico mundial, visto que controlam desde a produção de gêneros agrícolas às transações econômicas internacionais nas principais bolsas de valores do mundo.

No decorrer da década de 1990, principalmente entre os anos de 1994 e 1998 - período de intensa liquidez internacional, ou seja, de grande quantidade de capital na economia brasileira -, o Estado, na figura do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, secundarizou a política de exportação agrícola em ascensão desde as décadas de 1970 e 1980, acreditando que com a abertura da economia nacional aos investimentos externos os problemas econômicos do país seriam, de certa forma, sanados (DELGADO, 2012). Todavia, esse processo acarretou o déficit da Conta Corrente e para resolvê-lo o Estado optou pela alteração do regime cambial e das políticas de ajuste externo e, ainda, recorreu aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três momentos: 1999, 2001 e 2003¹⁰⁹.

A crise cambial de 1999, ápice da situação de desequilíbrio externo brasileira, produziu a articulação de uma nova política econômica externa e, conseqüentemente, interna para o agronegócio, pois é a partir desse cenário que o Estado reconstruiu a estratégia econômica adotada na década de 1980, sobretudo após a crise cambial de 1982, de reprimarização do comércio externo brasileiro. Em outras palavras, de acordo com Delgado (2012, p. 88), “[...] relança-se a estratégia externa do agronegócio, reeditando em parte a política externa do período 1983/93, mas em novo contexto da economia mundial”. É por

¹⁰⁶ Ibidem, 2004. Texto não paginado.

¹⁰⁷ Ibidem, 2004.

¹⁰⁸ Ibidem, 2008, p. 48.

¹⁰⁹ Op. Cit.

esses motivos que, a partir da década de 2000, o agronegócio se torna uma das principais referências para alavancar a economia brasileira.

Dessa forma, com o objetivo de gerar saldos positivos na balança comercial brasileira os governos estão, desde o final da década de 1990, investindo no setor agropecuário e, conseqüentemente, na re-primarização do comércio externo brasileiro (DELGADO, 2012). Entre 1995 e 1999, as exportações de produtos manufaturados representavam 56%, enquanto as exportações de produtos primários representavam 44%. Em 2008, esses números se inverteram e as exportações de primários passaram a 57,1% e as exportações de manufaturados a 42,9%. A re-primarização do comércio externo foi a saída política e econômica encontrada para a reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho¹¹⁰ (DELGADO, 2012).

Acreditamos que a especialização primário do comércio externo não resolve a dependência externa brasileira, muito menos a questão da dívida externa, e ainda leva outros setores da economia, como industrial ou manufaturado, ao descenso¹¹¹. Nos últimos anos, dois fenômenos distintos afligiram a estratégia agroexportadora brasileira: a perda de competitividade das exportações de produtos manufaturados e o aumento eloquente do déficit da Conta Serviços, que pode ser explicado pelo peso do capital estrangeiro na economia nacional, sem ocorrer contrapartidas de exportações líquidas¹¹². “[...] A resultante desses fenômenos, agravada por outros fatores conjunturais, é o recrudescimento do déficit em Conta Corrente, a partir de 2008, com tendências à ampliação subsequente” (DELGADO, 2012, p. 97).

Apesar disso, desde 2000, o agronegócio se encontra em intenso processo de territorialização, sobretudo na região Centro-Sul do país, constituindo uma espécie de polígono do agronegócio - Oeste de São Paulo, Leste do Mato Grosso do Sul, Noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e Sul-Sudeste de Goiás (THOMAZ JUNIOR, 2010). O polígono do agronegócio concentra 80% da produção de cana-de-açúcar, 30% da produção de soja e parte significativa da produção de eucalipto, além de mais da metade das unidades agroprocessadoras de cana-de-açúcar¹¹³ e as melhores terras agricultáveis¹¹⁴.

¹¹⁰ O valor médio das exportações de 50 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000. A produção de produtos básicos era de 25% e passou para 45% em 2010. As exportações primárias (básicos + semielaboradas) passará de 44% no triênio 1995/99 para 54,3% no triênio 2008/10 (DELGADO, 2012).

¹¹¹ Op. Cit.

¹¹² Op. Cit.

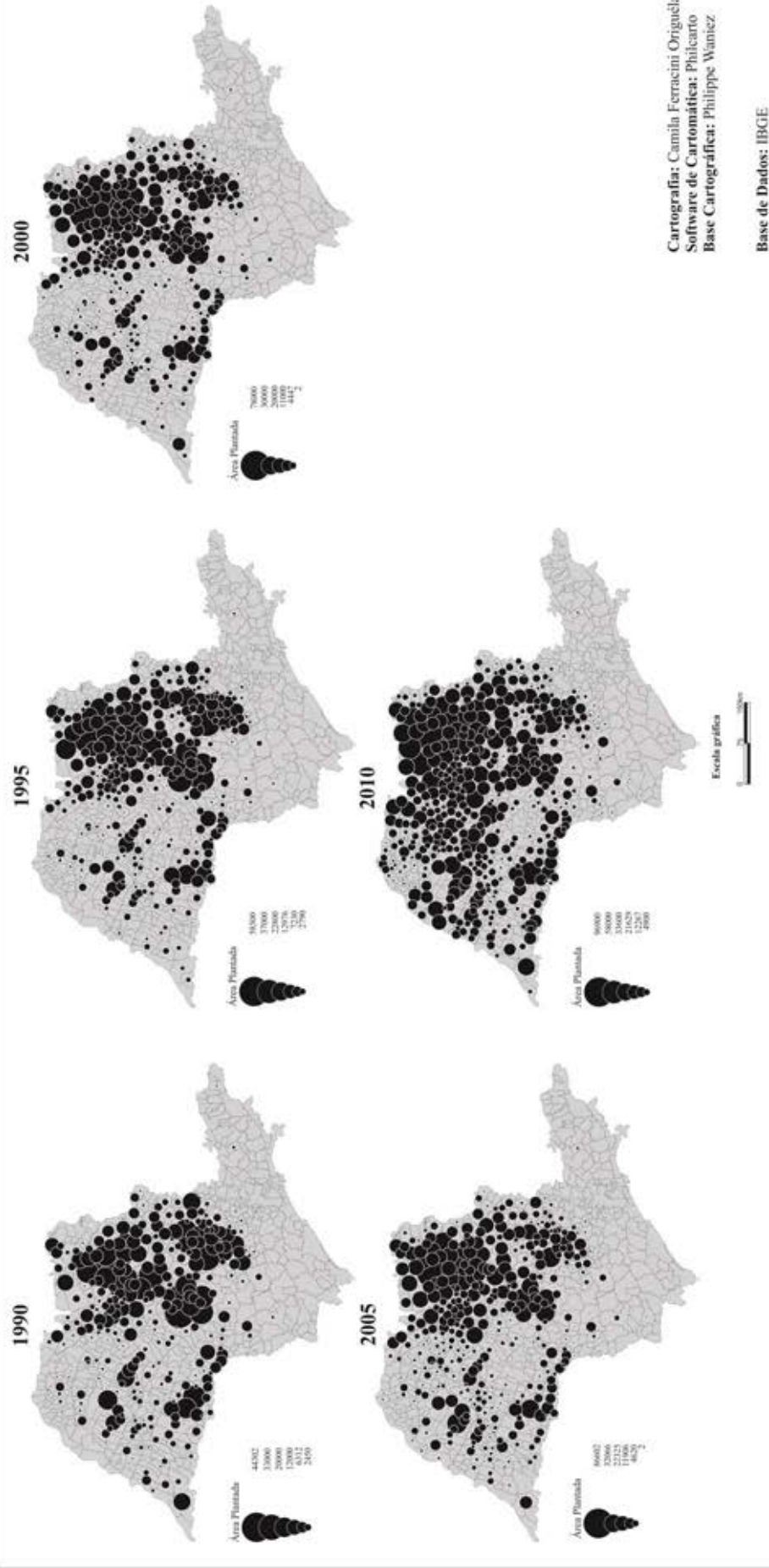
¹¹³ As usinas brasileiras podem ser de três diferentes tipos: a) usinas de cana-de-açúcar que produzem apenas açúcar; b) usinas de cana-de-açúcar com destilarias anexas, que produzem açúcar e etanol, e equivalem a

No estado de São Paulo, a produção de cana-de-açúcar está em pleno processo de territorialização, sobretudo a partir de meados da década de 2000 (ver mapa 4). Entre os anos de 1990 e 2000, por exemplo, a cultura da cana-de-açúcar se concentrava nas regiões de Bauru, Campinas, Piracicaba e Ribeirão Preto. Após o ano de 2000, o cultivo canavieiro está se expandindo para regiões com características históricas de acumulação de capital através de estratégias patrimonialistas, ou seja, o agronegócio canavieiro está incorporando ao seu circuito produtivo terras que geravam valor sem produzir absolutamente nada.

60% das unidades existentes; c) destilarias autônomas, que produzem apenas etanol, que correspondem a 35% do total em funcionamento.

¹¹⁴ Op. Cit.

Mapa 4 - São Paulo - Evolução da área plantada de cana-de-açúcar (hectares) - 1990-2010



A mórbida paisagem de terras improdutivas, principalmente nas regiões Noroeste e Oeste do estado, algumas destinadas à pecuária extensiva, está se transformando em um mar de cana-de-açúcar que não sabemos onde começa ou termina, alterando a concepção de propriedade enquanto patrimônio ou reserva de valor¹¹⁵ para propriedade “altamente” produtiva. Com a territorialização do agronegócio canavieiro houve o fortalecimento de regiões tradicionais no que se refere à produção de cana-de-açúcar e a inclusão de regiões recentes, ocasionando disputas territoriais entre empresas multinacionais e campesinato e/ou movimentos socioterritoriais.

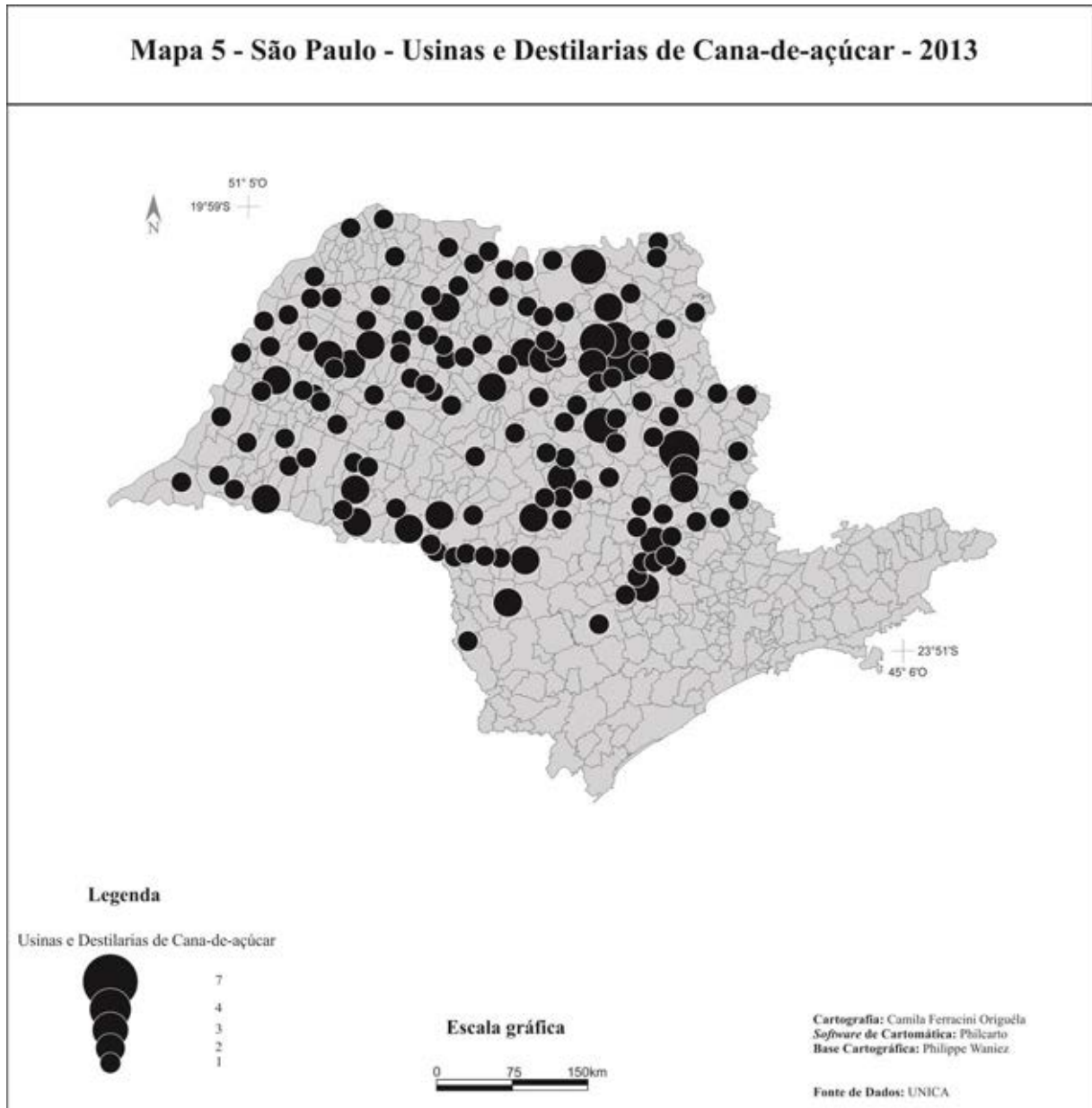
A penetração, cada vez maior, do agronegócio canavieiro no campo paulista ocorre por meio de alianças políticas entre classes sociais com interesses convergentes, como as alianças entre latifundiários e empresas transnacionais. Ao contrário do que alguns imaginavam, a expansão da cultura da cana-de-açúcar sobre propriedades rurais improdutivas ou públicas e historicamente griladas não colide com os interesses dos latifundiários ou pecuaristas, porque há entre ambas as classes sociais a divisão do pagamento da renda da terra (THOMAZ JUNIOR, 2007). O agronegócio é uma atividade economicamente interessante tanto ao latifundiário quanto ao pecuarista, pois atrela os seus respectivos interesses com o de diferentes grupos capitalistas nacionais e internacionais; quando os interesses não coincidem, os primeiros arrendam ou vendem suas terras ou as deixam sem produzir, pois de qualquer forma a terra está rendendo¹¹⁶.

O agronegócio canavieiro é dominado por dois grupos específicos, o primeiro é composto por usineiros tradicionais ou grupos familiares que lideraram o desenvolvimento desse setor até meados da década de 1990 e nos dias de hoje são a minoria. O segundo, é formado por empresas transnacionais de capital misto - nacional e internacional - ou exclusivamente internacional. Aproximadamente 80% da cana-de-açúcar produzida pelos grupos familiares e pelas transnacionais provêm de terras das próprias usinas ou arrendadas ou de acionistas e companhias agrícolas que possuem algum vínculo com a usina e 20% são produzidas por mais de 60 mil produtores independentes que, normalmente, utilizam até dois módulos agrícolas (BNDS e CGEE, 2008).

¹¹⁵ Apesar desse movimento, ainda há no estado de São Paulo um número expressivo de propriedades improdutivas, principalmente na fronteira com os estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. São para essas regiões que, atualmente, o MST tem se espacializado, ou seja, erguido acampamentos, realizado ocupações de terras. Conforme o agronegócio se expande, o MST também espacializa suas ações em direção, cada vez maior, ao interior do estado, regiões onde ainda há terras improdutivas. Essas informações foram levantadas em trabalhos de campo.

¹¹⁶ Op. Cit.

No que se refere às plantas agroindustriais, de acordo com o mapa 5, existem mais de 200 usinas e destilarias de cana-de-açúcar em todo o estado de São Paulo, sendo que a maior parte se concentra nas regiões de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.



No período em que Feliciano (2003) pesquisou a geografia da luta pela terra, o agronegócio canavieiro estava em processo de consolidação em diferentes regiões do estado, todavia a quantidade de terras improdutivas ainda era significativa. É por esse motivo que, os conflitos entre agronegócio e MST ainda não eram tão intensos quanto na atualidade, conforme será abordado nos próximos subcapítulos. Ainda assim, é importante ressaltar que o

agronegócio canavieiro ascendeu enquanto modelo de desenvolvimento territorial rural no contexto histórico-geográfico analisado pelo autor.

Nos dias de hoje, o agronegócio canavieiro continua em processo de expansão. O que diferencia a atualidade do contexto estudado por Feliciano (2003) são as disputas diretas por terras entre agronegócio e MST. Ou seja, o agronegócio canavieiro está bloqueando as terras passíveis de reforma agrária e protegendo as terras improdutivas para uma futura expansão territorial da produção, travando, mais uma vez, o processo de reforma agrária (STEDILE, 2013). Desde o início da década de 2000, a luta pela terra se caracteriza como uma luta pelo território e contra o modelo expropriatório e excludente do agronegócio. As ocupações de terra em propriedades do agronegócio, como em terras de usinas de cana-de-açúcar, procuram romper com as estruturas do modo capitalista de produção e, conseqüentemente, com a hegemonia do agronegócio.

Ao longo da década de 1990, o campo paulista vivenciou intensos processos, como o de desestruturação do projeto de modernização da agricultura, de intensa abertura da produção e do comércio nacional aos investimentos internacionais ou a empresas transnacionais (THOMAZ JUNIOR, 2002). Com a crise cambial de 1999, o Estado recuperou o setor agropecuário com o objetivo de gerar saldos positivos na balança comercial brasileira. É nesse contexto que o agronegócio ressurgiu como modelo de desenvolvimento territorial rural, que propriedades improdutivas e públicas são inseridas no circuito produtivo do modo capitalista de produção e a espacialização do MST enfrenta algumas transformações.

3.2. A GEOGRAFIA DA LUTA PELA TERRA

Neste último tópico, temos como objetivo compreender a leitura geográfica desenvolvida por Feliciano (2003) sobre a sobreposição dos espaços de socialização política, a constituição de espaços locais, políticos, jurídicos e simbólicos e, por fim, a geografia das lutas pelo acesso a terra no estado de São Paulo. Feliciano (2003) analisou entre os anos de 1997 e 2002 as ocupações de terra e os acampamentos organizados pelo MST, MAST, MLST, FERAESP, CUT e o Movimento Camponês Independente. Apesar da magnitude do trabalho, vamos nos deter neste tópico apenas às considerações empreendidas a respeito do MST.

No início do século XXI, a luta pela terra adquiriu uma projeção jurídico-política, distinguindo-se das ações analisadas por Fernandes (1996), de caráter político-geográfica. Nesse sentido, de acordo com Feliciano (2003), as ocupações de terra não eram produtos dos processos de socialização política, mas sim da decisão individual de romper ou não com a condição de precariedade em que camponeses sem-terra e proto-camponeses sobreviviam:

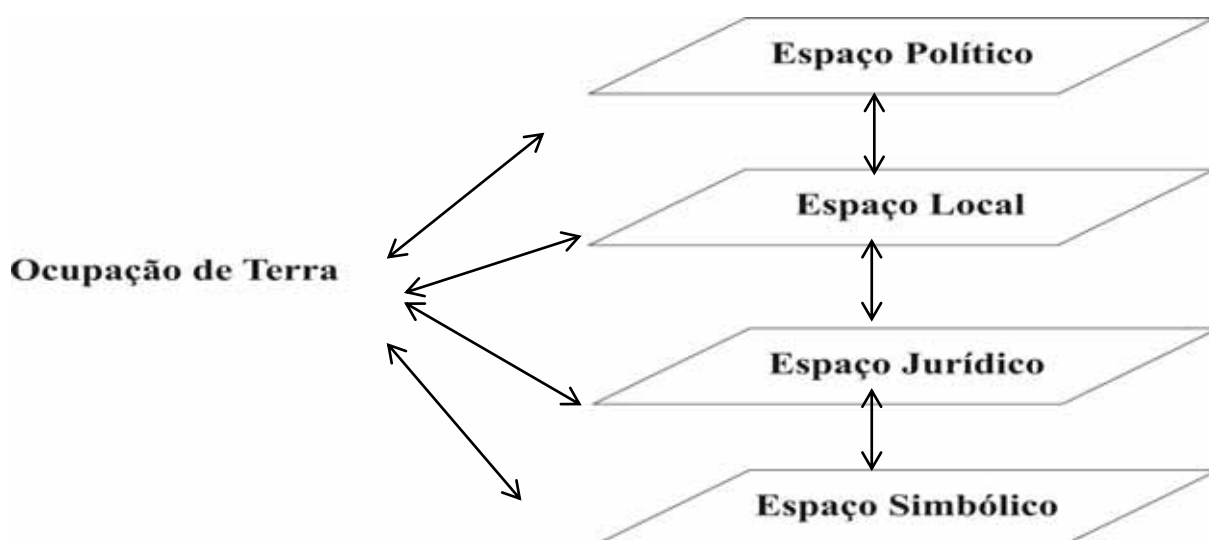
A decisão em se participar de uma ocupação está ligada, em meu entendimento, a lidar com o medo. O medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo, de ser estigmatizado, de ocorrerem atos violentos, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições precárias em que se encontra. [...] É um momento de ruptura com sua condição presente, negando sua presença, e projetando sua esperança (FELICIANO, 2003, p. 99).

A ocupação da terra é, portanto, “[...] uma ação que pode ser individual ou coletiva em questionar e reivindicar um espaço que estava até então em desuso”. E “é justamente no momento em que ocorre uma ocupação, que o desuso da terra como produto de negócio é questionado, que ocorre o embate político com relação a sua legitimidade” (FELICIANO, 2003, p. 100). Além de se constituir enquanto uma ação jurídico-política, da qual os indivíduos optam por participar, a ocupação da terra é também uma ação imediata e literal (FELICIANO, 2003).

A ocupação da terra determina a construção de quatro espaços específicos: o espaço político, o espaço local, o espaço legal e, por fim, o espaço simbólico¹¹⁷ (ver fluxograma 3).

¹¹⁷ Op. Cit.

Fluxograma 3 - O multidimensionamento de uma ocupação de terra, de acordo com Feliciano (2003)



Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Em outras palavras, ao ocupar uma propriedade rural, os camponeses sem-terra e proto-camponeses ocupam e lutam na esfera política, visto que a formação do acampamento é o primeiro passo para a negociação política entre Estado, INCRA, ITESP e MST; na esfera local, pois as famílias acampadas reivindicam ao poder municipal o acesso a água, escola, transporte público, entre outros; na esfera legal ao não acatarem a uma ordem de reintegração de posse; e, por último, na esfera simbólica, dado que a adesão da sociedade na luta pela terra e reforma agrária é fundamental¹¹⁸.

Os camponeses ao ocupar um imóvel improdutivo ou devoluto, estão materializando a sua indignação e reivindicação. *Ocupam e lutam* no espaço político quando iniciam as negociações com Estado principalmente através do INCRA ou dos Institutos de Terras. *Ocupam e lutam* com o poder local, nas reivindicações básicas como transporte escolar, abastecimento de água, segurança etc. *Ocupam e lutam* no espaço legal, quando são envolvidos em ações de reintegrações de posse, acordos judiciais de permanência por determinado tempo. *Ocupam e lutam* no espaço simbólico, buscando apoio da sociedade, dos partidos políticos, das organizações religiosas, lutando para estarem presentes nos noticiários locais, regionais, para não deixar que o processo de luta seja esquecido (FELICIANO, 2003, p. 102).

É a partir do acúmulo de experiências que os movimentos socioterritoriais definem suas estratégias e formas de luta pela terra. Os acampamentos, por exemplo, eram

¹¹⁸ Op. Cit.

normalmente construídos após a ocupação da propriedade rural reivindicada, ou seja, dentro da fazenda. Todavia, logo após a ocupação da terra, as famílias acampadas eram despejadas. Além disso, surgiu nesse momento a Medida Provisória nº 2.109-49, de 27 de fevereiro de 2001, promulgada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, segundo a qual os imóveis rurais ocupados por movimentos socioterritoriais ou sindicatos não seriam vistoriados pelo INCRA em um prazo de dois anos.

De acordo com Feliciano (2003), diante dessa medida, as famílias acampadas adotaram uma nova prática, ocuparam as propriedades limítrofes às reivindicadas:

A partir dessa reação governamental, alguns movimentos mudaram a estratégia de luta. Alguns começaram a ocupar propriedades produtivas, geralmente limítrofes as improdutivas, questionando a legitimidade da área vizinha. No entanto, outros movimentos estrategicamente menosprezaram essa medida do governo e continuaram a ocupar as fazendas. Também há aqueles movimentos que estão acampados nas beiras de estrada, ou em alguma área cedida por aliados ou simpatizantes ao grupo (p. 105).

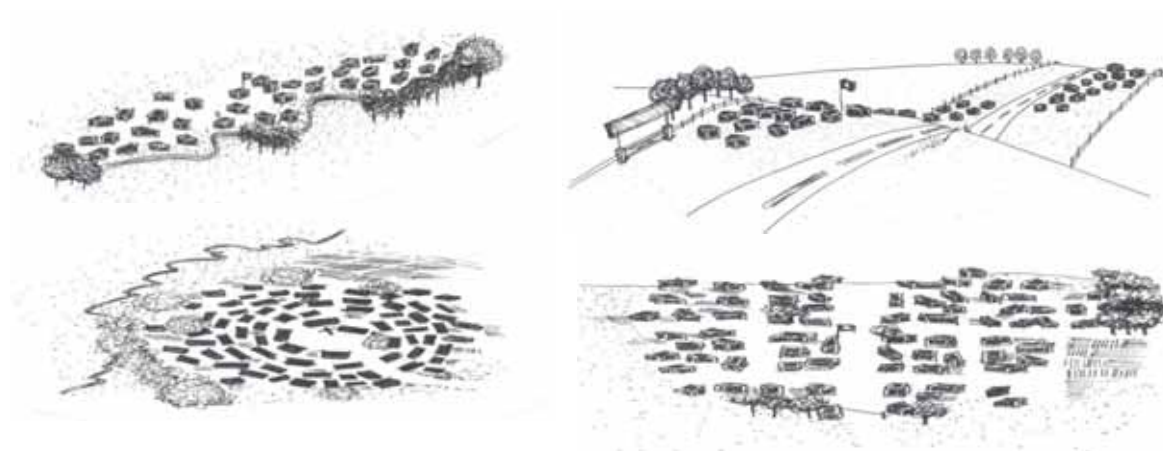
Os acampamentos também passaram a se localizar principalmente na beira da estrada, em lotes de assentamentos rurais, hortos florestais, entre outros:

Os acampamentos podem estar localizados dentro ou fora da propriedade reivindicada, na beira de uma rodovia, entre a rodovia e a cerca da fazenda, em estações experimentais, hortos desativados, no lote de um sitiante simpatizante do movimento, dentro da área de reserva seja da fazenda, seja de um assentamento que esteja próximo da área reivindicada. O lugar onde estarão acampados dependerá do conhecimento pré-adquirido sobre a situação dominial da fazenda (se é particular, devoluta, pública federal ou estadual), da forma como os fazendeiros e o Estado atuarão perante a primeira ocupação e da conjuntura e correlações de força (FELICIANO, 2003, p. 106).

A partir desses processos, surgiram diferentes formas de acampamentos, como os circulares, os lineares e os tabuleiros de xadrez (ver figura 2)¹¹⁹:

¹¹⁹ Op. Cit.

Figura 2 - Formas de acampamentos existentes no estado de São Paulo no início da década de 2000



Fonte: Feliciano, C. A. , 2006.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Nos acampamentos circulares, os barracos formavam um círculo em volta do espaço para reuniões; nos lineares os barracos eram dispostos seguindo a cerca da fazenda e no tabuleiro de xadrez, os barracos eram organizados próximos uns dos outros, todavia irregularmente. Ainda conforme Feliciano (2003, p. 107), o acampamento surge quando existe alguma irregularidade na propriedade ocupada:

Pode ser que essa irregularidade não seja suficiente para uma desapropriação, aos olhos da justiça e do Estado, mas com certeza a ocupação está questionando e colocando para a sociedade fatos e indícios de que tal área não está cumprindo sua finalidade ou função social.

Para Feliciano (2003), a leitura desenvolvida por Fernandes (1996), a respeito do multidimensionamento do espaço de socialização política, não explicava a complexidade da luta pela terra no final da década de 1990 e início da década de 2000. Ou seja, o espaço comunicativo, o espaço interativo e o espaço de luta e resistência se desenvolveram em um momento histórico específico da luta pela terra.

3.3. A MASSIFICAÇÃO E ESPACIALIZAÇÃO DO MST NO ESTADO DE SÃO PAULO

No tópico em questão, vamos compreender a lógica das ocupações de terra e dos acampamentos do MST estudados por Feliciano (2003) e, ainda, as diretrizes organizativas adotadas pelo MST no início da década de 2000, denominada Nova Organicidade.

Em 1997, o MST organizou 13 ocupações de terra nos municípios de Barretos, Tremembé, Itapetininga, Itapeva, Itaberá, Muritinga do Sul, Guaraçaí, Euclides da Cunha, Mirante do Paranapanema, Rancharia, Caiuá e Álvares Machado e em alguns desses foram realizadas mais de uma ocupação de terra (FELICIANO, 2003).

Em Euclides da Cunha, 50 famílias acamparam em frente à fazenda Porto Letícia. Em virtude da lentidão do Estado nos processos de desapropriação e arrecadação de terras para a reforma agrária, as famílias ocuparam nesse mesmo ano a fazenda Santa Tereza. O grupo de famílias em questão surgiu em 1996 a partir de um acampamento montado no trevo do município, mas somente no de 2000, quando estavam acampados em frente à fazenda Nova Esperança II, foram assentados. Uma das principais características desse e de outros acampamentos de luta pela terra é a migração das famílias de uma área para outra, construindo, dessa forma, uma identidade enquanto sem-terra por meio da permanência temporária¹²⁰.

Além dessa luta, houve a ocupação da fazenda Rodeio no município de Rancharia, a ocupação de uma área da CESP em Mirante do Paranapanema por 140 famílias que pleiteavam, na verdade, a fazenda São Domingos e logo montaram um acampamento na beira da estrada.

O MST se espacializou na região de Barretos a partir da ocupação da fazenda Santa Fé por 50 famílias. Em 1999 houve a ocupação da fazenda Bocaina em Matão e a ocupação por das terras da antiga usina Ximbó que possuía dívidas com o Banco do Brasil e o governo federal, ambas na região de Ribeirão Preto. As famílias eram de Araraquara, Franca, São Paulo e Santos. A estratégia do Movimento era cadastrar o maior número possível de famílias interessadas na luta pela terra. Nesse período listou aproximadamente 3.000 famílias. Os grupos de famílias cadastradas eram levadas até a propriedade que deveria ser ocupada ou até o local onde o acampamento deveria ser construído. Depois de formados os acampamentos, os

¹²⁰ Op. Cit.

militantes do MST apresentam os motivos da luta pela terra e as diretrizes organizativas do Movimento¹²¹.

Nesse momento, o MST também organizava ocupações de terra e acampamentos nas regiões de Iaras e Borebi, mais especificamente no Núcleo Colonial Monção, área de domínio do governo federal com 48.000 hectares historicamente grilados por fazendeiros da região. Na área existiam mais de 10 acampamentos. A primeira ocupação no Núcleo Colonial Monção ocorreu em 1995 quando 300 famílias sem-terra provenientes de Sorocaba e Limeira chegaram à região. O primeiro assentamento conquistado nessa porção do estado foi o Zumbi dos Palmares.

Em 1998 foi constituído o acampamento Madre Tereza, com a ocupação por 150 famílias da fazenda São Miguel. Depois as famílias acamparam na rodovia SP-261. A estratégia era justamente ocupar e desocupar a fazenda antes mesmo da ordem de despejo. Em 1999, 240 famílias do acampamento Nova Canudos ocuparam o Núcleo. 1.000 famílias ocuparam a fazenda Engenho D'Água em Porto Feliz. 147 famílias ocuparam a fazenda Maria Ângela em Piracicaba.

Concomitantemente à ascensão de novas estratégias e contradições no âmbito da espacialização da luta pela terra houve a sua criminalização. Ou seja, as ocupações de terra passaram a ser interpretadas como um crime à propriedade da terra e os integrantes do MST começaram a ser processados judicialmente por formação de quadrilha, violência, saque, depredação de prédio público, entre outros. São mais de 600 processos judiciais contra, aproximadamente, 1.500 membros em todo o país. No ano de 2000 uma caminhada foi organizada pelo Movimento saindo de Matão e Sorocaba com destino a São Paulo na qual as famílias ocuparam o Ministério da Fazenda com o objetivo de protestar com a prisão de 6 membros do Movimento (FELICIANO, 2003).

De acordo com Souza (2011), somente no Pontal do Paranapanema, entre 1987 e 2002, 83 processos criminais foram movidos principalmente contra o MST. Entre 2003 e 2010, esses números chegaram a 285 processos criminais. Até os dias de hoje vários dirigentes e coordenadores do Movimento estão respondendo algum tipo de processo judicial, especialmente, aqueles envolvidos diretamente com o setor de frente de massas, que é o setor que sistematiza a luta pela terra. Alguns desses membros acabaram se afastando da organização de ocupações de terra em virtude dos processos judiciais, o que tem prejudicado a

¹²¹ Op. Cit.

formação de novos militantes dispostos a coordenar a luta pela terra. A criminalização da luta pela terra surgiu com o objetivo de desmobilizar o MST.

No ano de 2000 aconteceu o IV Congresso Nacional do MST no Distrito Federal com o tema “Por um Brasil sem latifúndio”. Nesse período o MST vivenciava um momento de implantação de novas diretrizes organizativas, criminalização da luta pela terra e diminuição do número de ocupações de terra.

Em dezembro de 2002, existiam 4.200 famílias acampadas no estado de São Paulo e organizadas por diferentes movimentos socioterritoriais, ou seja, 16.800 pessoas lutando por terra e acampadas há, no mínimo, 3 anos (FELICIANO, 2003).

O tempo de acampamento, além de cronológico, pode ser interpretado como um código social na medida em que ordena as relações sociais e, ainda, permite a aquisição do lote de terra no assentamento rural (LOERA, 2009). Em outras palavras, as famílias com maior tempo de acampamento, normalmente, são aquelas que organizam o acampamento, que distribuem as atividades e que sempre estão em contato com os militantes regionais e estaduais. Quanto maior o tempo de acampamento, maior o número de conflitos, adversidades e contradições.

Até meados da década de 1990, o MST adotava uma estrutura organizativa verticalizada, ou seja, apesar de haver uma direção e coordenação coletiva, bem como setores com temas e objetivos distintos, apenas a direção do Movimento funcionava da maneira que deveria, enquanto o restante dos militantes mal sabiam desenvolver as atividades do Movimento, pratica que, de certa forma, centraliza as principais decisões, excluindo as bases (BOGO, 2002). Na medida em que o Movimento especializava e massificava a luta pela terra, a estrutura organizativa adotada se tornava obsoleta, visto que, as massas não participavam das decisões do Movimento e, por esse motivo, não se constituíam enquanto parte de um movimento socioterritorial (BERNAT, 2013).

Mesmo com a existência dos setores nos acampamentos, a participação da base social ainda era bastante restrita e fazia com que, após a criação do assentamentos, as famílias se desvinculassem do Movimento:

Enquanto o MST era pequeno e tinha apenas alguns acampamentos por Estado, era possível a um coletivo de 15 a 20 pessoas dirigi-lo sem ter setores e núcleos. Mas, na medida em que cresceu, dirigir apenas com um grupo de lideranças ficou impossível. Logo, o princípio ganhou mais conteúdo para fundamentar que a “direção coletiva”, agora, é envolver a maioria das bases para tomar as decisões (BOGO, 2002, p.7-8).

A falta de comunicação entre a direção coletiva e a base social estava enfraquecendo internamente o Movimento. É no bojo dessas contradições que surge a necessidade de construir uma nova forma de organização interna.

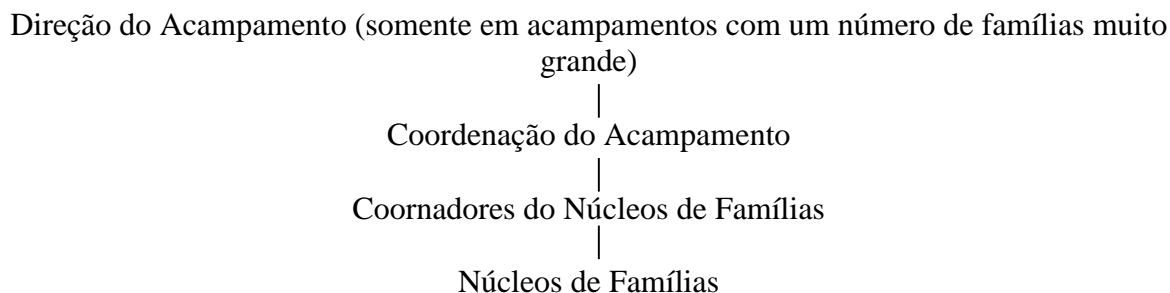
Conforme Bernat (2013, p. 05) “[...] A nova forma de organização interna veio para levar este princípio da direção coletiva também para a base, através da criação de canais que possibilitassem uma maior participação”. Nesse sentido, o objetivo do Movimento com a ampliação da comunicação entre direção/coordenação e base social era de qualificar a estrutura interna do Movimento, torná-la mais dinâmica, de forma que as famílias acampadas e assentadas sejam capazes de dar respostas imediatas aos problemas que vão surgindo, sem que isto tenha que ser debatido apenas pelas direções estaduais e nacionais, estreitar os laços entre os membros do Movimento, as estruturas organizativas e as concepções políticas¹²²:

“[...] Um modelo organizativo que seja capaz de repercutir tanto nas estruturas de comando de caráter político como também nas produtivas e pedagógicas; uma estrutura organizativa que, ao mesmo tempo, deve enquadrar no mesmo nível de decisão a todas as famílias que fazem parte do MST, sejam estas assentadas ou acampadas” (BERNAT, 2012, p. 122).

Em virtude das alterações na estrutura organizativa, parte das famílias acampadas, no caso, passaram a compor a direção e/ou coordenação dos acampamentos de luta pela terra e, algumas delas, da direção e coordenação regional e estadual. A estrutura organizativa dos acampamentos de luta pela terra é composta por uma direção, em casos de acampamentos com um número muito grande de famílias, por uma coordenação formada por um homem e uma mulher acampados, por coordenadores de núcleos, também formados por um homem e por uma mulher representantes de cada núcleo de famílias que, normalmente, são compostos por entre 10 e 15 famílias acampadas, conforme a figura 3:

¹²² Op. Cit.

Figura 3 - Organização dos acampamentos de luta pela terra



Fonte: Trabalhos de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Esse mesmo esquema organizativo está presente nos assentamentos rurais coordenados pelo MST. Quando o Movimento precisa repassar algum direcionamento ao acampamento, consulta os coordenadores que conversam com os coordenadores dos núcleos e esses se reúnem com as famílias acampadas. Da mesma forma, quando as famílias acampadas possuem algum questionamento, elas conversam com os coordenadores do núcleo que repassam as informações para os coordenadores do acampamento e esses para os coordenadores e dirigentes regionais e estaduais:

Mudou um pouco, mas as instâncias, a estrutura organizativa do Movimento ainda permanece, o que chamamos de centralismo democrático. Na verdade, a gente fala que começa dos núcleos de base, então quando a gente monta o acampamento, primeiro trabalho que a gente faz é essa questão da consciência. Depois, a gente tenta dialogar com as famílias o mínimo de princípio organizativo para que elas possam se identificar enquanto uma organização política que representa os interesses daquela determinada categoria, então eles têm que se ver enquanto organização. Assim como eles conseguem compreender o funcionamento de uma igreja, de um sindicato, de um movimento popular urbano, a gente tenta fazer com que eles minimamente consigam visualizar uma estrutura organizativa dessa categoria nova que é o sem-terra. A gente começa a trabalhar com eles como seria uma estrutura organizativa de uma organização política que representa a categoria sem-terra. É um grupo de trabalhadores que optaram pela luta pela terra e aqui a gente vai ter que se organizar, aqui a gente não tem uma estrutura montada, a gente vai ter que começar do zero. Então a primeira coisa que a gente tenta trabalhar com eles é o núcleo de famílias, a gente chama núcleos de base, que é uma experiência que a gente foi buscar lá na revolução russa, a experiência dos soviets, e também foi buscar na revolução cubana que são os comitês de defesa da revolução. O MST já na década de 1980 foi buscar essas experiências históricas da classe trabalhadora para tentar implementar no Movimento e os núcleos de base são um pouco disso, o resgate de experiências anteriores. No que consiste o núcleo de bases, geralmente são 15 famílias que a gente tenta dividir levando em consideração a faixa etária, gênero e, por exemplo, se tem 30 famílias de um único município a gente tenta misturar o máximo possível e não deixar essas 30 famílias juntas, para que possa haver uma sociabilidade maior entre

as famílias. Então a gente compõe os núcleos de base, geralmente são de 10 a 20, tem alguns acampamentos que tem 15 outros 16, vai de acordo com o tamanho do acampamento também, mas a gente trabalha com de 10 a 20 famílias. Cada núcleo desses vai ter um coordenador e uma coordenadora, escolhidos pelo próprio núcleo. No primeiro momento a gente monta o núcleo e a gente da militância tenta acompanhar, para que aquelas pessoas que tenham algum perfil de liderança possam despontar. Aí quando o núcleo já está amadurecido ele escolhe seus representantes. Aí cada coordenador e coordenadora desse núcleo vai fazer parte de uma coordenação geral do acampamento (Coordenador da regional de Promissão entrevistado em janeiro de 2014).

Apesar da ampliação organizativa, algumas famílias acampadas não se sentem contempladas ou não concordam com as decisões tomadas pelos coordenadores dos núcleos que, para alguns, também é centralizada:

Tem, mas ela não reúne o pessoal, sabe como que é. Fica difícil, você vai fazer o que? A gente cobra da direção, a direção sempre cobra dela, mas ela não reúne com o grupo dela, isso deixa a desejar. Aqui a gente não pode reclamar de nada, se a gente reclamar tá errado. Tenho direito de reclamar. A gente tenta, mas está difícil. É a direção que tem que tomar providência disso daí, a gente reclama, mas não muda (Acampado na regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013).

A partir da nova organicidade, o MST deixou de ser um movimento de massas, para se transformar em uma organização de massas, ou seja, uma organização na qual as massas também decidem, de acordo com o esquema abaixo:

Figura 4 - Características de movimento de massas e organização de massas, de acordo com o MST



Fonte: Bogo, 1995 apud Bernat, 2013.
 Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

As diretrizes organizativas citadas surgiram com o objetivo de inibir processos e contradições que são inerentes à espacialização e territorialização da luta pela terra, sobretudo, com a massificação dessa. Apesar do MST estar ciente da necessidade de mudanças, as alterações estruturais citadas são de suma importância, todavia insuficientes, pois mesmo assim, grande parte das famílias acampadas, por exemplo, não se identificam com o Movimento e objetivam, exclusivamente, o acesso à terra.

WEST

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DA ATUALIDADE DA ESPACIALIZAÇÃO DO MST A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PRECÁRIOS

[...] Os movimentos sociais não trilham caminhos previamente definidos, mas os constroem ao se mover [...].

Cândido Grzybowski

Sim, a ocupação é importante. Tudo isso que nós estamos dizendo, estou de olho aqui na região de Andradina e no estado de São Paulo, mas ainda existem cantos e regiões do Brasil que a forma de luta é a ocupação, a conquista da terra ainda é possível, então eu acho que o Movimento tem que estar atento aí e continuar e onde não dá mais, igual aqui, tem que organizar o que tem, organizar as cooperativas, fazer as agroindústrias, uma nova fase, nada está perdido, tudo vai mudar.

Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em junho de 2013

Muitos dizem que acabou o Movimento. O MST não acabou, o Movimento está vivendo um período histórico de saber, e agora como é que vai? Chegou né. A gente fala que ele começou criancinha, ficou mocinho e está amadurecendo, agora é o momento que ele está duvidando, pensando, decidindo pra onde que vai mesmo. Então essa é a grande dificuldade.

Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em julho de 2013

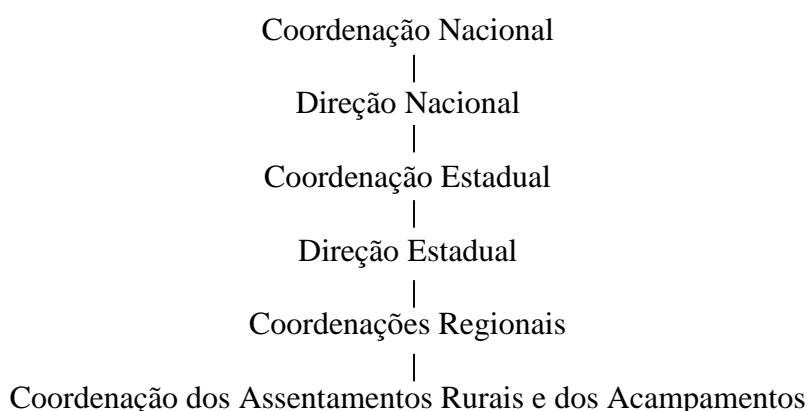
4.1. A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E ESPACIAL DA LUTA PELA TERRA

O principal objetivo deste capítulo é compreender a organização territorial e, principalmente, espacial do MST em diferentes regiões do estado de São Paulo ou, em outras palavras, entender como ocorreu o processo de espacialização do MST entre os anos de 2012 e 2013 e, também, entender quais características territoriais e espaciais existiam, inexistiam ou existiam parcialmente nas lutas estudadas por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). Na contemporaneidade, o contexto histórico-geográfico é extremamente próximo do apresentado no capítulo 3, todavia as disputas por territórios improdutivos ou com pendências jurídicas se tornaram ainda mais intensas, conforme será abordado nos próximos parágrafos.

Desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, a organização do MST no território paulista ocorre por meio das regionais de lutas e a organização espacial ou espacialização se desenvolve através dos espaços de luta pela terra, como as ocupações de terra e os acampamentos. As regionais de lutas surgiram na medida em que o processo de espacialização possibilitou a territorialização do MST. Segundo Iha (2005, p. 63), “a divisão [...] é decorrente da formação dos primeiros assentamentos conquistados e também pelo interesse do movimento em revelar a existência de terras griladas possíveis de serem ocupadas por projetos de reforma agrária”. Os espaços de luta pela terra deram origem às regionais e, atualmente, são as regionais que determinam as ocupações de terra e os acampamentos. É por esse motivo que optamos por compreender, primeiro, a organização territorial e, por fim, a espacial.

As regionais de lutas podem ser caracterizadas como porções do território onde o MST sistematiza ocupações de terra e acampamentos. Os assentamentos rurais também são organizados no âmbito das regionais, todavia não são objeto de estudo desta pesquisa. Desde a eclosão da luta pela terra no estado de São Paulo e em praticamente todo o território nacional, o Movimento mantém uma estrutura organizativa multiescalar, da qual todos os seus membros podem participar, sejam assentados ou acampados. De acordo com a figura 5, o MST apresenta coordenação nacional, direção nacional, coordenação estadual, direção estadual e coordenação regional, além da coordenação local:

Figura 5 - Organização territorial do MST



Fonte: Fernandes (1996).

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Entre 2012 e 2013, o MST coordenava oito regionais de lutas no estado de São Paulo: Andradina, Iaras, Promissão, Ribeirão Preto, Pontal do Paranapanema, Grande São Paulo¹²³, Itapeva e Vale do Paraíba (ver mapa 1). As regionais de lutas são classificadas de acordo com o município onde o Movimento coordena um número significativo de acampamentos e assentamentos rurais, além de normalmente dispor de algum espaço físico, como uma secretaria para organizar as famílias acampadas e assentadas quando necessário. Além disso, os limites territoriais de cada uma das oito regionais são distintos dos limites político-administrativos instituídos pelo governo estadual - mesorregiões e microrregiões.

Das oito regionais de lutas existentes, apenas nas seis primeiras existem acampamentos de luta pela terra, de acordo com as informações levantadas em trabalhos de campo e disponibilizadas pelo Setor de Comunicação do MST. Das seis existentes, sistematizamos informações apenas sobre as regionais de lutas de Andradina, Promissão e Pontal do Paranapanema. As três regionais de lutas concentram, aproximadamente, 70% do número de ocupações de terra e acampamentos organizados pelo MST no estado de São Paulo. As regionais de Andradina e Promissão possuem um número significativo de acampamentos e famílias acampadas em virtude da existência de propriedades rurais improdutivas nessa porção do estado. A regional do Pontal do Paranapanema concentra intensos conflitos por terra, principalmente, ocupações de terra devido a existência de terras públicas nessa região. A análise de apenas três das oito regionais de lutas existentes nos dá subsídios para compreender o processo de espacialização do MST, dado que os conflitos por terra se concentram nessas porções do território paulista desde a gênese do Movimento no estado.

Apesar de imprescindíveis para a sistematização da luta pela terra no estado de São Paulo, as regionais estão enfrentando uma série de problemas de cunho estrutural e conjuntural. No que se refere à questão estrutural, as regionais de lutas podem ser interpretadas como uma maneira arcaica de organização da luta pela terra em decorrência da dimensão territorial das regionais existentes, característica que dificulta a coordenação tanto

¹²³ A regional da grande São Paulo caracteriza-se pela incidência de um projeto de assentamento rural distinto dos encontrados em outras regiões do estado, a Comuna da Terra. Conforme Goldfarb (2011), este projeto caracteriza-se, primeiro, por serem constituídos por indivíduos que viveram durante certo tempo em grandes centros urbanos, como São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, e que não possuem necessariamente um passado ligado à vida na terra; segundo, por estes assentamentos serem implantados em áreas próximas a estes mesmos centros urbanos e utilizarem como princípios produtivos a agroecologia e a cooperação; terceiro e último por possuírem Concessão Real de Uso da área em nome de um coletivo e não de um membro da família, o que significa que as famílias não poderão vender suas parcelas de terras. Segundo a autora, esta se constitui em uma nova proposta de reforma agrária construída no âmbito do MST. A primeira Comuna da Terra surgiu em 2001 no município de Franco da Rocha, o Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino.

da luta pela terra como dos assentamentos rurais. É por esse motivo que, desde o final da década de 1990, período em que os princípios da Nova Organicidade entraram em vigor, outra forma de organização, denominada brigada, está em processo de implantação em alguns estados do país. As brigadas são porções do território compostas por no mínimo 50 e por no máximo 500 famílias acampadas e/ou assentadas. No estado do Paraná, por exemplo, existem mais de 20 brigadas (BERNAT, 2013).

Conjunturalmente, as regionais também têm enfrentado alguns contratempos. As regionais de Andradina, Promissão e Pontal do Paranapanema além de territorialmente imensas, concentram 21 acampamentos e aproximadamente 1.000 famílias acampadas. Em decorrência do tamanho das regionais e do número restrito de militantes, os coordenadores regionais não conseguem acompanhar cotidianamente a luta pela terra e isso tem ocasionado uma série de transtornos organizacionais¹²⁴. Um exemplo bastante peculiar é o caso da regional de Promissão. Um dos maiores acampamentos dessa regional está localizado no município de Colômbia, limítrofe ao estado de Minas Gerais, enquanto outro acampamento está localizado no município de Gália, região central do estado. Os coordenadores da luta pela terra na regional precisam viajar durante horas para se deslocar de um acampamento ao outro. Os deslocamentos, além de demandarem tempo, exigem demasiados recursos materiais e financeiros.

É por esses motivos que existem acampamentos onde os coordenadores do Movimento nunca estiveram, apenas levaram as famílias até a área e depois disso voltaram uma vez, duas vezes ou nunca mais voltaram:

[...] O MST está falhando nessa parte, está vindo bem pouco participar. Primeiro porque os militantes têm confiança nas atitudes que eu tomo, porque todas as atitudes até hoje [...]. O MST, antes de nós entrarmos aqui na terra, veio 4 vezes no nosso acampamento, o coordenador nem conhecia aqui ainda. Nós tivemos 5 despejos e nenhum militante estava presente (Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013).

O acampamento citado chegou a contar com apenas duas famílias acampadas, que são os atuais coordenadores locais. Grande parte das famílias desistiu em virtude das dificuldades materiais, como a falta de água, e da inexistência de subsídios organizacionais.

¹²⁴ A maior parte do militantes que coordena a luta pela terra nas regionais, também participa da organização dos assentamentos rurais, dos cursos de formação do Movimento e dos cursos de graduação e pós-graduação desenvolvidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), entre outras atividades.

Diferente da regional de Promissão, na regional do Pontal do Paranapanema o contato entre os coordenadores do Movimento e as famílias acampadas ocorre com maior frequência, principalmente nos fins de semana, visto que existem apenas três acampamentos nesta porção do estado. Já na regional de Andradina, o contato é ainda mais difícil, pois além da distância, existem acampamentos em áreas de difícil acesso. Consideramos que, a diferença do cenário atual de outros não é somente a extensão territorial das regionais ou a existência de acampamentos em áreas de difícil acesso, mas sim a carência de militantes para coordenar os territórios e espaços da luta pela terra.

Quando questionamos às famílias acampadas quem coordena os acampamentos, auferimos a seguinte resposta “eu e as famílias. Eles vieram [militantes do MST] [nos] trouxeram pra cá e depois somente através de telefonemas [...]” (Acampado entrevistado em maio de 2013). É através de ligações telefônicas que os coordenadores regionais organizam os acampamentos e, conseqüentemente, as ocupações de terra. Na verdade, os coordenadores regionais entram em contato com os coordenadores do acampamento, indivíduos escolhidos para organizar o acampamento, e estes transferem as informações necessárias às famílias acampadas. Além disso, os coordenadores dos acampamentos também participam dos cursos de formação e dos encontros regionais e estaduais do Movimento, bem como das reuniões com órgãos públicos para discutir os processos de desapropriação das propriedades reivindicadas:

A gente faz curso de formação. Nós fizemos curso com o MST lá no agrocentro. Nós fomos umas 3 ou 4 vezes fazer o curso com eles em Iaras. Nós fomos para São Paulo [...]. Semana passada nós tivemos o encontro estadual do MST. O encontro estadual é pra falar tudo o que está acontecendo no MST, o que aconteceu no ano que passou, o que gastou, então você vai saber tudo (Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013).

Quando o contato com os coordenadores regionais do MST é restrito ou reduzido a ligações telefônicas, algumas famílias acampadas acabam procurando a ajuda de padres da Igreja Católica vinculados à CPT, de vereadores ou, até mesmo, de deputados estaduais para organizar as lutas e a vida nos acampamentos. No caso do acampamento Augusto Boal, localizado no município de José Bonifácio, as famílias acampadas são organizadas e assistidas por um padre da Paróquia de Promissão e Diocese de Lins:

Pelo menos no nosso acampamento, o apoio maior, eu acho, é o padre [...]. É quem a gente tem mais contato, mais contato com ele, porque aqui é a

regional, se você for ver bem é Andradina, a regional do MST aqui é Andradina, mas só que a gente mantém o contato com Promissão. Aqui a região de São José do Rio Preto é mais em Andradina, tanto [que] o cara do INCRA que veio aqui é de Andradina. O certo nosso aqui, se a gente fosse contar mesmo com participação de INCRA essas coisas era Andradina, é porque tem as regionais, mas só que nós, a gente está participando de Promissão, porque a gente já veio de Promissão (Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013).

Outro caso é o do acampamento Palmares, localizado em Araçatuba. Um dos vereadores do município colaborou com a manutenção do acampamento através da instalação da rede elétrica e doação de areia para o parque das crianças:

Agora que está começando a chegar um vereador para poder ajudar nós. Trouxe areia para as crianças, sabe, é isso aí. Às vezes quando tem que buscar cesta básica, a gente não tem ajuda de ninguém pra mandar o caminhão pra buscar. Aí o caminhão traz até Andradina (de Bauru), daí daqui a Andradina a gente tem que pagar o caminhão pra ir buscar, o frete. A gente divide entre as famílias (Acampado na regional de Andradina entrevistado em maio de 2013).

O vereador em questão também contribuiu com a distribuição das cestas básicas vindas de Andradina e com a organização das ocupações de terra por meio do frete de veículos para deslocarem as famílias acampadas até as propriedades reivindicadas:

Vereador que ajuda as famílias. Faz pouco tempo, mas já fez bastante coisa, ajuda com cesta básica, assim, quando precisa de ônibus ele está ajudando, pelo menos ele está falando que vai ajudar. Já é alguma coisa. Porque quando tem ocupação, é sempre bom ter alguém, pra conversar, ter reunião, aí precisa de vereador pra representa a gente (Acampado na regional de Andradina entrevistado em maio de 2013).

Nas regionais de Andradina e Pontal do Paranapanema, tanto a atuação de políticos quanto da CPT na luta pela terra é bastante restrita, na maioria dos casos, praticamente inexistente. Nos espaços de luta pela terra estudados por Fernandes (1996), as contribuições às famílias acampadas eram ainda maiores, sobretudo dos sindicatos e da sociedade civil:

[...] Olha, algum tempo atrás, quando eu falo algum tempo atrás eu estou me projetando na década de 1990, a gente colocava duas mil, três mil pessoas numa marcha daqui para Presidente Prudente, você entende? Porque ali não era só os sem-terra, eram os estudantes que estavam no meio, a Igreja estava no meio, o sindicato, enfim, tinha muita gente simpático, que simpatizava com essa luta e participava, porque existia uma esquerda, tinha uma

esquerda e tinha alguém que estava no poder e era de direita, que hoje em dia se tornou oposição de um esquerda que está no poder. Então onde é que estão os sindicatos hoje, as centrais sindicais, onde eles estão? Eles estão no governo. Então aquele pessoal que era oposição, que era contra, hoje estão lá e se eles estão lá vão bater em quem está “sustentando”, não vão. Então perdemos uma grande parcela daqueles aliados ou alianças, por motivo lógico, é mais fácil bater quando não está do lado de lá. Quando você está do lado de lá você vai preservar aquele e é interessante estar junto com o governo. Então, sem gente e sem massa não se faz luta, não é com teoria, não é com boa vontade. Tem que ter gente, gente brava, porque só gente alienada também não adianta muita coisa. Recentemente, o que a Dilma estava falando aí, “agora vocês dos movimentos sociais tem que nos ajudar a cadastrar os assentados, porque eles têm direito a bolsa não sei o que pra ser cidadão comum”. Até então o assentado não era um cidadão? O voto deles não significava igual de outro? [...] (Coordenador da regional de Presidente Prudente entrevistado em maio de 2013).

Os membros da CPT também contribuíram significativamente com a organização da luta pela terra ao longo da década de 1980. Todavia, em meados da década de 1990, o MST se afastou tanto da CPT como dos sindicatos por divergências políticas. Desde então, alguns padres, políticos e, até mesmo, advogados, entre outros, auxiliam as famílias acampadas sempre que necessário, mas nada comparado às CEBs:

A igreja e o sindicato foram fundamentais [...]. Eu mesmo fazia para o lado do Paraná. A gente ia na frente, entrava com uns contatos, porque você conhecia alguém que conhecia alguém que conhecia alguém, então chegava naquele alguém que você conhecia e já articulava ali uma reunião com 20, 30 pessoas na primeira vez, na segunda já tinham 40, 50, e assim virava essa bola de neve. Tanto a igreja quanto os sindicatos, eles se envolviam nisso, o padre convidava o pessoal na hora da missa, que tal dia ia ter reunião, então a gente chegava lá e já estava fácil a coisa, o público já estava lá. Hoje em dia não, a gente tem que contar com aquelas pessoas simpáticas ao Movimento, eu já fiz reunião em praça pública, quer dizer não é a estrutura do local que vai determinar, pode ser numa praça pública mesmo. Agora o sindicato dos trabalhadores rurais, a gente contava com ele, hoje o sindicato, digamos [...] (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

O maior problema da não participação efetiva dos coordenadores do MST nos acampamentos e ocupações de terra, bem como da troca de informações por intermédio de ligações telefônicas, é a ascensão de lideranças personalistas, ou seja, acampados que decidem a organização e o destino da luta pela terra sem levar em consideração a coletividade. Muitas famílias acabam aceitando esse tipo de liderança, pois não têm condições de se envolver nas atividades da coordenação:

[...] Pra falar a verdade acampamentos pequenos que tem uma liderança forte já é um pouco uma deformação da estrutura organizativa. Inclusive um problema muito grande que a gente tem não só aqui no estado de São Paulo, mas no Brasil todo, que depois de 4 ou 5 anos de acampamento acaba despontando uma pessoa que coloca o acampamento debaixo do braço, é um problema muito grave que a gente tem porque isso é antipedagógico. Pela dificuldade da luta e correria do dia a dia a gente acaba não tendo condições de intervir. O ideal sempre é ter uma coordenação coletiva, ter no mínimo 4 ou 5 pessoas que coordenam (Coordenador da regional de Promissão entrevistado em janeiro de 2014).

Em consonância com o cenário apresentado, podemos afirmar que um dos contratempos mais emblemáticos das regionais é a carência de militantes para coordená-las, acarretando o distanciamento entre o movimento socioterritorial e a base, ou seja, as famílias que compõem o MST. Caso houvesse um número maior de coordenadores, o Movimento evitaria uma série de problemas, como a fragmentação dos acampamentos, a desistência das famílias acampadas e a ascensão de lideranças personalistas. Além da falta de coordenadores em escala regional, também faltam coordenadores nos acampamentos, visto que a maioria das famílias acampadas trabalham e poucas se interessam em compor as instâncias organizativas do Movimento.

O fato de os militantes do MST estarem ocupados com atividades que não se restringem apenas a organização da luta pela terra, revela uma das principais dificuldades enfrentadas pelo Movimento nos dias de hoje: a formação de novos militantes. O mais interessante é que não houve a renovação dos coordenadores e dirigentes do Movimento. Nem mesmo os filhos dos assentados têm interesse em se tornar um militante ou em compor os acampamentos de luta pela terra e conquistarem o seu próprio lote:

[...] Aquelas pessoas que foram acampadas comigo, na minha época de acampamento, que tinha filhos com 10 anos, hoje eles tem 30 anos de idade, o pai dele que foi assentado, e ele é um agregado [...]. Onde é que estão essas pessoas hoje? Essas pessoas estão na usina trabalhando, os ônibus passam dentro dos assentamentos, pegam eles e levam para trabalhar na usina. Então a pergunta é, esse público estaria acampando, morando em acampamento e lutando pela terra? Eu diria não. Não porque talvez a perspectiva que a família teve na época que foi assentada de uma melhora de vida, eles não tiveram, não porque eles não trabalham, não que não tenham interesse em trabalhar, e sim por uma série de coisas erradas que fizemos lá atrás. Quando eu falo fizemos lá atrás eu estou me incluindo nisso daí. É porque quando eu fui assentado também, sei lá, eu tinha uma visão de prosperar rápido, então tombamos tudo, preparamos terra, tudo, pra perceber o seguinte, não é só isso, você tem que ter comercialização, você tem que ter transporte, uma série de coisas que estão além da sua vontade (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

Apesar dos problemas citados, o MST desenvolveu no âmbito das regionais uma lógica bastante interessante de luta pela terra, as lutas regionais. Essa forma de organização das lutas surgiu ainda na década de 1990 na região de Andradina. Nos dias de hoje, acontece em todas as regionais no Movimento. Nesse sentido, as ocupações de terra são organizadas a partir das regionais, ou seja, as famílias acampadas em uma determinada regional lutam por todas as propriedades reivindicadas naquela porção do território, e não apenas por uma área específica como normalmente ocorria. Além disso, as famílias também participam das manifestações sistematizadas pelo MST, em alguns casos em conjunto com outros movimentos socioterritoriais, em prol de diferentes temas e reivindicações tanto em escala estadual como federal.

Já que as famílias acampadas lutam por todas as áreas reivindicadas na regional, caso uma propriedade seja desapropriada e o número de famílias do acampamento que a pleiteia diretamente seja menor do que o número de lotes do assentamentos rural, as famílias dos outros acampamentos da regional podem ser assentadas na área. Do mesmo modo, quando um dos acampamentos da regional é desmanchado por algum motivo, as famílias que têm interesse em continuar na luta pela terra são distribuídas nos acampamentos existentes na regional. Um exemplo é o caso do acampamento Augusto Boal, que surgiu no município de Promissão, mas atualmente se encontra no município de José Bonifácio.

Quando as famílias acampadas em Promissão descobriram que a área reivindicada dificilmente seria desapropriada, algumas migraram para José Bonifácio e ergueram um acampamento próximo à fazenda São José, enquanto outras se deslocaram até o acampamento Argentina Maria, no município de Barbosa e o acampamento Egídio Bruneto, no município de Altair:

Nós fizemos outro acampamento chamado Augusto Boal. Era em Promissão, lá na agrovila central foi o início dele lá. De lá nós saímos, fomos para cerca viva, acampamos em frente a cerca viva, sofremos despejo, eu já não estava mais, eu já estava aqui. Nós tiramos uma gleba do Augusto Boal de 19 famílias e viemos pra cá, pra aguardar essa área aqui. E os outros ficaram lá, pleiteando lá, procurando uma área pra eles lá. Daí eles não conseguiram área, tiveram despejo e foram lá pra rodovia que liga Promissão à BR 153, na vicinal lá. Lá eles ficaram até agora e a terra aqui saiu, aí veio treze famílias de lá, do Augusto Boal, pra cá, porque as 19 que vieram no início abandonaram, forma embora. Abandonaram, não quiseram mais ficar acampado, que é cansativo, é difícil, você tem ter pulso firme se não você não fica. É muito cansativo, então as pessoas desistem. Então das 19 que vieram pra cá só ficou eu e o outro coordenador, os outros foram tudo embora. Aí nós precisa de gente aqui, aí nós buscamos treze de lá e três do

Argentina Maria, veio três pessoas do Argentina Maria (Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013).

Quando localizado no município de Promissão, o acampamento Augusto Boal contava com cerca de 400 famílias acampadas. Hoje o acampamento é formado por apenas 18 famílias. A maior parte das famílias que compõem o acampamento é proveniente de outros acampamentos da região. O MST reorganizou as famílias depois que várias desistiram do acampamento formado em José Bonifácio:

Aqui é um núcleo só porque são só 18 famílias, mas quando é um acampamento grande tem núcleos muito grandes, que nem quando o Augusto Boal começou, ele começou com 415 famílias, hoje não tem 70 ao todo [...]. Teve esses 13 que vieram pra cá, teve 6 que foram para o Argentina Marina, mas uns 25 que foram pra Altair [...]. Acho que ficou uns 6 lá na beira da pista ainda que não quiseram ir pra lugar nenhum, é assim. A gente chega, muitos ficam, muitos abandonam, não aguentam (Acampado na regional de Promissão entrevistado em junho de 2013).

Enquanto algumas famílias foram para José Bonifácio e outras para outros acampamentos da regional, um grupo de famílias continuou na área do antigo acampamento mesmo sabendo que a propriedade não seria desapropriada e que o MST não os organizaria mais. As famílias em questão querem ser assentadas no município de Promissão e de preferência próximos à cidade:

Eles não querem sair de lá, eles querem sair dali pra ir direito dentro de uma área, mas que seja lá e próximo da cidade e não tem, não existe isso. A não ser que tivesse um sindicato meio forte que comprasse alguma área beirando a cidade lá, pra fazer aquele tipo banco da terra, mas pelo jeito em Promissão não existe isso (Acampado na regional de Promissão entrevistado em junho de 2013).

Através dessa estratégia, o MST consegue organizar ocupações de terra com um número significativo de famílias acampadas. Mesmo assim, nem sempre a maior parte das famílias acampadas consegue participar das lutas estipuladas pelo Movimento:

A gente tem bastante ação sim, mas não são todas que a gente participa, porque a gente não tem perna pra isso, fica muito caro. Igual essa ação que nós vamos fazer agora, nós vamos precisar de muita ajuda, muito dinheiro. Mesmo, porque se a gente pegasse um ônibus daqui pra São Paulo ia gastar uns 3 mil reais, daqui pra São Paulo direto, mas nós vamos ter que arrumar um ônibus e passar um roteiro mais ou menos que a gente vai fazer. Nós vamos pegar um ônibus, ir até Colômbia aqui na divisa, nós vamos fazer

uma ação lá, de lá nós vamos fazer outra ação em Altair, de lá nós vamos pra Iaras, vamos fazer uma ação lá em Iaras e de Iaras nós vamos pro INCRA. Então vai ficar muito mais caro, nós vamos ter que arrecadar dinheiro mesmo, sair pedindo pra deputado, prefeito, ver quem pode ajudar a gente com dinheiro pra gente fazer. Quando for em julho a gente tem a romaria da terra, em julho não, é agosto, 18 de agosto, nós vamos ter a romaria da terra. A gente tem bastante atividade sim (Acampado na regional de Promissão entrevistado em maio de 2013).

As lutas regionais são desenvolvidas a partir das agendas de lutas do MST, normalmente denominadas jornadas. O mais interessante desse período de lutas, é que as famílias acampadas já vão se organizando ao longo do ano, pois sabem que em determinados meses vão ocorrer ocupações de terra:

[...] Abril é o mês da luta, então o que a gente faz? Nós vamos definir uma luta estadual ou a gente defini lutas nas regionais? Normalmente a gente puxa mais para as regionais a luta, porque assim é mais barato [...] fazer ela nas regionais, o povo tem mais incentivo de participar porque aí ele acredita que está fazendo a luta pela área dele, aqui então, onde é do meu interesse. É onde você consegue juntar um número maior de famílias, então normalmente a gente procura fechar a luta embora de caráter estadual, mas ela nas regionais, mas ela é definida com a direção e coordenação dos acampamentos, o local, onde vai ser, como vai ser, isso é direção e coordenação (Coordenador da regional de Andradina entrevistado em julho de 2013).

De acordo com a tabela 8, entre os anos de 2000 e 2012, o mês em que o MST mais realizou ocupações de terra foi o de abril, intencionalmente o mês que o Movimento dedicou à luta pela reforma agrária em virtude do massacre de Eldorado dos Carajás que ocorreu no dia 17 de abril de 1996. Desde o episódio em que 19 sem-terra foram assassinados no estado do Pará, o mês de abril é dedicado aos conflitos por terra.

Tabela 8 - São Paulo - Número de ocupações de terra organizadas pelo MST por mês - 2000-2012

Mês	Ocupações de terra
Janeiro	45
Fevereiro	36
Março	47
Abril	124
Maio	49
Junho	40
Julho	27

Agosto	24
Setembro	38
Outubro	20
Novembro	35
Dezembro	23
Total	508

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA LUTA), 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

No âmbito das lutas regionais, as famílias acampadas desenvolvem uma espécie de circuito de lutas. Nesses tipos de ações, as famílias se mobilizam durante um dia ou mais e vão de acampamento em acampamento realizando ocupações de terra ou manifestações em órgãos públicos. Dessa forma, em um curto período de tempo e com um número considerável de famílias várias lutas pelo acesso a terra são executadas:

Os acampamentos não estão mais tão lotados como estavam naquele período, então já tem certa dificuldade [...]. Se você vai para o acampamento como é que você sobrevive, você precisa trabalhar, então às vezes está distante da cidade, as famílias não tem condições de ir e de voltar, então isso também dificulta um pouco as famílias estarem no acampamento [...]. Às vezes a gente faz uma luta regional, então junta todos os acampamentos e faz uma só. Então a gente pensa, é mais viável fazer uma, com mais gente né, [...] aí você pauta todas as áreas. Então o mais comum tem sido a luta regional né, ela tem mais força (Acampado na regional de Promissão entrevistado em junho de 2013).

Nestes últimos anos, as jornadas de lutas do MST em conjunto com outros movimentos socioterritoriais rurais ou urbanas têm sido bastante comum. O Movimento está colocando em prática as diretrizes adotadas nos últimos congressos, principalmente neste último, a de uma reforma agrária popular. Nos meses em que vão ocorrer as agendas de lutas nas regionais, as famílias acampadas organizam reuniões e discutem como vão se deslocar até as áreas onde vão ocorrer as ações:

Nós fazemos a reunião antes, aí depois sai pra fazer, todos juntos, aluga ônibus, van, se não reúne o pessoal arruma carro pra ir depois, nós que organizamos isso. Às vezes quando é ônibus pra fora sai caro, mas cada um ajuda um pouquinho aí acaba dando certo (Acampado na regional de Andradina entrevistado em maio de 2013).

As lutas regionais estimulam as famílias acampadas a participarem das mobilizações do Movimento, visto que as famílias que trabalham não podem participar das ações em escala

estadual e federal. Normalmente apenas um membro da família frequenta o acampamento e participa das ocupações de terra. Quando o representante da família não consegue cooperar com a luta, outro membro é destinado a essa função:

Não, nós temos poucas famílias acampadas e desse pouco que tem, poucos têm disponibilidade de sair, por exemplo, era pra nós irmos para Brasília levar 40 pessoas daqui pra Brasília pra ficar lá três meses, a gente ralou muito pra ir e acho que foi umas 15 pra ficarem três meses, então são poucas pessoas com disponibilidade de ficar num processo de luta de um período meio longo (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em junho de 2013).

Um dos principais elementos que diferenciam o processo de espacialização da luta pela terra na atualidade das lutas estudadas por Fernandes (1996) é a não participação efetiva de toda a família nos acampamentos e nas ocupações de terra:

[...] Esse público hoje, que está nos acampamentos, não tem mais condições de morar dentro dos acampamentos, não é uma cesta básica que o governo manda pra cá que vai resolver o problema, isso não resolve [...]. A gente libera as pessoas para cuidarem da sua vida e no final de semana vir ao acampamento ou quando tiver uma jornada eles participarem daquela jornada, é a forma e o critério que estamos utilizando nesse momento na questão de acampado. É evidente que depois tem os critérios de ITESP e INCRA para serem assentados [...]. A gente fazia ocupações antigamente com 2 mil pessoas, hoje você fazer com 200 é um [...] (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

Ainda, de acordo com um dos militantes do MST:

Eu acho que a diferença é muito grande, é quase irreconhecível hoje [...] É claro que a gente não pode generalizar, tem alguns acampamentos [...] com a presença da família, ainda tem, mas ele é muito pouco, mas mesmo assim não tem aquela força que tinha no nosso tempo lá de 1989, começo dos anos 1990, onde o Movimento discutia o seguinte, nós temos famílias, nós não temos acampados, nós temos famílias acampadas. Então se era 100 famílias era normalmente o homem, a mulher, os filhos, o papagaio, o cachorro, o gato, tudo estava ali. Então com o passar do tempo e com essa mudança também de oferta de emprego foi se abrindo mão [...]. Hoje tem uma presença, mas a família também mudou muito, a família no Brasil, hoje tem muitas pessoas no acampamento que estão sozinhas ou ela tem até uma família mas um está no acampamento, o outro está na cidade trabalhando e isso mudou muito o potencial de força da luta, de mobilização, porque antes você tinha 100 famílias, você tinha 300 pessoas pelo menos, hoje você pode ter 100, 200 famílias e você não vai ter 300 pessoas as vezes na hora de mobilizar para fazer uma luta, porque uma parte está trabalhando, uma parte não pode deixar de estar lá no emprego e então isso é a mudança nesse momento é uma mudança fundamental no Movimento. E também tem um

público muito mais camponês no início nos anos 1980 até o meio dos anos 1990 e depois um público mais urbanizado que já está vivendo há mais tempo na cidade, uma cultura um pouco mais urbana vamos dizer assim, muito mais forte também nos acampamentos (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em junho de 2013).

Ainda em relação aos critérios do Movimento, podemos notar que o mais importante é a participação das famílias acampadas nas lutas ou, mais especificamente, nas ocupações de terra:

[...] Um dos critérios fundamentais do Movimento é o seguinte, olha, você não mora no acampamento, mas fim de semana você tem que estar no acampamento. Nas jornadas que o Movimento tiver, não se discute, você tem que estar lá mesmo. A gente percebe assim também, não está sendo aquela [...] também não. Nas jornadas as pessoas que deveriam estar lá, está participando, tem certa limitação disso aí também [...]. A gente não tem a resposta, então a gente tem que ser flexível nos momentos certos, e se tiver que em algum momento endurecer, que endureça, mas a flexibilidade hoje eu diria que está pertinente, não pode perder ela de vista não (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

Para alguns membros do Movimento, os critérios atuais do MST não atrapalham a reprodução da luta pelo acesso a terra. Como a vida no acampamento é extremamente desgastante e desanimadora, não tem por que as famílias morarem de fato nos acampamentos, mas sim frequentá-los quando necessário:

Olha, eu acho que não atrapalha [...]. No dia a dia se essas famílias estiverem dentro do acampamento, a proporção de desencontros e intrigas seria [...] o dobro. E o fato de vir fim de semana [...]. A [...] está aqui, ela pode ir embora amanhã, eu vou encontrar com ela fim de semana, durante a semana ela está cuidando da vida dela lá, se ela ficar aqui, ela vai ficar pensando no que ela deveria estar fazendo lá e dando também um jeito de sobreviver aqui. Olha, vou falar pra você, se você pegar hoje os acampamentos do Pontal, independente de qual movimento social esteja nele, você vê quem são os moradores de acampamento, quem está morando no acampamento, eu to questionando isso, eu estou chamando a frente de massa pra estudar isso. Porque que fulano mora no acampamento? Aí você vai perceber o seguinte, ou porque já não tem pra onde ir mesmo e o único local que ele tem para morar é o acampamento, ou porque ele é um aposentado e de repente já brigou com a mulher, está meio sozinho, está no acampamento [...]. Aí, você se pergunta “quem é o público hoje morador de acampamento?”, acho que até pra vocês, “porque você mora no acampamento?”, quando eu falo morar não é quem tem um barraco no acampamento, porque você está no acampamento? [...] Você vai encontrar alguém que vai falar assim “eu estou aqui porque quero lutar pela terra”, embora quase todos eles vão falar isso. Mas você não pode lutar pela terra igual os outros que vem só no fim de semana ou no momento da ação. As pessoas que moram hoje, por quê? Qual o objetivo deles em morar em acampamento? (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

Para as famílias acampadas, frequentar esporadicamente os acampamentos também não dificulta o processo de luta pela terra, pelo contrário, é uma questão de sobrevivência:

Eu acho assim, não é que atrapalha, é uma questão da gente [...] sobreviver. Vamos supor, você fica direto fora, eu moro aqui, como que eu vou saber se você é bom ou ruim, você não [me] conhece [...]. Ontem a noite mesmo a gente fez reunião, então a gente tem que ter todo mundo junto, porque por exemplo se um trabalha, a gente se organiza, fala “fulano tal dia nós vamos fazer uma reunião”, pra não dar problema pra um e pra outro, a gente se organiza, [...] marca um horário, o dia certinho, porque se não [um] participa outro não participa, é ruim (Acampado na regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em maio de 2013).

Um dos maiores problemas ocasionados pela não participação efetiva das famílias acampadas nos espaços de luta pela terra é a não interação das famílias acampadas e a não formação política delas. Os espaços comunicativo e interativo se desenvolvem no âmbito do espaço de luta e resistência, todavia são restritos aos dias em que ocorrem reuniões ou aos dias em que ocorrem ocupações de terra:

Altera porque antes você tinha uma estrutura de um movimento social que ele tinha que era fundamental estar organizado os vários setores, setor da frente de massa, que era mais pra pensar a organização da luta, mobilização, o setor de formação, pra preparar a formação política do pessoal, o setor de educação porque tinha muita criança então tinha que pensar como essas crianças iam para escola, como que elas voltam, como que a gente acompanha essa educação que elas estão tendo na escola, como é que a gente trabalha o desenvolvimento da nossa proposta pedagógica com essas crianças, pra desenvolver esse ser humano novo que o movimento social sonha, o movimento social quer desenvolver, a cultura, como é que a gente evolui a formação dessas pessoas a partir de um desenvolvimento cultural um pouco diferenciado do que existe no conjunto da sociedade e quando essas famílias, quando ela no acampamento ela não está mais essa estrutura da família conforme ela era lá no início, essa estrutura organizativa começa a perder o sentido, ela começa desorganizar, começa a perder a necessidade, deixar de ter e o Movimento fica, perde um pouco essa força inicial (Coordenador da regional de Andradina entrevistado em junho de 2013).

A atual forma de organização territorial e espacial do MST é produto das estratégias que deram certo em períodos anteriores e estratégias construídas a partir do que não deu certo e em consonância com a questão agrária paulista. No próximos tópicos vamos analisar esses processos a partir do caso de cada uma das regionais de lutas estudadas.

4.1.1. A REGIONAL DE ANDRADINA

A regional de Andradina, uma das mais antigas do estado de São Paulo, é formada por 14 acampamentos, além dos assentamentos rurais conquistados e assistidos pelo MST. Dos 14 acampamentos existentes, 3 deles - Conquista, Jardim de Deus e Novo Horizonte - estão à procura de áreas improdutivas ou com irregularidades sociais, ambientais ou jurídicas para reivindicar, dois acampamentos - Jardim de Deus e São Raphael Santana - eram organizados por sindicatos e, atualmente, pertencem ao MST e 1 - Irmã Doroth - reivindica, ao mesmo tempo, as fazendas Jangada e Santa Maria (ver quadro). Os acampamentos que compõem a regional surgiram principalmente em meados da década de 2000, alguns, inclusive, possuem mais de 10 anos de existência.

Mesmo com um número significativo de acampamentos, localizados na beira das estradas ou em terrenos municipais, o número de ocupações de terra é bastante restrito nesta porção do território, não só na contemporaneidade, mas também em outros períodos históricos. Entre os anos de 1990 e 2012, foram registradas aproximadamente 100 ocupações de terra na regional de Andradina. Enquanto na regional do Pontal do Paranapanema, por exemplo, foram cerca de 500 ocupações de terra, de acordo com o DATALUTA (2012).

Desde o ano de 2011, nenhuma das propriedades rurais reivindicadas na regional de Andradina foram alvos de ocupações organizadas pelo MST, de acordo com o DATALUTA. Em virtude da Medida Provisória 2.183-56/2001, o Movimento normalmente ocupa as propriedades rurais limítrofes às fazendas reivindicadas, evitando assim a interrupção dos processos de vistorias e desapropriações de áreas improdutivas. A ocupação de áreas aleatórias se tornou uma estratégia bastante comum em todo o estado de São Paulo.

Quadro 5 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Andradina - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Número de ocupações	Data
N.I. ¹²⁵	Jardim de Deus	Sem área ¹²⁶	-	-
Aparecida d'Oeste	Padre Josino	Fazenda Nossa Senhora Aparecida I e II	-	-
Araçatuba	Palmares	Fazenda Santa Cecília ¹²⁷	2	17/09/2009 15/04/2011

¹²⁵ Município não informado pela direção do MST.

¹²⁶ Acampamento sem propriedade reivindicada definida.

¹²⁷ Ambas as ocupações foram organizadas pelo MST.

Araçatuba	Novo Horizonte	Sem área		
Castilho	José Martín	Fazenda Itapura ¹²⁸	2	08/01/2004 08/12/2004
Indiaporã	Ouroíndia	Fazenda Bom Jesus	-	-
Itapura	Madre Cristina	Fazenda Lagoão ¹²⁹	5	16/06/2005 25/07/2007 20/02/2007 20/04/2007
Mirandópolis	São Raphael Santana	Fazenda São Raphael Santana	-	-
Mirandópolis	Ernesto Che Guevara	Fazenda São José	-	-
Mirandópolis	Conquista	Sem área	-	-
Pereira Barreto	José Ribamar	Fazenda Santo Ivo	-	-
Pontalinda	Paulo Freire	Fazenda Ranchão	-	-
Rubiácea	Rosa Luxemburgo	Fazenda Guararema	-	-
Sud Menucci	Irmã Dorothy	Fazenda Jangada/Fazenda Santa	2	08/03/2006 28/06/2007

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

O acampamento São Raphael Santana, localizado no município de Mirandópolis, é formado por famílias que foram arregimentadas por um sindicato de trabalhadores rurais da região. Devido a problemas de cunho organizacional, as famílias acampadas procuraram o Movimento. Conforme um dos militantes do MST, as famílias deixaram para trás o sindicato e “[...] colocaram a bandeira do MST”:

O sindicato tem presidente, secretário [...], mas eles não têm uma militância que acompanha os acampamentos. Então os acampamentos ficam [...] a desejar. Às vezes eles vão se sentindo abandonados e é quando procuram o Movimento. Esse pessoal estava se sentindo abandonado, colocaram fogo nos barracos, queimaram, umas famílias perderam objetos, móveis. Daí eles procuraram o Movimento há alguns meses (Coordenador na regional de Andradina entrevistado em junho de 2013).

¹²⁸ As suas ocupações foram lideradas pelo MST, sendo que uma delas foi realizada por famílias do acampamento Nova Conquista.

¹²⁹ Todas as 5 ocupações foram realizadas pelo MST.

¹³⁰ Acampamento com duas propriedades reivindicadas. As duas ocupações foram realizadas pelo MST.

O acampamento Jardim de Deus também era sistematizado por um sindicato rural, mas as famílias preferiram ser organizadas pelo MST. Atualmente, ao invés de o Movimento sistematizar trabalhos de base para arregimentar famílias com o objetivo de retornar a terra, famílias organizadas por outros movimentos socioterritoriais ou sindicatos, quando insatisfeitas, procuram o MST. Existem também as famílias que começam a participar dos acampamentos do Movimento por intermédio de familiares e amigos acampados. Nas ações estudadas por Fernandes (1996) e Feliciano (2003), os trabalhos de base eram bastante comuns e realizados tanto no campo como na cidade. O acampamento Jardim de Deus, bem como os acampamentos Conquista e Novo Horizonte, não reivindicam nenhuma propriedade rural. A existência desse tipo de acampamento se deve à inexistência de fazendas vistoriadas pelo INCRA e declaradas improdutivas.

O acampamento Madre Cristina, localizado no município de Itapura, é um dos acampamentos mais antigos da regional de Andradina, com aproximadamente 12 anos de existência. As famílias desse acampamento reivindicam a fazenda Lagoão. De acordo com o INCRA, a propriedade é improdutiva, todavia, o juiz da comarca de Ilha Solteira, com base no depoimento de um funcionário da fazenda, no projeto de terraplanagem e reforma de pasto e, ainda, nos documentos a respeito da produção pecuária, reconheceu a produtividade da área. Segundo o MST, a propriedade se tornou produtiva depois que o acampamento Madre Cristina surgiu nas proximidades da fazenda. Recentemente, o INCRA entrou com novo processo na justiça reivindicando a desapropriação da área.

Nesse ínterim, várias famílias desistiram do acampamento ou migraram para outros acampamentos. Desde as ações estudadas por Feliciano (2003), o tempo de existência de um acampamento é cada vez maior. Esse é um dos elementos que explica, primeiro, porque algumas famílias desistem da luta pela terra, segundo, porque as famílias acampadas frequentam os acampamentos apenas nos fins de semana. O proprietário da fazenda Lagoão utilizou uma estratégia bastante comum no estado de São Paulo, o arrendamento das terras reivindicadas por movimentos socioterritoriais com o objetivo de evitar a desapropriação por improdutividade. Alguns proprietários arrendam para usinas de cana-de-açúcar, outros para arrendatários canavieiros ou pecuaristas.

Ao contrário do acampamento Madre Cristina, o acampamento Rosa Luxemburgo, localizado no município de Rubiácea, é um dos acampamentos mais novos da regional. As famílias desse acampamento já estavam na luta, mais ainda não possuíam uma propriedade para reivindicar. Por este motivo estavam acampadas na beira da estrada no município de

Guararema. Quando o MST obteve a informação de que a fazenda Guararema era improdutiva, deslocou o acampamento de Guararapes para Rubiácea.

Já as fazendas Ranchão e Bom Jesus reivindicadas pelos acampamentos Paulo Freire e Ouroíndia, respectivamente, estão em processo de homologação.

No município de Araçatuba existem dois acampamentos do Movimento, o Palmares e o Novo Horizonte, ambos localizados em áreas pertencentes à prefeitura do município. Todavia, o acampamento Novo Horizonte ainda não possui uma área para reivindicar. O INCRA vistoriou aproximadamente 15 fazendas no município, mas declarou todas produtivas.

O cenário apresentado nos permite questionar se é interessante ao MST consentir a existência de acampamentos que não possuem ao menos uma propriedade rural para reivindicar; se a organização dos acampamentos que eram de outros movimentos socioterritoriais e/ou sindicatos é mais acessível ao Movimento do que a sistematização de trabalhos de base, prática que está se tornando incomum no estado; e, por fim, se o acampamento é um espaço transitório, visto que o acampamento Madre Cristina, por exemplo, existe desde o ano de 2002 e as famílias acampadas não têm a menor ideia de quando serão assentadas.

Para compreendermos um pouco mais a organização dos espaços de luta pela terra, vamos nos dedicar à análise do acampamento Palmares no próximo tópico.

4.1.1.1. ACAMPAMENTO PALMARES

O acampamento Palmares surgiu em 2010, próximo à fazenda Santa Cecília. A propriedade, com 800 alqueires, é reivindicada por improdutividade e foi ocupada pelo MST apenas duas vezes, de acordo com o DATALUTA (2013). Com o surgimento do acampamento Palmares, uma parte da propriedade foi arrendada para a produção de cana-de-açúcar. A prática do arrendamento é, mais uma vez, utilizada como estratégia para que a propriedade não seja desapropriada pelo governo federal. Depois de uma série de despejos da beira da estrada, as famílias ocuparam um terreno da prefeitura de Araçatuba que era utilizado como depósito de entulhos e lixos pelos moradores do município:

Com o despejo, um vereador conseguiu um terreno da prefeitura, perto do lixão, um lugar horrível. Quando eu vi pensei: “meu Deus do céu, é tão duro e ainda colocar aqui”, mas aí tinha um pessoal muito simpático ao Movimento, ao povo que estava lá, e que ajudou. O secretário do meio

ambiente, organizou, limpou. Hoje é joia o acampamento, um acampamento bem bacana (Coordenador na regional de Andradina entrevistado em junho de 2013).

O terreno está localizado a menos de um quilômetro de uma das principais avenidas do município, a Araçá:

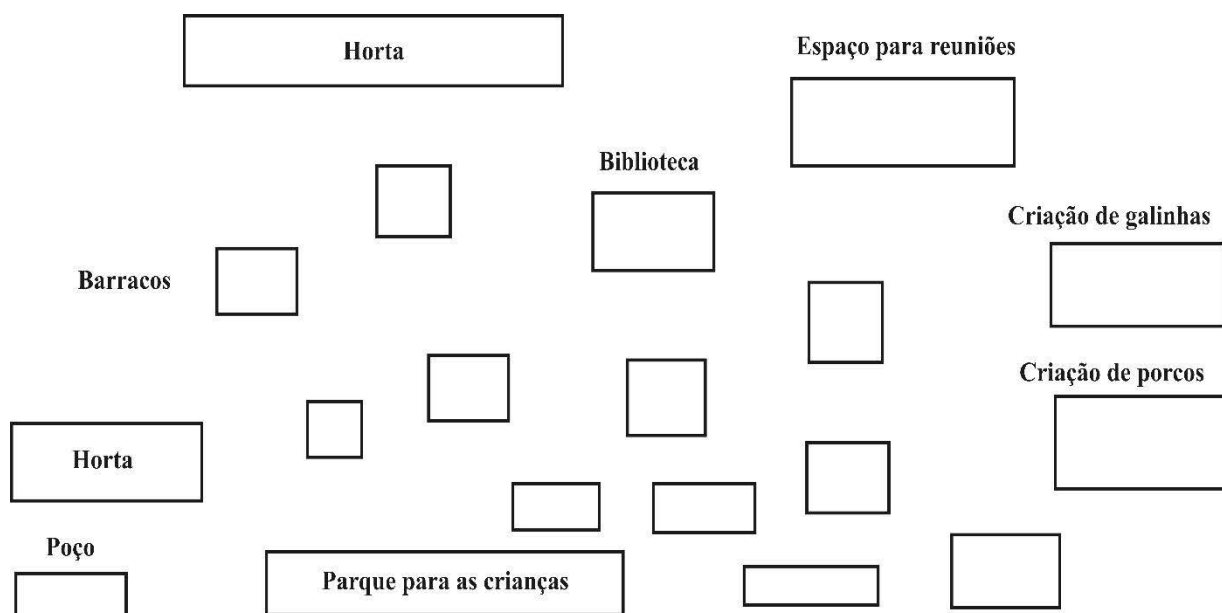
Foto 1 - Imagem de satélite da localização do acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Google Earth, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

As famílias construíram no terreno municipal um acampamento com uma lógica espacial bastante distinta das encontradas nos outros acampamentos do estado de São Paulo. Os barracos das famílias acampadas não estão grudados uns nos outros, mas sim esparsos, ocupando praticamente todo o terreno (ver figura 6).

Figura 6 - Croqui da organização espacial do acampamento Palmares



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

A localização dos barracos permitiu a criação de vários espaços comunitários, como o paiol para a criação de galinhas (ver foto 2), o chiqueiro para a criação de porcos (ver foto 3) e duas hortas comunitárias (ver foto 4 e 5). Os itens produzidos no acampamento são para o consumo das famílias acampadas e, ainda, para comercialização junto aos moradores da cidade de Araçatuba.

Foto 2 - Paiol das galinhas no acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 3 - Chiqueiro de porcos no acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 4 - Horta comunitária no acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 5 - Horta cultivada por uma das famílias acampadas para comercialização no acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

O acampamento também possui um poço artesiano que facilita a alimentação das famílias e o cultivo das hortas (ver foto 6), uma biblioteca para as crianças (ver foto 7), uma área de lazer com brinquedos, uma espécie de parque de areia, e um barracão utilizado para as reuniões e assembleias entre as famílias acampadas.

Foto 6 - Poço para captação d'água no acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 7 - Biblioteca do acampamento Palmares, município de Araçatuba



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Todas essas conquistas são resultado da pressão exercida pelas famílias acampadas na prefeitura do município, que optou por deixar as famílias morarem em um terreno público, ao invés de voltarem para a beira da estrada. Em virtude da localização privilegiada do acampamento, várias famílias moram no acampamento e trabalham na cidade, enquanto outras moram na cidade, mas estão cotidianamente no acampamento:

No começo a gente só vinha nas reuniões, aí depois nós começamos a participar mais, aí nós começamos a gostar e hoje estamos morando. Nós temos casa na cidade, mas preferimos morar aqui, mais sossegado, mais tranquilo, nós criamos porcos aqui (Acampado na regional de Andradina entrevistado em agosto de 2013).

Mesmo assim, “a maioria vem nos fins de semana, moradores mesmo são poucos, outros trabalham e vem. Uns 20 (acampados) são moradores” (Acampado na regional de Andradina entrevistado em agosto de 2013). Apesar do acampamento Palmares possuir uma lógica bastante interessante, acreditamos que o fato de as famílias estarem acampadas em um terreno da prefeitura não contribui com o processo de luta pela terra, pois as famílias estão a quilômetros de distância da propriedade rural reivindicada, questão que prejudica o enfrentamento direto e a resistência.

4.1.2. A REGIONAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA

A regional do Pontal do Paranapanema é formada por 3 acampamentos. Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti são os mais antigos da regional, com aproximadamente 5 anos de existência, enquanto o acampamento Irmã Dorothy surgiu em 2012. Muitas das famílias acampadas nos acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti estão na luta pela terra há quase 10 anos, visto que são remanescentes de outros acampamentos da regional que se transformaram em assentamentos rurais. Os acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti reivindicam propriedades públicas que foram griladas por fazendeiros da região e o acampamento Irmã Dorothy reivindica um propriedade hipotecada pelo Banco do Brasil.

De acordo com o quadro, as fazendas Nazaré - reivindicada pelo acampamento Irmã Goreti - e São Domingos - reivindicada pelo acampamento Dorcelina Folador - já foram ocupadas 9 e 17 vezes pelo MST, respectivamente, conforme o DATALUTA (2013). Apesar do número restrito de acampamentos, os conflitos por terra são bastante intensos na regional do Pontal do Paranapanema, principal regional da luta pela terra organizada pelo MST no estado de São Paulo.

Quadro 6 - Informações sobre a luta pela terra na regional do Pontal do Paranapanema - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Indiana	Irmã Dorothy ¹³¹		1	05/10/2012
Marabá Paulista	Irmã Goreti	Fazenda Nazaré ¹³²	9	29/03/1999 07/09/2001 03/05/2004 16/04/2004 10/01/2006 13/04/2010 07/10/2011 23/06/2012 08/03/2013
Sandovalina	Dorcelina Folador	Fazenda São Domingos ¹³³	17	07/10/1995 28/10/1995 01/10/1995 22/01/1996

¹³¹ Ocupação organizada pelo MST.

¹³² Foram 6 ocupações organizadas pelo MST, uma pelo MST da Base e uma por movimento socioterritorial não identificado.

¹³³ Das 17 ocupações, apenas duas não há informações sobre o movimento socioterritorial que organizou a ação, as outras 15 foram organizadas pelo MST.

				15/08/1996
				07/10/1996
				15/10/1996
				08/03/1996
				26/10/1996
				23/02/1997
				23/02/1998
				29/07/2004
				04/12/2004
				18/03/2006
				15/04/2011
				14/04/2012
				14/07/2012

Fonte: trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Diferente dos acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Goreti, que são organizados pelo Movimento desde os trabalhos de base, o acampamento Irmão Dorothy surgiu quando famílias dos municípios de Indiana e Presidente Prudente procuraram o MST e pediram ao Movimento que as representassem na luta por uma fazenda hipotecada pelo Banco do Brasil localizada no município de Indiana. O acampamento em questão é caracterizado pelo próprio MST como um acampamento funcional, ou seja, um acampamento que está em processo de consolidação organizacional:

[...] Um acampamento funcional, existe um acampamento, mas o público é na sua maioria de Presidente Prudente. Existe um acampamento, mas não existem acampados. Então as pessoas se encontram no local aos fins de semana, mas não teve nada prioritário no Movimento dizendo o seguinte: “vamos pra Indiana agora, massificar Indiana, porque tem a perspectiva de sair essa área”, não tem. O que tem de repente lá, que incentivou as pessoas a montarem o acampamento é a possibilidade de uma fazenda, de uma área que está hipotecada no Banco do Brasil. Então eles veem aquilo lá como possível. A gente já teve acesso aos documentos dela, as famílias de lá que vieram nos procurar, trouxeram até um mapa. É uma fazenda que está hipotecada no banco, mas isso aí de estar hipotecada no banco até ser destinada, no caso, a desapropriação pra reforma agrária, ou, enfim, alguma coisa que concretize o assentamento, existe anos luz de distância um do outro. Porque também não tem um acampamento permanente ali que esteja fazendo luta, está muito assim, existe um acampamento... Ainda não fizeram nenhuma ocupação e vai ficar o resto da vida dessa forma, se não acionar, o Poder Judiciário, se não acionar ele, eles não se mechem, ele é sossegado (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013).

Contrapondo o trecho citado, as famílias acampadas em Indiana ocuparam em outubro de 2012 a fazenda que reivindicam e, ainda, ocuparam a fazenda Nazaré em conjunto com as

famílias dos outros dois acampamentos em março de 2013. Apesar das famílias do acampamento Irmã Dorothy participarem das lutas regionais, como o Movimento ainda não tem certeza que a fazenda hipotecada pelo Banco do Brasil possa ser desapropriada, não investiu na massificação do acampamento, ou seja, no aumento do número de famílias acampadas e de ocupações de terra.

4.1.2.1. O ACAMPAMENTO DORCELINA FOLADOR

O acampamento Dorcelina Folador, localizado no município de Sandovalina, surgiu em 2007 com o objetivo de questionar as terras devolutas que compõem o 8º Perímetro de Presidente Prudente. Alguns anos depois, mais precisamente em 2011, as famílias acampadas ocuparam a fazenda São Domingos e, depois de despejadas, montaram um acampamento na beira da rodovia que atravessa a propriedade (ver figura 8). Desde então, a fazenda foi ocupada mais duas vezes no ano de 2012.

Foto 8 - Imagem de satélite do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

O acampamento Dorcelina Folador é formado por famílias que eram do acampamento Vitória, que em 2006 se transformou no assentamento rural Margarida Alves, localizado no município de Mirante do Paranapanema - último assentamento rural conquistado pelo MST na regional -, por famílias arregimentadas nos trabalhos de base realizados nos municípios da região e no Norte do estado do Paraná e, por fim, por famílias que ficaram sabendo do acampamento por intermédio de pessoas próximas:

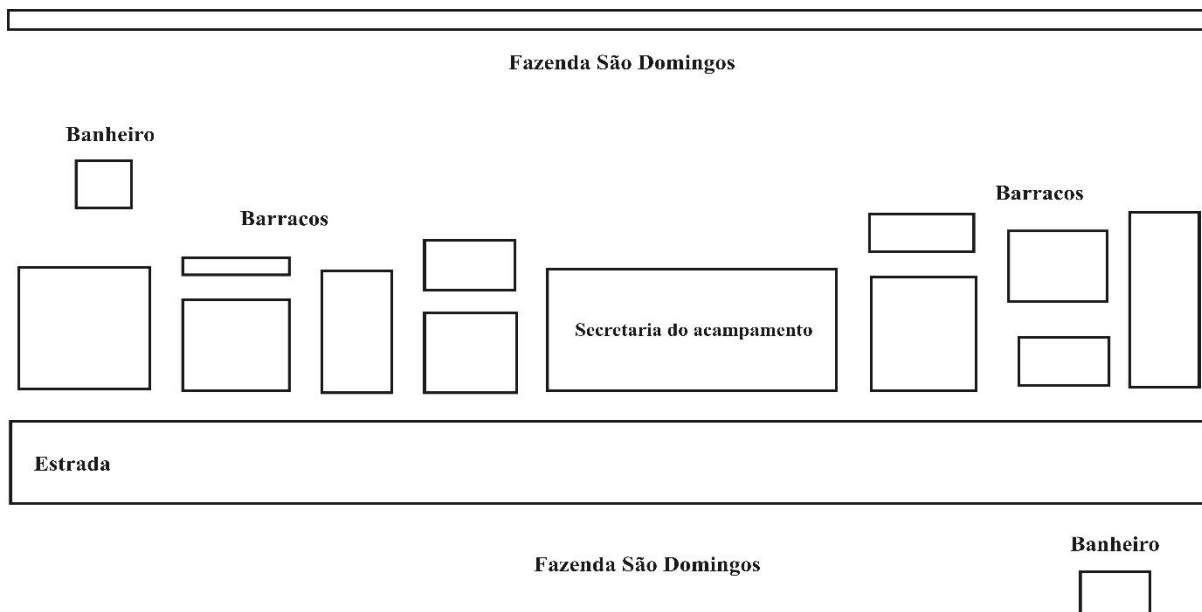
Não, é porque como a gente não entendia como que estava funcionando, daí a gente foi tirar umas informações, aí ele falou, não tem problema nenhum você tem que vim, montar um barraco e pode vim, não tem problema, pode chamar as pessoas que estiverem interessadas e foi isso que aconteceu... A partir de mim veio várias outras pessoas também, daí tem muitos que desistiram porque acha que é fácil, mais não é. É complicado, tem que ter muita garra, tem que ter muita vontade, senão desiste (Acampado entrevistado em março de 2013).

Os trabalhos de base são normalmente realizados para reunir famílias com o interesse de retornar a terra. Depois de formar o acampamento, os trabalhos de base raramente ocorrem, a não ser que o MST tenha a intenção de massificar o acampamento existente ou de formar um novo acampamento. Faz anos que o Movimento não articula trabalhos de base na regional do Pontal do Paranapanema. Enquanto os acampamentos existentes não se transformarem em assentamentos rurais, dificilmente o MST arregimentará novas famílias para a luta pela terra:

A gente faz trabalho de base para determinado acampamento, para formar acampamento. Não é necessário, por exemplo, hoje fazer trabalho de base pra vim gente pra cá. Pelo seguinte, aqui tem pessoas de dez anos, cinco anos de acampamento visando essa área aqui. Seria uma tremenda de uma injustiça ou irresponsabilidade chegar numa cidade e falar vamos pra lá amanhã que vai sair aquela área, não vai, não vai porque esses daqui já estão cadastrados no ITESP há tantos anos, já são recadastrados e uma família que chega amanhã tem que passar por esse processo todo e ele não vai competir com os velhos, logo, se ele não vai competir com os velhos é mínima a possibilidade de ser assentado aqui. O que a gente diz então, vamos montar um acampamento novo, com todo mundo novo, pra lutar por outra área. Famílias chegando para acampar acontece diariamente, a gente não exclui, só que deixa claro, olha você quer ficar aqui, fica, mas nessa área aqui você não vai concorrer, você não tem prioridade alguma nessa área. E futuras áreas, um novo acampamento, você pode ir pra lá que a gente vai dar continuidade (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevistado em março de 2013).

O acampamento Dorcelina Folador reproduz a lógica espacial da maioria dos acampamentos do MST no estado de São Paulo. Os barracos são construídos lado a lado, acompanhando a rodovia e a cerca da fazenda reivindicada (ver figura 7).

Figura 7 - Croqui da organização espacial do acampamento Dorcelina Folador



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além dos barracos das famílias acampadas, existe um espaço próprio para as reuniões e assembleias, uma espécie de secretaria:

Foto 9 - Assembleia na secretaria do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina

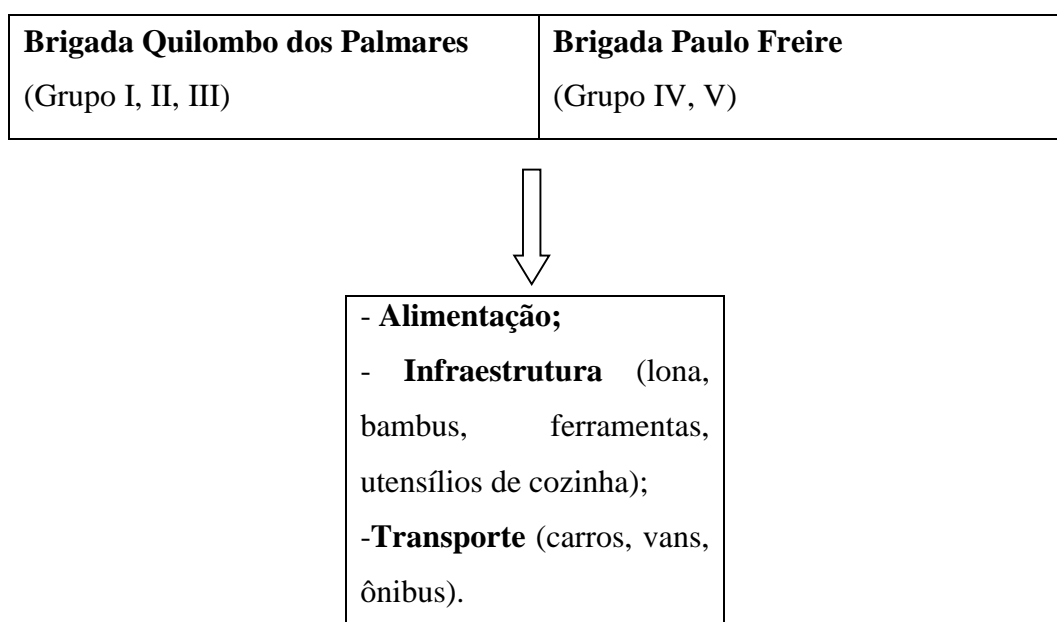


Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

As reuniões entre os grupos de famílias e os coordenadores regionais do Movimento ocorrem normalmente aos domingos, dia da semana que pode ser caracterizado como o dia do acampamento. Observamos ao longo das reuniões e assembleias que, a maior parte das famílias acampadas possuem mais de 50 anos de idade, alguns mais de 60 anos, e que poucas famílias se manifestam nesses espaços, mesmo quando questões estratégicas são discutidas, como a organização dos grupos de famílias, do acampamento e das ocupações de terra. Em uma dessas reuniões, os coordenadores regionais do MST e as famílias acampadas alteraram a organização das famílias no acampamento e nas ocupações de terra. Até então, as famílias se organizam por meio de brigadas formadas por mais de um grupo de famílias (ver figura 8). Cada brigada era responsável pela sistematização dos alimentos e materiais necessários nos acampamentos e nas ocupações de terra, bem como pelo transporte utilizado pelas famílias para irem ao acampamento aos domingos e para se deslocarem até as áreas onde ocorriam as ocupações de terra.

Em outras palavras, são as próprias famílias acampadas que, por intermédio dos coordenadores regionais do Movimento e coordenadores do acampamento, organizam tudo o que é necessário para o acampamento e para a ocupação. A partir da figura, podemos compreender a antiga forma de organização das famílias acampadas:

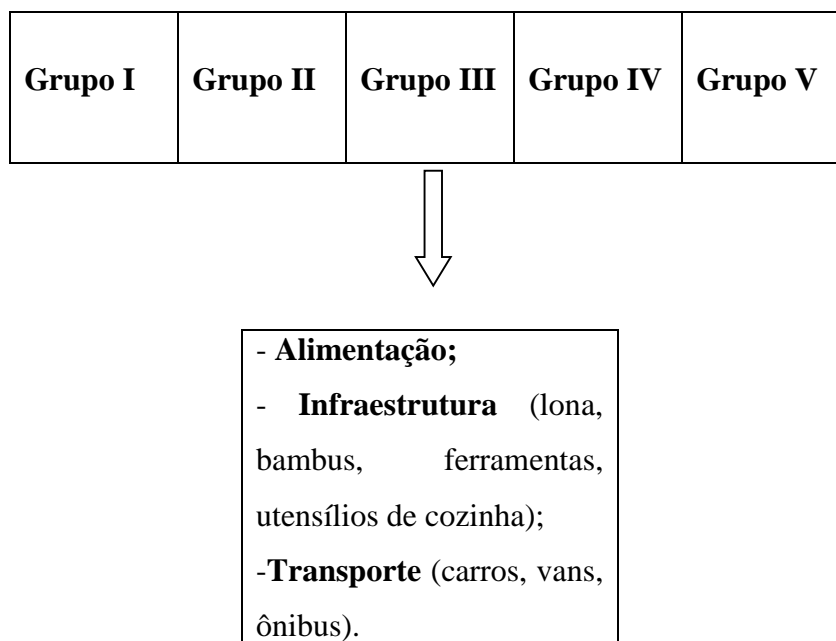
Figura 8 - Esquema ilustrativo da antiga forma de organização do acampamento e ocupação de terra do MST no Pontal do Paranapanema



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Como as brigadas não estavam dando certo, os coordenadores do Movimento e as famílias acampadas decidiram pela organização apenas em grupos de famílias, conforme a figura 9:

Figura 9 - Esquema ilustrativo da nova forma de organização dos acampamentos e ocupação de terra do MST no Pontal do Paranapanema



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Aos domingos, além das reuniões, as famílias acampadas também cuidam da infraestrutura do acampamento, limpam e organizam seus barracos. A foto 10 foi registrada no fim de semana após uma semana de intensas chuvas. Alguns barracos foram completamente destruídos pelas rajadas de vento e as famílias estavam reconstruindo o que sobrou.

Foto 10 - Acampados consertando seus barracos após uma semana intensa de chuvas no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Ao longo das semanas, diferente do domingo, o acampamento fica completamente vazio e os barracos todos trancados com cadeados (ver foto 11):

Foto 11 - Barracos trancados com cadeados e praticamente nenhuma movimentação no acampamento Dorcelina Folador durante a semana, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Diferente das famílias que frequentam o acampamento apenas nos fins de semana, existem algumas poucas famílias que moram no acampamento. Exemplos disso são o cultivo

de hortaliças e a criação de animais no acampamento (ver foto 12 e 13) ou, então, a edificação de um negócio, como uma oficina para automotores (ver foto 14):

Foto 12 - Cultivo de hortaliças e flores no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 13 - Criação de galinhas no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 14 - Oficina de pneus no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

A maioria das famílias do acampamento Dorcelina Folador trabalham como assalariados rurais, mais precisamente como diaristas, em fazendas próximas ao acampamento ou nos municípios em que as famílias residem ou, ainda, trabalham em usinas de cana-de-açúcar, alguns até como cortadores de cana-de-açúcar.

4.1.2.2. A OCUPAÇÃO DA FAZENDA SÃO DOMINGOS

Acompanhamos no ano de 2012, mais precisamente no dia 28 de agosto, uma das ocupações de terra realizadas pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador na fazenda São Domingos. Desde a década de 1990, a propriedade tem sido alvo de ocupações de terra organizadas pelo MST. Inclusive, um dos membros do Movimento foi baleado por um jagunço da fazenda em uma ocupação de terra. Apesar de a propriedade ter sido declarada devoluta pelo governo do estado de São Paulo, a arrecadação ainda está tramitando na justiça. Há alguns anos, a fazenda foi arrendada para a produção de cana-de-açúcar e soja, o que tem dificultado o processo judicial já que os arrendatários querem que o contrato seja cumprido antes da arrecadação.

O mais interessante no caso das ocupações de terra é que as famílias acampadas mantêm o acampamento na beira da estrada e, quando ocupam uma propriedade, constroem outro acampamento nas mediações da fazenda. Nesse caso, temos dois tipos de

acampamentos, com formas e conteúdos distintos. O acampamento localizado na beira da estrada pode ser caracterizado como um acampamento fixo ou um espaço contínuo, enquanto o acampamento construído após a ocupação da fazenda São Domingos pode ser compreendido como um acampamento móvel ou um espaço provisório. No que se refere à forma, no acampamento construído na beira da estrada cada família acampada possui um barraco de lona ou de madeira, normalmente amplos e mobilhados (ver foto 15), dispostos linearmente acompanhando a cerca da fazenda.

Foto 15 - Interior de um barraco construído no acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

No acampamento provisório, os barracos são de lona e normalmente coletivos, bem como a cozinha e todos os outros lugares do acampamento (ver foto 16 e 17):

Foto 16 - Barracos coletivos na ocupação da Fazenda São Domingos pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 17 - Cozinha montada na Fazenda São Domingos quando ocupada pelas famílias do acampamento Dorcelina Folador, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2012.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além dos barracos de lona preta, algumas famílias montam barracas de camping, elementos que demonstram a efemeridade da ocupação da terra (ver foto 18). Como grande parte das famílias trabalham e por esse motivo não podem permanecer diariamente no acampamento montado nas mediações da fazenda, as famílias se revezam para que sempre tenha alguém no acampamento móvel.

Foto 18 - Barracas de camping na ocupação da fazenda São Domingos, município de Sandovalina



Fonte: Trabalho de campo, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Esses espaços são transitórios, pois quando o proprietário da fazenda aciona o poder judiciário por meio do processo de reintegração de posse, as famílias são despejadas e o acampamento localizado na fazenda é desmontado. Com isso, as famílias retornam ao acampamento localizado na beira da estrada. No período estudado por Fernandes (1996), para evitar o despejo, as famílias tombavam as terras da fazenda ocupada para produção agrícola.

De acordo com Fernandes (1999), no final da década de 1990, era comum o Movimento organizar no Pontal do Paranapanema acampamentos permanentes. O MST organiza um único acampamento com um número expressivo de famílias e cada grupo de famílias ocupava uma propriedade rural e montavam um novo acampamento. Na atualidade, a existência de um acampamento principal seria praticamente impossível devido à dificuldade de organizar um grupo expressivo de famílias e também de deslocamento das famílias que moram e/ou trabalham nas cidades até o acampamento.

Consideramos que, nos dias de hoje, ao invés de organizar um acampamento principal, o Movimento optou por sistematizar mais de um acampamento por regional, mas em contrapartida, unificar as lutas por terra, ou seja, as ocupações de terra, como é o caso das lutas regionais. A ocupação da fazenda Nazaré, localizada no município de Marabá Paulista, pode ser caracterizada como uma ocupação de terra em escala regional, conforme será apresentado no tópico a seguir.

4.1.2.3. A OCUPAÇÃO DA FAZENDA NAZARÉ

No dia 08 de março de 2013 as famílias do acampamento Irmã Goreti ocuparam a fazenda Nazaré. Além das famílias que reivindicam a propriedade, as famílias dos acampamentos Dorcelina Folador e Irmã Dorothy também participaram da ocupação com o objetivo de, primeiro, massificar a luta pela terra, segundo, chamar a atenção da sociedade em geral para incipiente política de reforma agrária.

A fazenda Nazaré pertence ao ex-prefeito de Presidente Prudente Agripino Lima. A propriedade está localizada em uma área de terras públicas que foram historicamente griladas e era, até alguns anos atrás, completamente improdutiva. Atualmente, uma parte da propriedade está arrendada para a produção de gado.

Mesmo em uma ocupação de terra em conjunto, na qual as famílias dos três acampamentos existentes na regional participaram, os barracos, bem como as cozinhas, foram organizados por acampamento. Na foto 19, podemos observar que as famílias do acampamento Dorcelina Folador se instalaram em uma parte da propriedade, enquanto as famílias dos outros acampamentos ergueram seus barracos mais adiante.

Foto 19 - Grupo de famílias do acampamento Dorcelina Folador na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista.



Fonte: Trabalho de Campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Algumas das práticas presentes na ocupação da fazenda São Domingos, também foram encontradas na ocupação da fazenda Nazaré, como a construção de barracos de lona presta coletivos e de barracas de camping (ver foto 20 e 21).

Foto 20 - Barraco coletivo na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Foto 21 - Barracas para camping na ocupação da Fazenda Nazaré, município de Marabá Paulista



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Os acampamentos formados após as ocupações de terra protagonizadas por todas as famílias acampadas na regional podem ser caracterizados enquanto espaços de socialização política, visto que as famílias acampadas e os coordenadores da regional se reúnem em um mesmo espaço com o objetivo de lutar pela desapropriação de uma fazenda. Os acampamentos em questão se constituem enquanto espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência.

Para a formação desses espaços as famílias se organizam nos acampamentos a partir dos grupos de famílias. No dia da ocupação, as famílias se encontram nos acampamentos fixos montados na beira das estradas e se deslocam até a fazenda que será ocupada. As famílias que possuem carros próprios levam as famílias que não possuem e, quando necessário, alugam um ônibus ou van. Conforme as famílias vão chegando, a fazenda é ocupada e um novo acampamento é formado.

As práticas que deram certo na ocupação serão reproduzidas nas próximas ações do Movimento e as que não deram certo serão repensadas nas reuniões que ocorrem normalmente aos domingos.

4.1.3. A REGIONAL DE PROMISSÃO

Na regional de Promissão existem 5 acampamentos. Até o ano de 2012 eram 6 acampamentos, mas um deles foi extinguido pelo próprio MST, pois a propriedade reivindicada foi declarada produtiva. A regional de Promissão possui a mesma tendência da regional de Andradina, poucos conflitos por terra, mas um número considerável de acampamentos. De acordo com o quadro 7, apenas duas propriedades pleiteadas pelo Movimento foram ocupadas, sendo que a ocupação da fazenda Colômbia em outubro de 2006 foi organizada pela Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária (OITRA). No período da ocupação, o acampamento Colômbia era sistematizado por outro movimento socioterritorial.

Assim como nos casos dos acampamentos Jardim de Deus e São Raphael Santana, ambos localizados na regional de Andradina, em virtude de conflitos entre as famílias acampadas e os militantes do movimento que as organizava, as famílias do acampamento Colômbia optaram pela representação do MST. A fazenda Colômbia está em processo de homologação e como a área é extremamente grande, famílias que compõem outros da

regional estão migrando para o município com o objetivo de conquistar um pedaço de terra. Quando as propriedades reivindicadas estão em processo de homologação, os acampamentos ficam abarrotados, pois todos querem discutir a organização do assentamento rural que será implantado.

Quadro 7 - Informações sobre a luta pela terra na regional de Promissão - 2013

Município	Acampamento	Propriedade	Ocupações	Data
Altair	Egídio Bruneto	Fazenda São José ¹³⁴	1	06/11/2011
Barbosa	Argentina Maria	Fazenda Corredeira	-	-
Colômbia	Colômbia	Fazenda Colômbia	1	11/10/2006
José Bonifácio	Augusto Boal	Fazenda São José	-	-
Gália	Luiz Beltrame	Fazenda Portal do Paraíso	-	-

Fonte: Trabalhos de campo, 2013; Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

O cenário em questão tem se tornado bastante comum no estado de São Paulo. Famílias organizadas por sindicatos, movimentos socioterritoriais ou independentemente procuram o MST para sistematizá-las no processo de luta pela terra. Em alguns casos, o Movimento desiste da organização dos acampamentos formados por sindicatos, movimentos socioterritoriais ou lideranças sociais personalistas. Isso ocorre quando as famílias acampadas não concordam com as diretrizes políticas e organizativas do MST. Todos os acampamentos do Movimento são estruturados a partir de grupos de famílias. Normalmente, um homem e uma mulher de cada grupo compõe a coordenação do MST, evitando dessa forma a ascensão de lideranças personalistas. Um exemplo interessante são os núcleos urbanos de luta pela terra organizados pela Igreja Católica e Evangélica.

Na verdade, quando começaram as discussões sobre os núcleos urbanos, partiu da CPT aqui da região, através da figura de um padre de Promissão. É uma ideia bastante interessante que é a de criar núcleos urbanos para discutir a reforma agrária. Enquanto estava na parte da discussão, estava muito interessante, eram assembleias, reuniões e a gente enquanto Movimento ajudava a discutir a reforma agrária, ia para as cidades discutir reforma agrária. Mas depois de certo período, de muitas reuniões, começou a desgastar, então as famílias optaram por desenvolver experiências de luta pela terra. Aí está o problema, como fazer essa transição de núcleos, que a princípio seriam núcleos de apoio, núcleos de discussão, pra parte prática. Aí que está o grande problema, tem muitos equívocos, cada município tem uma realidade, tem muitos problemas na parte de metodologia, método, até

¹³⁴ Ocupação organizada pelo MST.

mesmo de conduta, desvio, lideranças oportunistas no processo, então a gente deu uma freada. Mas mesmo assim, tem muitos acampamentos que surgiram aqui na região, através da influência desses núcleos, inclusive alguns utilizam a bandeira do Movimento, mas não tem a coordenação do Movimento. O Movimento não conseguiu desenvolver o seu método de trabalho, digamos assim, com eles, até porque são situações muito pontuais, muito complicadas também, que não assimilaram o jeito do MST se organizar. O MST tem um jeito de se organizar construído historicamente, que é o acampamento, os núcleos de família, que tem a coordenação, enfim, tem os setores que funcionam dentro dos acampamentos, então esse jeito a gente não conseguiu transmitir pra eles e aí acaba desvirtuando um pouco o que seria o Movimento. A CPT deu o impulso inicial, hoje quem organiza de fato são as lideranças dos municípios, lideranças com perfil de trabalho popular, lideranças oportunistas que desenvolvem muito mais politicagem do que política, tem delegados, tem alguns cidades que tem delegados que coordenam, com todos os perfis que você possa imaginar [...]. Não, só alguns municípios tem acampamentos, por exemplo, em Penápolis, tem um acampamento lá, a gente está tentando minimamente coordenar lá. A princípio era dos núcleos urbanos, mas que a gente está tentando dar o mínimo de coordenação possível, embora com muita limitação porque tem uma liderança lá que não gostou do jeito que o MST se organiza, porque o MST, um dos princípios do Movimento é a direção coletiva, o que já bateu de frente com os interesses dele [...]. O acampamento existe e tem mais de 300 famílias se não me engano. [...] O jeito de organizar o acampamento, até as famílias estão procurando muito o Movimento querendo que o Movimento tome partido, mas enfim, contradição da luta pela terra [...]. A regional aqui de Promissão se reuniu e tomou a decisão de acompanhar mais de perto esses núcleos, até porque muitos deles usam a bandeira do Movimento, então fica ruim pra gente não acompanhar, então a gente vai tentar [...] implementar a nossa metodologia de trabalho que já tem mais de 30 anos (Coordenador da regional de Promissão entrevistado em janeiro de 2014).

No próximo tópico vamos nos ater à organização de um dos acampamentos dessa regional, o Augusto Boal.

4.1.3.1. O ACAMPAMENTO AUGUSTO BOAL

O acampamento Augusto Boal, localizado no município de José Bonifácio, surgiu em 2009. A princípio, o acampamento foi construído no Km 423 da rodovia Assis Chateaubriand, próximo à fazenda São José (ver foto 22).

Foto 22 - Imagem de satélite do acampamento Augusto Boal às margens da Rodovia Assis Chateaubriand, em frente à Fazenda São José, município de José Bonifácio.



Fonte: Google Earth, 2013.

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Em 2008, a fazenda São José foi declarada improdutivo pelo INCRA. Nos últimos 9 anos, nenhum tipo de produção agropecuária foi desenvolvida nas mediações da propriedade. Todavia, quando o acampamento Augusto Boal se instalou nas proximidades da fazenda, o proprietário arrendou parte da área para a usina de cana-de-açúcar Virgolino de Oliveira, localizada no mesmo município, com o objetivo de impedir a desapropriação por improdutividade:

A vistoria dessa área foi feita em 2008, [...] fazia 9 anos que não tinha plantado nada e não tinha nada na terra, a não ser branquearia, [...] não tinha nada, era uma fazenda abandonada. Aí quando eles viram que o sem-terra fechou ali e ficou de frente com a fazenda, eles vieram, fizeram vistoria, mas eles não acreditavam que essa área ia sair. Aí quando eles viram que o sem-terra chegou ali, eles pegaram e arrendaram a fazenda, mas daí pro INCRA já não adiantava mais, o que vale é antes da vistoria. Agora eles podiam ter plantado de tudo aqui, podia ter até roça (Acampado entrevistado em maio de 2013).

Entre os anos de 2008 e 2012, depois de várias tentativas de despejo, algumas famílias simplesmente desistiram do acampamento:

[...] Abandonaram, não quiseram mais ficar acampados, porque é cansativo, é difícil, você tem que ter pulso firme, caso contrário você não fica. [...] Então as pessoas desistem. [...] Das 19 que vieram pra cá só ficou eu e o outro coordenador, os outros foram todos embora. A gente precisava de

gente aqui, aí nós buscamos três pessoas do Argentina Maria (Acampado entrevistado em maio de 2013).

Um dos principais motivos para a desistência da maioria das famílias foi a falta de água no acampamento:

Eu vim pra cá, sem auxílio, ali beirada da pista, nem água para beber o prefeito deu, foi negado, está protocolado na prefeitura, não é mentira [...]. Protocolamos tudo no dia 27 de novembro de 2009, nós fomos lá de manhã e protocolamos e eles negaram a água pra nós. Tivemos várias ordens de despejo, a gente só viveu mesmo de doação aqui na beirada (Acampado entrevistada em maio de 2013).

Quando restavam apenas duas famílias no acampamento Augusto Boal, um grupo liderado por José Rainha Junior, fundador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Base (MST da Base), montou um acampamento próximo à fazenda São José. Com receio de perder a disputa pela propriedade, as duas famílias entraram em contato com os coordenadores regionais do MST que enviou mais 10 famílias para o acampamento. Com a expansão do acampamento Augusto Boal, o acampamento do MST da Base migrou para outro município. No dia 04 de dezembro de 2012 a propriedade foi desapropriada e as famílias ocuparam as mediações da fazenda. A partir da foto 23, é possível observar a produção de cana-de-açúcar de um lado e os barracos de outro.

Foto 23 - Imagem de satélite da localização atual do acampamento Augusto Boal, dentro da Fazenda São José, município de José Bonifácio



Fonte: Google Earth, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Mesmo com o acampamento dentro da fazenda São José, o cultivo da cana-de-açúcar continuou até o vencimento do contrato firmando entre o ex-proprietário e a usina Virgolino de Oliveira (ver foto 24).

Foto 24 - Barracos de um lado e cana-de-açúcar do outro na Fazenda São José, município de José Bonifácio

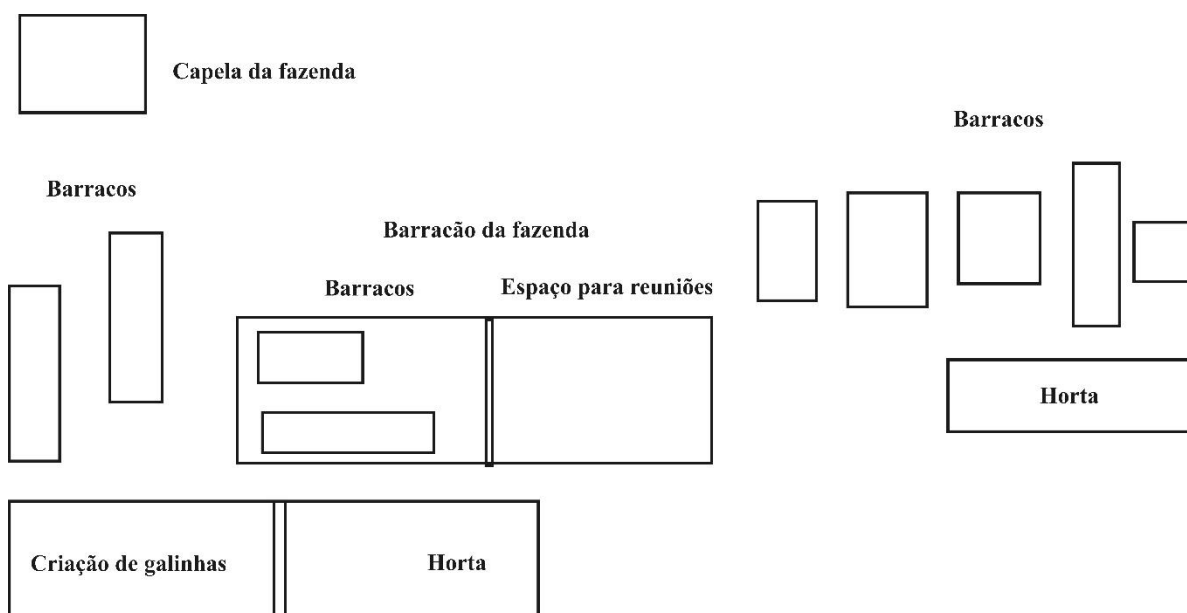


Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Com a ocupação da fazenda São José, famílias de outros acampamentos da regional foram trazidas para o acampamento Augusto Boal com o objetivo de fortalecer o acampamento. Os membros do acampamento são originários dos municípios de Barbosa, Penápolis e Promissão, alguns são filhos de assentados na fazenda Reunidas em Promissão, outros são assalariados rurais que trabalham na colheita de tomate e milho ou na capinação ou, ainda, como tratoristas em usinas de cana-de-açúcar da região.

A lógica espacial do acampamento na beira da estrada é completamente distinta do acampamento nas mediações da fazenda. De acordo com o croqui do acampamento (ver figura 10), os barracos que antes acompanhavam a cerca da fazenda, agora estão dispostos aleatoriamente. Inclusive, alguns barracos foram montados dentro de um barracão da fazenda, enquanto algumas famílias abandonaram o barraco e se instalaram em pequenas casas existentes na propriedade:

Figura 10 - Croqui da organização espacial do acampamento Augusto Boal



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Enquanto no acampamento na beira da estrada as famílias mal possuíam o que comer ou beber e sobreviviam por meio de doações. No acampamento dentro da propriedade as famílias cultivam hortaliças e criações de galinhas para o consumo (ver foto 25).

Foto 25 - Hortaliças e criação de galinhas no acampamento Augusto Boal, município de José Bonifácio



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além disso, o grupo composto por 18 famílias, sendo que dois são coordenadores locais - homem e mulher -, começou a se reunir várias vezes por semana para discutir a organização do assentamento rural - distribuição dos lotes e produção agrícola -. Pelo menos um membro de cada família passou a dormir todas as noites no acampamento ou a frequentá-lo nos fins de semana. Os coordenadores da regional de Promissão passaram a conviver um pouco mais com as famílias acampadas com o objetivo de contribuir com as discussões:

Depois do dia 04 de dezembro, [...] que a gente veio pra cá, o próprio INCRA [...], exigiu [...] manter sempre uma pessoa de cada cadastro aqui. [...] Por exemplo, [...] se eu tenho 4 [membros] na família, eu mantenho um aqui, os outros podem ficar fora, pelo menos o do cadastro tem que ficar. Então hoje não acontece isso, se a pessoa trabalha de dia fica a noite, se trabalha de noite fica de dia, então hoje não acontece isso aí [...]. A gente tem que cobrar isso aí, se não o acampamento fica vazio (Acampado entrevistado em maio de 2013).

A partir do exemplo do acampamento Augusto Boal, podemos concluir que a luta pela terra ainda é fundamental para o processo de (re)criação do campesinato no estado de São Paulo. Mesmo com todas as contradições, dificuldades e desistências, as famílias acampadas conquistaram a fazenda São José.

4.1.3.2. O ACAMPAMENTO LUIZ BELTRAME

O acampamento Luiz Beltrame está localizado no município de Gália. O nome do acampamento é uma homenagem a um militante do MST de 105 anos de idade, um dos personagens mais importantes da luta pela terra no estado de São Paulo. Desde outubro de 2013, quando a fazenda Portal do Paraíso foi declarada improdutiva, 78 famílias que estavam acampadas na beira da estrada, ocuparam as mediações da fazenda (ver foto 26).

Foto 26 - Imagem de satélite da localização da sede da Fazenda Portal do Paraíso, município de Gália



Fonte: Google Earth, 2014.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Algumas famílias ao invés de continuarem morando nos barracos de lona e madeira, ocuparam a sede da fazenda (ver foto 27).

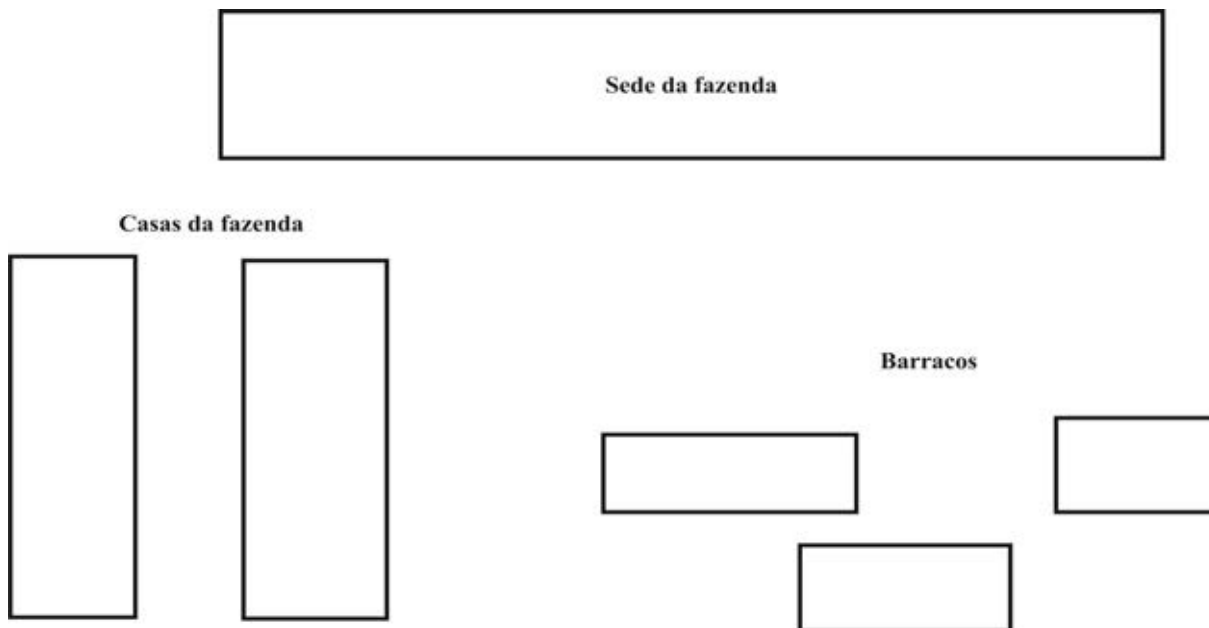
Foto 27 - Sede da Fazenda Portal do Paraíso, município de Gália



Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além da sede da fazenda, as casas dos antigos funcionários também foram ocupadas pelas famílias. Outras preferiram continuar morando embaixo da lona (ver figura 11).

Figura 11 - Croqui da organização espacial do acampamento Luiz Beltrame



Fonte: Trabalho de campo, 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Como é de costume, após a desapropriação e consequente ocupação da fazenda, as famílias acampadas deram início à demarcação dos seus respectivos lotes por meio de cercas de madeira de bambu (ver foto 28).

Foto 28 - A bandeira e a cerca no acampamento Luiz Beltrame, município de Gália



Foto: Trabalho de campo, 2014.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Além das cercas, algumas famílias deram início ao cultivo de hortaliças e à criação de galinhas. Diferente do acampamento Palmares, no município de Araçatuba, onde as hortas e criações eram coletivas, no acampamento Luiz Beltrame a produção é individual (ver foto 29).

Foto 29 - Barraco e início do cultivo da terra no acampamento Luiz Beltrame, município de Gália



Fonte: Trabalho de campo, 2014.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

A produção agropecuária para consumo próprio ou comercialização é uma prática construída normalmente após a desapropriação da fazenda reivindicada. Enquanto a área não é destinada a reforma agrária, as famílias continuam acampadas na beira das estradas e os cultivos agrícolas são ínfimos.

4.2. OS SUJEITOS E AS TRAJETÓRIAS DA LUTA PELA TERRA

Ao longo deste tópico, temos como objetivo principal compreender quem são os sujeitos que compõem os acampamentos sistematizados pelo MST e, por fim, quais são as trajetórias da luta pela terra. Primeiramente, vamos analisar o perfil social e econômico dos acampados que lutam por terra, depois vamos apreender os caminhos trilhados por esses sujeitos desde a proletarianização até o retorno ao campo com o objetivo de conquistar um pedaço de terra.

De acordo com o quadro 8, dos 20 indivíduos entrevistados, 3 são assentados que compõem a coordenação das regionais de Andradina, Pontal do Paranapanema e Promissão, enquanto os outros 17 são acampados.

Quadro 8 - São Paulo - Perfil dos acampados(as) e coordenadores(as)/dirigentes entrevistados(as) - 2013

Regional MST	AC ¹³⁵ /ASS ¹³⁶	Identificação ¹³⁷	Função	Idade	Cidade de origem ¹³⁸	Estado Civil	Filho(s)	Escolaridade	Ocupação ¹³⁹	Renda Média Mensal ¹⁴⁰
Promissão	Augusto Boal	Silva ¹⁴¹	Coordenadora/A campada	52	Promissão-SP	Casada	2 ¹⁴²	4ª série	Desempregada ¹⁴³	R\$ 70,00 ¹⁴⁴
	Augusto Boal	Oliveira Neto ¹⁴⁵	Coordenador/Ac ampado	52	Promissão-SP	Casado	2 ¹⁴⁶	4ª série	Agricultor ¹⁴⁷	R\$ 140,00
	Augusto Boal	Aparecida da Silva ¹⁴⁸	Acampada	51	Promissão-SP	Casada	3 ¹⁴⁹	4ª série	Dona de Casa	R\$ 150,00 a R\$ 300,00

¹³⁵ Nome do acampamento onde as famílias entrevistadas estão acampadas.

¹³⁶ Nome do Assentamento onde os Dirigentes e Coordenadores do MST entrevistados estão assentados.

¹³⁷ O nome completo dos entrevistados foi preservado neste trabalho e apenas um dos sobrenomes será utilizado para identificá-los no quadro e em caso de citação das entrevistas no corpo do texto.

¹³⁸ Cidade na qual o acampado reside ou residia até ir morar no acampamento.

¹³⁹ Grande parte dos acampados não possui carteira assina, portanto desenvolvem mais de uma atividade que, normalmente, são realizadas em um curto período de tempo, os chamados “bicos”, sejam eles no campo ou na cidade. Como alguns dos entrevistados chegaram a citar várias ocupações, priorizamos no quadro apenas uma ou duas. As outras ocupações serão discutidas por meio de notas de rodapé para que todas as informações colhidas sejam apresentadas.

¹⁴⁰ No caso da renda média mensal os valores foram estipulados pelos próprios acampados e somente estes foram contemplados com este item na entrevista.

¹⁴¹ Silva e seu cônjuge sempre moraram no acampamento.

¹⁴² As duas filhas de Silva não moram no acampamento com os pais, já são casadas e residem em municípios próximos ao acampamento.

¹⁴³ Antes de compor o acampamento Silva trabalhou na agricultura e em frigorífico, também já foi babá, empregada doméstica e costureira. Atualmente não desenvolve nenhuma atividade, pois além das atividades como coordenadora do acampamento, cuida do cônjuge que é diabético e hipertenso grave.

¹⁴⁴ Até 15 dias antes da entrevista, a renda de Silva e seu cônjuge era praticamente zero. Recebiam algum dinheiro de familiares e se alimentavam através de cestas básicas. No período da entrevista além de começarem a receber o Programa Bolsa Família, o marido de Silva havia conseguido um emprego temporário, mesmo com todos os problemas de saúde apresentados. Como Silva preferiu não citar os valores do salário de seu cônjuge, apresentamos no quadro apenas o Programa Bolsa Família como renda.

¹⁴⁵ Oliveira Neto mora no acampamento, mas sua cônjuge continua morando com os pais dele no assentamento Reunidas.

¹⁴⁶ Os filhos de Oliveira Neto não residem no acampamento.

¹⁴⁷ Oliveira Neto sempre trabalhou como agricultor, desenvolvendo “bicos” enquanto diarista em fazendas da região. Seus pais possuem um lote no assentamento Reunidas, município de Promissão, local onde sua cônjuge reside e ele residia até o início do acampamento.

¹⁴⁸ Aparecida Silva e seu marido sempre moraram no acampamento.

¹⁴⁹ Apesar dos filhos de Aparecida Silva não residirem no acampamento, sua neta de aproximadamente 10 anos mora com ela e seu cônjuge no acampamento.

Augusto Boal	Crioulo ¹⁵⁰	Acampado	57	Penápolis-SP	Casado	3 ¹⁵¹	4ª série	Agricultor/ Tratorista ¹⁵²	R\$ 1.300,00
Augusto Boal	Primo ¹⁵³	Acampado	60	Barbosa-SP	Casado	1	4ª série	Agricultor/ Caminhoneiro	0
Luiz Beltrame	Machado	Acampada	53		Casada	6	4ª série	Agricultora	Pensionista
Luiz Beltrame	Penha	Acampada	55		Casada		-	Aposentada como trabalhadora rural	-
Luiz Beltrame	Santos	Acampado/ Coordenador	28		Casado	1	Superior Completo	-	-
Dorcelina Folador	Rodrigues ¹⁵⁴	Acampada	48	Itaguajé-PR	Casada	4 ¹⁵⁵	5ª série	Agricultora ¹⁵⁶	R\$ 800,00
Dorcelina Folador	Oliveira ¹⁵⁷	Acampado	57	Martínópolis- SP	Casado	3 ¹⁵⁸	4ª série	Agricultor ¹⁵⁹	R\$ 100,00
Dorcelina Folador	Ramos ¹⁶⁰	Acampado	60	Colorado-PR	Casado	-	Mobral	Agricultor/ Motorista ¹⁶¹	R\$ 500,00
Dorcelina Folador	Ângela ¹⁶²	Acampada	42	Colorado-PR	Divorciada	1	Ensino Superior	Desempregada ¹⁶³	R\$ 600,00
Pontal do Paranapanema									

¹⁵⁰ Crioulo e sua cónjuge moram no município de Penápolis, mas vão ao acampamento com frequência.

¹⁵¹ Os filhos de Crioulo moram com ele e sua cónjuge na cidade.

¹⁵² Crioulo é tratorista da Usina Diana Açúcar & Etanol, localizada no município de Avanhandava/SP.

¹⁵³ Primo e sua cónjuge sempre moraram no acampamento, mas tinham uma casa aluga na cidade com seus pertences.

¹⁵⁴ Rodrigues e sua filha frequentam o acampamento principalmente aos fins de semana, já seu cónjuge nem tanto devido ao trabalho.

¹⁵⁵ Apenas a filha mais nova de Rodrigues reside com ela e seu cónjuge.

¹⁵⁶ Assim como grande parte dos acampados que desenvolvem atividades agrícolas, Rodrigues sobre como diarista em fazendas próximas ao acampamento e seu cónjuge é tratorista na Usina Umoe Bioenergy, no município de Sandovalina/SP.

¹⁵⁷ Oliveira é um dos poucos entrevistados do acampamento Dorcelina Folador que reside no acampamento.

¹⁵⁸ Os filhos de Oliveira residem no município de Martinópolis.

¹⁵⁹ Oliveira sempre trabalhou com agricultura e atualmente faz “bicos” como diarista. Sua cónjuge está tentando aposentar devido à graves problemas de saúde. Devido a estes problemas, reside com os filhos no município de Martinópolis.

¹⁶⁰ Ramos frequenta o acampamento aos fins de semana, sua cónjuge dificilmente está presente já que eles moram em uma casa cedida pela Maçonaria, no município de Colorado/PR, e uma das funções do casal é cuidar da casa e do prédio onde os maçons desenvolvem suas atividades.

¹⁶¹ Ramos desenvolve tanto a atividade de agricultor, como diarista, quando a atividade de motorista, tudo depende da demanda.

¹⁶² Ângela reside em Itaguajé/PR na casa de parentes e frequenta o acampamento aos fins de semana.

¹⁶³ Apesar de estar desempregada, segundo a própria Ângela, a acampada desenvolve “bicos” quando aparecem.

Aproximadamente 90% dos acampados entrevistados possuem mais de 50 anos de idade, ou seja, a presença de crianças ou jovens nos acampamentos é praticamente nula. Cerca de 10 acampados não concluíram o ensino fundamental, alguns mal sabem ler ou escrever, enquanto os coordenadores regionais do Movimento possuem graduação e cursam pós-graduação. A renda mensal desses sujeitos varia de 0 a R\$ 1.300, 00. Os que possuem renda zero estão desempregados, os que têm uma renda média de R\$ 500, 00 são diaristas que não possuem carteira de trabalho registrada e os que possuem os maiores salários trabalham normalmente em usinas de açúcar e álcool e dispõem de carteira de trabalho registrada. Supreendentemente, apenas dois acampados recebem Bolsa Família¹⁷¹ e um é pensionista.

Apesar do número de empregos formais terem aumento em todo o país, de acordo com a tabela 9, as famílias que lutam por terra continuam, em sua maioria, sendo aquelas que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

Tabela 9 - Brasil - Número de empregos formais - 1985-2011

Governo	Ano	Número de	Varição	Varição negativa (%)
José Sarney	1985	20.492.131		
	1986	22.164.306	1.672.175	8,16
	1987	22.617.787	453.481	2,05
	1988	23.661.579	1.043.792	4,61
	1989	24.486.568	824.989	3,49
	1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
Fernando Collor	1991	23.010.793	-187.863	-0,81
	1992	22.272.843	-737.950	-3,21
Itamar Franco	1993	23.165.027	892.184	4,01
Fernando Henrique Cardoso	1994	23.667.241	502.214	2,17
	1995	23.755.736	88.495	0,37
	1996	23.830.312	74.576	0,31
	1997	24.104.428	274.116	1,15
	1998	24.491.635	387.207	1,61
	1999	24.993.265	501.630	2,05

¹⁷¹ O Programa Bolsa Família tem rendido elogios aos governo Dilma Rousseff que, no dia 15 de outubro de 2013, foi contemplado com o prêmio Award for Outstanding Achievement in Social Security pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA) atribuído ao Programa Bolsa Família e o seu desempenho no combate à pobreza, miséria e redistribuição de renda. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20191&catid=4&Itemid=2> Acesso em outubro de 2013.

Conforme os dados do IPEA, o Programa Bolsa Família é responsável por 28% da queda da extrema pobreza e a miséria seria 36% maior caso o programa não existisse e a desigualdade cai em mais de 80% dos municípios.

	2000	26.228.629	1.235.364	4,94
	2001	27.189.614	960.985	3,66
	2002	28.683.913	1.494.299	5,5
	2003	29.544.927	861.014	3
	2004	31.407.576	1.862.649	6,3
	2005	33.238.617	1.831.041	5,83
Luís Inácio <i>Lula</i> da Silva	2006	35.155.249	1.916.632.	5,77
	2007	37.607.430	2.452.181	6,98
	2008	39.441.566	1.834.136	4,88
	2009	41.207.546	1.765.980	4,48
	2010	44.068.355	2.860.809	6,94
Dilma Rousseff	2011	46.310.631	2.242.276	5,09

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), 2013.
Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

No estado de São Paulo, especificamente, até 2011 foram registrados 13,4 milhões de postos de trabalho, o que corresponde a um crescimento de 4,19% em relação ao ano de 2010 ou 539,2 mil novos empregos entre 2010 e 2011. Os setores que mais empregaram em termos absolutos foram o de serviços (294,9 mil) e o de comércio (114 mil). Em termos relativos foram os setores agropecuário (32,7 mil) e construção civil (60,3 mil). O recente fortalecimento do mercado de trabalho brasileiro está atrelado à expansão dos setores de serviços e comércio¹⁷², no qual a remuneração é de no máximo 1,5 salário mínimo, sendo que 94,8% dos 21 milhões de pontos de trabalho criados nestes últimos anos são para os salários de base (POCHMANN, 2012)¹⁷³.

Em relação às trajetórias, todos os acampados entrevistados possuem ou já possuíam, em algum momento de suas vidas, vínculo com a terra. Sendo que, alguns acampados nasceram e foram criados no campo, mas migraram para a cidade à procura de emprego, enquanto outros continuam morando na cidade, mas trabalham no campo:

¹⁷² Entre 1980 e 2008, o setor terciário aumentou seu peso relativo em 30,6%, respondendo atualmente por dois terços de toda a produção nacional, enquanto os setores primários e secundários perderam 44,9% e 27,7%, respectivamente, de suas participações relativas no PIB. O que repercute na composição da força de trabalho.

¹⁷³ Para complementar as informações, segundo esse mesmo autor, “no caso dos trabalhadores com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal, registra-se que as profissões em maior expansão na década de 2000 foram as de serviços (6,1 milhão de novos postos de trabalho, que responderam por 31% da ocupação total). Na sequência, apareceram os trabalhadores do comércio (2,1 milhões), da construção civil (2 milhões), de escriturários (1,6 milhão), da indústria têxtil e de vestuário (1,3 milhão) e do atendimento público (1,3 milhão). Somente essas seis profissões compreenderam 14,4 milhões de novos postos de trabalho, o que equivaleu a 72,4% de todas as ocupações com remuneração de até 1,5 salário mínimo mensal” (p. 32).

Eu vim do Nordeste, Pernambuco, vim pra cá com três meses. Aí meu pai era lavrador, mexia com roça, até hoje eu lembro que em 1968, eu ainda era um moleque, criança ainda, meu pai pegou uma terra de meeiro lá no Segundo Aliança pra plantar, até hoje tem bastante gente assentado lá. [...] Naquela época, eu lembro que a situação era tão ruim que casa não tinha, ele cortava aqueles coqueiros pra fazer a casa [...]. Eu lembro que teve uma época, até hoje eu não esqueço, minha mãe não tinha um fósforo pra acender o fogo, nós acendíamos aquele toco e largava o toco queimando e no outro dia cedo pegava o fogo pra acender. Aí de lá, nós viemos pra cá, pra Araçatuba, fomos morar perto do aeroporto, numa fazenda ali, meu pai plantava roça lá, aí eu já comecei a ajudar ele, na década de 1970. Aí de lá mudamos para a cidade, eu trabalhei na Secretaria da Fazenda. Voltei pra trabalhar, ajudar o pessoal a catar tomate aqui no Ceasa [...]. Aí fui tomar conta de uma fazenda. Saí, vim pra cidade, trabalhei como mecânico. Fui pro Nordeste, voltei, aí continuei aqui trabalhando numa coisa e outra. (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Grande parte dos acampados são filhos de camponeses ou de assalariados rurais que trabalhavam em fazendas localizadas nas regiões Sudeste e Nordeste:

Eu nasci em Peabiru, pra lá de Maringá [...]. Lá, sempre arrendado. Naquele tempo era aquele negócio de posse que nem eu entendo, meu pai tinha 20 alqueires de terra lá, mas acho que era grilado [...]. Mas depois, com o tempo, o meu pai vendeu e nós viemos pra outro sítio, só que daí já era sítio arrendado, já não era nosso. De Juranda eu vim direto para Porecatu [...]. E hoje eu me estou morando em Itaguajé mesmo. Aí não sai pra nenhum lugar mais depois disso (Acampado entrevistado em março de 2013).

Em meio a tantos caminhos trilhados, a luta pela terra é a única opção para as famílias que buscam autonomia e que se identificam com a terra:

Sonho antigo, a gente que é criado na lavoura, a gente trabalhou, trabalhou, trabalhou, malhou, malhou, malhou e não teve grandes resultados não, foi sempre só enricando o patrão e não teve. Tem uma hora que você chega e fala “não, eu tenho que conseguir um negócio pra mim”, daí a gente já esteve acampado no Dandara há muitos anos atrás e não deu certo pra nós, nós continua a luta agora, de 4 anos pra cá, e a gente vê as pessoas que se dá bem com um pedacinho de terra, então a gente fala “não, o caminho nosso é por aqui, vamos por aqui”. Pensando futuramente assim, que eu já estou nos meus 60 anos, mas eu tenho minha filha, tenho meus dois netos, meu sonho é coloca eles dentro da terra comigo, conseguir morar aqui junto e continuar a vida junto (Acampado entrevistado em agosto de 2013).

Ao passo que famílias optam pela luta pela terra em virtude da origem camponesa ou da identidade com a terra, outras famílias desistem. Os principais motivos para a desistência do acampamento são a falta de infraestrutura, problemas familiares, problemas de saúde, tempo de acampamento e, por fim, conflitos internos, ou seja, conflitos entre famílias ou entre

famílias e coordenadores. Os acampamentos são, na verdade, espaços de desencontro ou, ainda, conforme será explorado no próximo subcapítulo, espaços precários.

Podemos concluir, portanto, que as famílias que lutam por terra no estado de São Paulo são camponeses e proto-camponeses, em sua maioria de origem rural, que migraram para as cidades, mas por não conseguirem se inserir no mercado de trabalho urbano continuam trabalhando no campo e alimentam o desejo de conquistar um pedaço de terra.

4.3. OCUPAÇÕES DE TERRA E ACAMPAMENTOS: A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA PRECÁRIOS

Consideramos que a contemporaneidade da luta pela terra se diferencia em partes dos processos analisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). Sistematizamos no quadro a seguir as principais considerações construídas por cada um dos autores citados e a nossa compreensão a respeito da espacialização do MST no estado de São Paulo entre os anos de 2012 e 2013. De acordo com Fernandes (1996), a gênese e espacialização do MST ocorreu em virtude do desenvolvimento dos espaços comunicativo, interativo e de luta e resistência. Todavia, Feliciano (2003) concluiu que a expansão da base social desencadeou a sobreposição dos espaços de socialização política em um único espaço e que as ocupações de terra se desenvolviam a partir de um caráter jurídico-político, pois as famílias ocupavam e lutavam outros espaços além dos acampamentos, os espaços político, local, jurídico e simbólico.

A nossa compreensão tem como pressuposto as leituras bibliográficas e documentais, os levantamentos de dados estatísticos e as pesquisas empíricas realizadas entre os anos de 2012 e 2013. Os trabalhos de campo foram realizados em três regionais de lutas do MST e a partir delas em ocupações de terra, acampamentos e reuniões regionais do Movimento. Concluimos que, a espacialização do MST ocorre através da constituição de espaços fixos e espaços móveis e que ambos podem ser interpretados como espaços de socialização política precários. Dessa forma, além da sobreposição dos espaços de socialização política, os espaços de luta e resistência se desenvolvem de maneira incompleta, o que fragiliza expressivamente a espacialização do MST e, conseqüentemente, a territorialização do Movimento, da luta pelo acesso a terra e da reforma agrária. A ocupação da terra e o acampamento são espaços capazes de enfrentar a propriedade da terra e o modo capitalista de produção, mas para isso precisam de famílias sem-terra mobilizadas, organizadas e conscientes politicamente.

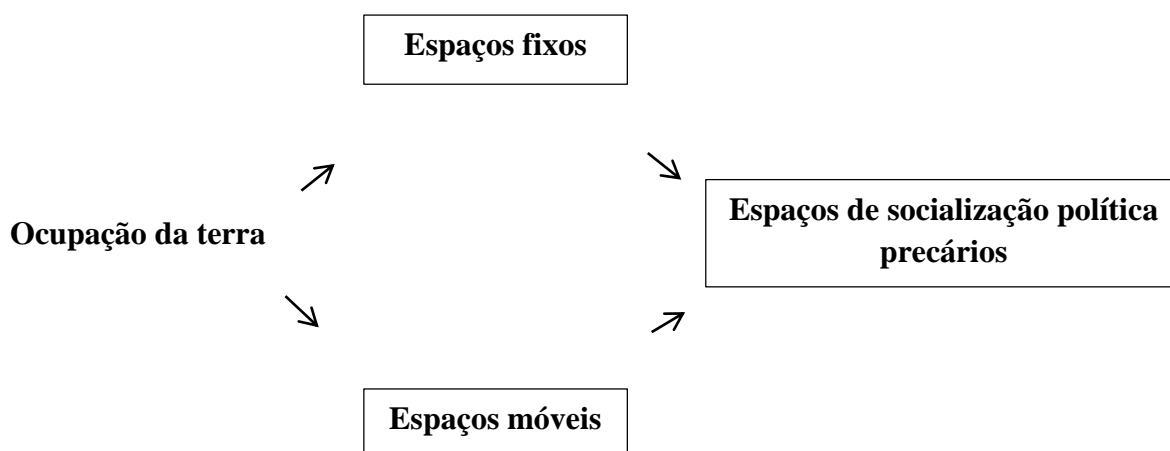
Quadro 9 - Comparativo entre as pesquisas de Fernandes (1996), Feliciano (2003) e a atualidade da luta pela terra

Fernandes (1996)	Feliciano (2003)	Origuéla (2014)
<p>Espaço comunicativo</p> <p>Espaço interativo</p> <p>Espaço de luta e resistência</p>	<p>Espaço político</p> <p>Espaço local</p> <p>Espaço jurídico</p> <p>Espaço simbólico</p>	<p>Espaço fixo</p> <p>Espaço móvel</p> <p>Espaço de socialização política precário</p>

Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Compreendemos que existem dois tipos de ocupações de terra sistematizadas pelo MST no estado de São Paulo, as ocupações de terra que produzem espaços fixos e as ocupações de terra que produzem espaço móveis (ver fluxograma 4).

Fluxograma 4 - A atualidade da espacialização da luta pela terra



Organização: ORIGUÉLA, Camila Ferracini.

Para compreendermos ambos os espaços precisamos levar em consideração a configuração e o conteúdo de cada um deles. Os espaços fixos são os acampamentos erguidos na beira das estradas, terrenos municipais ou lotes de assentamentos rurais. Nos acampamentos de beira de estradas, os barracos são normalmente de madeira e lona e montados no espaço entre a cerca da fazenda e a rodovia. Nos acampamentos em terrenos públicos ou assentamentos rurais, os barracos também são de lona e maneira e dispostos irregularmente em toda a área ocupada. Em alguns casos, as famílias que moram nesses acampamentos possuem jardins, hortas, criações e, até mesmo, oficinas. Nesses acampamentos também existe um espaço próprio para as reuniões dos grupos de famílias e assembleias, cadastro das famílias que precisam de cesta básica e daquelas que se tornaram acamadas recentemente.

Os espaços fixos possuem uma configuração que contribuiu com a formação e organização política das famílias acampadas, bem como com o enfrentamento e a resistência. Todavia, como as famílias participam desses espaços aos fins de semana ou apenas quando é necessário - algumas famílias possuem barracos nos acampamentos fixos, mas participam apenas dos espaços móveis -, a comunicação, interação e o aprendizado não se desenvolvem de maneira satisfatória. Além disso, apesar de utilizarmos o termo “família”, somente um membro da família é que compõe as acampamentos fixos. Dessa forma, o maior problema desses acampamentos é a esporadicidade das relações sociais e, conseqüentemente, organizacionais. Concordamos que “sem gente e sem massa não se faz luta, não é com teoria, não é com boa vontade. Tem que ter gente, gente brava, porque só gente alienada não adianta muito” (Coordenador da regional do Pontal do Paranapanema entrevista em março de 2013).

Os espaços móveis são aqueles constituídos após a ocupação de uma propriedade rural que pode ser a fazenda reivindicada pelo MST ou uma área limítrofe à pleiteada, estratégia utilizada pelo Movimento nas regionais de lutas de Andradina e Promissão. O acampamento móvel pode ser formado pelas famílias de um único acampamento fixo ou pelas famílias acampadas da regional, consolidando o que denominamos de lutas regionais, que se intensificaram nos últimos anos. Nesse tipo de acampamento os barracos são de lona ou barracas de camping montados em antigas construções das fazendas ocupadas ou nas áreas de pastagem, próximos a rodovia ou a entrada da propriedade. Na maioria das vezes, os barracos de lona são coletivos, bem como a cozinha e os outros espaços do acampamento. Algumas famílias utilizam as barracas de camping devido a praticidade de montar e desmontar, todavia

consideramos que as barracas de madeira ofereceriam maior resistência ao acampamento, pois demonstrariam que as famílias não estão dispostas a desocupar a fazenda.

A configuração dos espaços móveis também favorecem a organização das famílias acampadas, o problema é que esses espaços são bastante efêmeros, ou seja, duram um período muito curto de tempo e aqueles que duram semanas ou meses acabam se transformando em espaços nos quais algumas poucas famílias sem-terra estão presentes, alguns grupos fazem revezamento para ficar nesse tipo de acampamento. O mais interessante dos espaços móveis é que são espaços formados por um número significativo de famílias acampadas, alguns são compostos por todas as famílias acampadas na regional de luta, o que favorece a interação entre os sem-terra. Todavia, nos acampamentos móveis formados por famílias de diferentes acampamentos fixos, a organização dos barracos e dos espaços em comum ocorrem a partir dos acampamentos fixos, o que impossibilita a sistematização de um espaço em comum entre as famílias de diferentes acampamentos.

Tanto o espaço fixo quanto o espaço móvel produzem espaços de socialização política precários. As relações sociais e organizacionais construídas no âmbito desses espaços são extremamente esporádicas e dependem da configuração e do conteúdo de cada um dos tipos de acampamentos. Os acampamentos móveis são aqueles que mais contribuem com o processo de socialização política, visto que diferentes grupos de famílias acampadas na regional têm a possibilidade de se organizarem politicamente. Um exemplo bastante peculiar da precarização dos espaços de socialização política é a inexistência de alguns setores organizativos no acampamento, como os setores de educação, saúde, transporte, infraestrutura. Como as famílias acampadas praticamente não frequentam esses espaços e mesmo não existe a necessidade de se construir um espaço educacional para as crianças e os adolescentes. Em outras palavras, apesar de existir na teoria, na prática a maioria dos setores dos acampamentos não são aplicáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, procuramos compreender o processo de espacialização do MST que ocorre, sobretudo, através de ocupações de terra e acampamentos, no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos, ou seja, no final da década de 1980 e início da década de 1990, no final da década de 1990 e início da década de 2000 e, por último, entre os

anos de 2012 e 2013, especificamente. No que se refere ao primeiro contexto histórico-geográfico, compreendemos que a gênese e espacialização do MST ocorreu no âmbito dos processos de expansão do modo capitalista de produção na agricultura e modernização da agricultura; expropriação, exclusão e (re)criação do campesinato no campo; greves operárias na cidade; redemocratização do país e organização do campesinato sem-terra em espaços como as CEBs.

É a partir desse espaço social que o MST ascendeu enquanto movimento socioterritorial de luta pela terra e reforma agrária. De acordo com a leitura geográfica desenvolvida por Fernandes (1996) a consolidação e espacialização do MST podem ser interpretadas por meio da concepção de multidimensionamento dos espaços de socialização política em espaço comunicativo, espaço interativo e espaço de luta e resistência. No primeiro espaço, os camponeses sem-terra se reuniam nos lugares sociais ou CEBs e desenvolviam práticas de comunicação e aprendizado a respeito da realidade social em que viviam. Após o espaço comunicativo, os camponeses sem-terra construíam o espaço interativo no qual interagiam e organizavam estratégias e práticas com o objetivo de transformar o espaço social no qual estavam inseridos.

Posteriormente, depois de meses de aprendizado, comunicação e organização política as famílias sem-terra possuíam uma identidade coletiva e objetivos comuns e, na maioria dos casos, optavam pela ocupação da terra. Ao ocupar uma propriedade rural, os camponeses sem-terra desenvolviam o último espaço, o de luta e resistência, com o intuito de transformá-lo em território camponês. Compreendemos o multidimensionamento dos espaços de socialização política enquanto uma estratégia de espacialização do Movimento arquitetada em um determinado contexto histórico-geográfico que no decorrer do próprio processo de enfrentamento sofreu significativas alterações.

O segundo contexto histórico-geográfico é, de certa forma, bastante do próximo do primeiro e também do terceiro, que será abordado nos próximos parágrafos. Entre o início e meados da década de 1990, o Estado investiu na abertura econômica do país aos investimentos internacionais, o que desencadeou a desregulamentação e o endividamento do setor agropecuário e agroindustrial. No final da década de 1990, mais precisamente em 1999, devido à crise cambial que assolou a economia nacional, o Estado contribuiu com a reestruturação econômica e política do agronegócio, principalmente do canavieiro no estado de São Paulo, com o intuito de gerar saldos positivos na balança comercial. A ascensão do agronegócio possibilitou a reinserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e,

consequentemente, a re-primarização do nosso comércio externo que, até alguns anos atrás tinha nos produtos manufaturados o seu principal protagonista.

No âmbito do contexto apresentado, Feliciano (2003) desenvolveu uma leitura geográfica que compreendia a ocupação da terra ou o espaço de luta e resistência a partir da formação dos espaços político, local, jurídico e simbólico. Ao realizar uma ocupação de terra, as famílias sem-terra ocupavam e lutavam no âmbito da esfera política ao reivindicar a desapropriação de uma propriedade rural, na esfera local ao exigir do poder público direitos básicos aos acampamentos, como abastecimento de água e transporte público, na esfera jurídica ao questionar propriedades griladas ou improdutivas e, por fim, na esfera simbólica ao mobilizar a sociedade a favor da reforma agrária.

Dessa forma, com a massificação da luta pela terra, o MST passou a construir um único espaço, o acampamento, formado após as ocupações de terra ou com o objetivo de ocupar uma propriedade rural. Além disso, esse espaço não era produto do processo de multidimensionamento dos espaços de socialização política, mas sim da decisão individual das famílias que participavam dos trabalhos de base de lutar por um pedaço de terra ou não. Os trabalhos de base eram realizados por militantes do MST no campo e na cidade com o objetivo de arregimentar famílias interessadas em conquistar a terra de trabalho.

Na contemporaneidade, a organização da luta pela terra é bastante parecida com as ocupações de terra e os acampamentos pesquisados por Fernandes (1996) e Feliciano (2003). Concluimos que os espaços de luta pela terra desenvolvidos pelo Movimento são muito próximos daqueles estudados por este último, com algumas transformações significativas, como a precarização dos espaços. No que diz respeito ao contexto histórico-geográfico, os efeitos do processo de territorialização do agronegócio canavieiro no campo paulista estão sendo cada vez mais sentidos pelo MST, lembrando que a maior parte das terras reivindicadas pelo Movimento está arrendada para a produção de cana-de-açúcar.

A espacialização do MST ocorre através da construção de um único espaço, o de luta e resistência, que pode ser móvel quando localizado dentro de uma propriedade rural reivindicada ou limítrofe a essa ou fixo quando localizado na beira da estrada, em um terreno público ou assentamento rural. O espaço fixo e o espaço móvel podem ser caracterizados como espaços de socialização política precários, visto que apenas um membro da família sem-terra participa das ocupações de terra e dos acampamentos; os acampados frequentam esses espaços apenas nos fins de semana ou em dias de reuniões e assembleias; quando os acampados não podem participam desses espaços elencam outro indivíduo para essa tarefa;

nos acampamentos móveis as famílias ficam acampadas apenas alguns dias e se revezam para ficar no acampamento; existem famílias que possuem barracos nos acampamentos fixos, mas participam apenas das ocupações de terra e, conseqüentemente dos espaço móveis. Concordamos, portanto, com Feliciano (2003) quando afirma que a inexistência do espaço comunicativo e interativo no âmbito das CEBs prejudica a formação política das famílias acampadas, além da organização e espacialização do MST.

Por outro lado, temos que levar em consideração que as ocupações de terra são protagonizadas por famílias sem-terra, que podem ser denominadas proto-camponesas, e para sobreviverem precisam desenvolver atividades laborais e, por causa disso, não conseguem participar diretamente dos espaços de luta e resistência. As famílias acampadas são, normalmente, formadas por indivíduos com mais de 50 anos de idade, que estudaram até a quarta série - atual quinto ano - do ensino fundamental, que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal e desenvolvem atividades informalmente. A esporadicidade das relações socioespaciais nos acampamentos têm ocasionado a extinção de algumas instâncias organizacionais do MST, como por exemplo setor de educação, saúde, transporte, entre outros. Como as famílias acampadas frequentam os espaços de luta e resistência em alguns dias ou períodos específicos, os coordenadores do Movimento acabam acompanhando esses espaços somente quando é necessário, ou seja, quando as lutas regionais ou os circuitos de lutas são organizados.

As lutas regionais e os circuitos de lutas são importantes estratégias de espacialização do MST nos dias de hoje, pois objetivam massificar as ocupações de terra e os espaço móveis, bem como realizar um número significativo de ações em um curto período de tempo. No caso das lutas regionais, as famílias acampadas participam das ocupações de terra e manifestações nas regionais de lutas em que estão organizadas, contribuindo com as lutas de todos os acampamentos existentes na regional. Os circuitos de lutas ocorrem com o objetivo massificar as lutas, mas também de facilitar a participação das famílias acampadas nas ocupações de terra e de realizar jornadas de lutas ou, em outras palavras, a maior quantidade possível de ocupações de terra em alguns poucos dias. Através dos circuitos de lutas, a maior parte das famílias acampadas consegue participar dos espaços móveis, visto que as famílias ocupam uma fazenda em um dia e logo saem ou são despejadas.

Alguns outros fatores também contribuem com a precarização ou o desgaste dos processos de luta pela terra, como a falta de infraestrutura nos acampamentos fixos e móveis; o tempo de existência dos acampamentos, alguns com quase dez anos de existência;

acampamentos em áreas de difícil acesso; conflitos entre famílias acampadas ou entre as famílias e os coordenadores do MST; ascensão de lideranças personalistas nos acampamentos. Para concluir, outro fator que contribuiu com a deterioração dos espaços de luta e resistência é a territorialização do agronegócio canavieiro no estado, que bloqueia a espacialização do MST e, conseqüentemente, a reforma agrária. Acreditamos, portanto, que o MST deve investir cada vez mais em lutas contra o desenvolvimento do agronegócio no campo.

Por fim, destacamos que as considerações apresentadas em relação as ocupações de terra e os acampamentos organizados pelo MST correspondem a uma realidade bastante específica, a do MST no estado de São Paulo. Em alguns estados do país, como o Paraná, encontramos acampamentos com outras formas de organização e ocupações de terra extremamente expressivas, ou seja, com um número significativo de famílias sem-terra organizadas. Acreditamos que compreender essas questões, bem como a diversidade existente, contribuiu expressivamente com os estudos a respeito da questão agrária brasileira e paulista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALEIXO, Natacha Cíntia Regina. A fumaça dos canaviais nos ares do campo e da cidade. Boletim DATALUTA, 2013.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? Revista Saúde e Sociedade. V. 15, N. 3, p. 90-98, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O MST e a formação de classe trabalhadora: ideologia, política ou realidade camponesa?. Revista Formação. N. 13. V. 02, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Políticas públicas compensatórias para a mecanização do corte de cana crua. Rurais, v. 3, n. 1, 2009.

ALY JUNIOR, Osvaldo. Políticas públicas e sustentabilidade no desenvolvimento dos assentamentos do estado de São Paulo: um balanço dos anos 2003-2005. In: Vera Botta Ferrante e Osvaldo Aly Junior (Org.). Assentamentos rurais: impasses e dilemas - uma trajetória de 20 anos. São Paulo: 2006, v. 1.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A questão camponesa na teoria marxista clássica. In: CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na história. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

BELLACOSA, Julia Marques. Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis: o assentamento Monte Alegre - Araraquara-SP. 2012. 289 f. Dissertação

(Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BENITES, Miguel Gimenez. Brasil central pecuário: interesses e conflitos. Tese de doutorado, pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia FFLCH-USP, São Paulo, 1996.

BERNAT, Isaac Giribet. Um novo jeito de organizar. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra, e identidade Sem Terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil). 2012. Tese (Doutorado em História) - Universitat de Lleida, Lleida.

BERNAT, Isaac Giribet. A nova organicidade do MST e seu reflexo nos processos de luta pela terra e luta na terra: uma introdução ao objeto de estudo no Vale do Itapecuru- MA. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Jornada das Águas.

BOGO, Ademar. O salto de qualidade. São Paulo: MST, 2002

BOMBARDI, Larissa Mies. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOMBARDI, Larissa Mies. Impactos da expansão da cana no estado de São Paulo. Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Porto Alegre, 2010.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. Revista de Política Agrícola. v. 22, n. 01. 2013.

CHAYANOV, Alexander Von. La Organización de La Unidad Económica Campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974

CARVALHO, Horácio Martins. O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CARVALHO, Horácio Martins. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. Boletim DATALUTA, 2013.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Revista Outubro. N. 05. 2000.

DAVIS, J; GOLDBERG, R. . A concept of agribusiness. Boston: Harvard University Press, 1957.

DELGADO, Guilherme Costa. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: Luciana Jaccoud. (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. IPEA. Brasília, 2005.

DELGADO, Guilherme Costa. Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio. Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1974.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; Yony Sampaio . Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 47, p. 903-918, 2009.

FABRINI, João Edmilson. A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra. Cascavel: Editora da Unioeste, 2003.

FELICIANO, C. A. O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FELÍCIO, M. J. . Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário. Presidente Prudente, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: Movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n.2, p. x-xi, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A ocupação como forma de acesso à terra. In: 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001, Santiago de Chile. Anais do 8 Encontro de Geógrafos da América Latina. Santiago de Chile : Universidad de Chile, 2001. v. 1

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antonio Márcio Buainain (Editor). Editora Unicamp, 2008a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302, 2008b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CPT, Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: CPT, 2011.

FERNANDES, Bernardo Maçano. A reforma agrária que o Lula fez e a que pode ser feita. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. SADER, Emir (org.). São Paulo: Boitempo, 2013.

FERNANDES, Bernardo Maçano; STEDILE, João Pedro. Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Maçano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). Estudos Avançados. Vol. 15. N. 43. São Paulo, 2001.

FERNANDES, Bernardo Maçano e WELCH, Cliff. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Maçano. Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FRANCO, Maria Garcia. A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Agricultura Camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os Sem Terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP). 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, Maria Franco; THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. Scripta Nova: Barcelona, 2002.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza. Preços da terra no Brasil. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco, Acre, 2008.

GORZ, André. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1982.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade. Reforma agrária, movimento sociais e novas formas de assentamentos. São Paulo: Annablume, 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HABERMAS, Jürgen. Teoría de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista. Taurus, Vol. 2, Madrid, 1987.

HOUTART, François. A agroenergia. Solução para o clima ou saída da crise para o capital. Petrópolis: Vozes, 2012.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do Homem. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1973.

JUSTO, Marcelo Gome. Exculhidos: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST, 2005.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LÊNIN, Vladimir. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Col. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Edvaldo Carlos de. Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP): dissidência e dinâmica territorial, 2006.

LOERA, Nashieli Cecília Rangel. Tempo de acampamento. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MAGDOFF, Fred. Fome e mercado. Revista Retrato do Brasil. Nº 55, 2012.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. 2ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1985.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O novo significado da questão agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária - SINGA, 2011, Belém. Anais do V simpósio internacional e vi simpósio nacional de geografia agrária: Questões agrárias na panamazônia no século XXI: Usos e abusos do território. Belém: Açaí, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MONBEIG, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec: Polis, 1984.

MÉSZÁROS, István. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. II Encontro de São Lázaro (UFBA), Salvador, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. As Contradições da Luta Pela Terra: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. A Ação Territorial de Uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; BONOLO, Flávia; TARGINO, Ivan. Estrangeirização das terras: algumas notas sobre o caso do Brasil e da Paraíba. Boletim DATALUTA, 2013.

MORISSAWA, Mitsue. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MININ, Andrey Martin. Práticas, experiências e os (des)caminhos da luta pela terra em três lagoas - MS. Revista Dialogos. Maringá. Vol. 14. N. 01. P. 215-219, 2010.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho. Vol. I - A crise. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In: Boletim Paulista de Geografia, n. 58, AGB, p. 5-64, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social /Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inez Medeiros Marques (org.). São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: Francisco de Oliveira; Ruy Braga; Cibele Rizek (Org.). Hegemonia à Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A “reforma agrária assistida pelo mercado” do Banco Mundial no Brasil: dimensões políticas, implantação e resultados. Revista Sociedade e Estado Vol. 26 N. 3. Brasília, 2011.

PLOEG, Jan Von de. Camponeses e impérios alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SADER, Emir. A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAUER, Sérgio. Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro. 1º Ed. . São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHLESINGER, S. Cooperação e investimentos internacionais no Brasil: a internacionalização do etanol e do biodiesel. FASE: 2012.

SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, SP, v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005.

SIGAUD, Lygia. Uma saga pernambucana. In: SIGUAD, L; ERNANDEZ, M; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos; sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A luta pela terra: experiência e Memória. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

STÉDILE, João Pedro. El capital internacional está dominando la agricultura brasileña. Observatorio Social de América Latina. N. 24. CLACSO: Buenos Aires, 2008.

PRADO JUNIOR., Caio. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.

POCHMANN, Marcio. Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. A contra-reforma agrária na lei e na marra. A expansão do agronegócio e a reconfiguração da questão agrária no Brasil. Caderno de Conflitos no Campo, CPT, 2010.

RANGEL, Inácio. Dualidade básica na economia brasileira – ISEB. Rio de Janeiro, 1957.

ROSA, Marcelo Carvalho . Quando o sentido é o movimento: a forma movimento como modelo contemporâneo de ação coletiva no Brasil. In: Reunión de Antropología del Mercosur, 2005, Montevideo. Anais, 2005.

ROSA, Marcelo Carvalho. Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980). In: SIGUAD, L; ERNANDEZ, M; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos; sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SILVA, José Graziano. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A longa caminhada. A (re)construção do território camponês em Promissão, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SWEEZY, Paul. Teoria do desenvolvimento capitalista. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1967.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

THIOLLENT, Michel. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. São Paulo: Polis, 1982.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Desenho societal dos sem-terra no Brasil. Revista Pegada. Presidente Prudente. Vol. 2. N. 2. P. 5-18, 2001.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por trás dos canaviais os (nós) da cana. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. Revista de Geografia (Campo Grande), AGB/Dourados, v. 9, n. 17, p. 15-22, 2003.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. Campo - Território, v. 5, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: Sergio Silva; Antonio Luigi Negro (Org.). As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos. 1977.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VALENCIANO, Renata Cristiane; THOMAZ JUNIOR, Antonio. O papel da mulher na luta pela terra. Uma questão de gênero e/ou classe? Revista NERA. Vol. 3. 2002.

VALVERDE, Orlando. Estudos de geografia agrária brasileira. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

VERGES, Armando Bartra. Os novos camponeses. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

ZIEGLER, Jean. Destruição em massa. Geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXOS

Anexo A - Roteiro Entrevista - Famílias Acampadas

- 1 - Nome, idade, profissão, conjugue, filhos. Quem e quantos são os membros da família e quais deles moram no acampamento? Escolaridade, porque continuou ou parou os estudos? Qual a renda média mensal da família?
- 2 - Porque optaram pela luta pela terra? Qual o significado da terra para a família?
- 3 - Quando e como foi o primeiro contato com o MST?
- 4 - Porque decidiram acampar? Há quanto tempo estão no acampamento? Quando chegaram?
- 5 - De onde eram? A trajetória da família antes do acampamento. Possuem ou já possuíram algum vínculo com a terra?
- 6 - Qual a experiência com a agricultura?
- 7 - Como foi chegar ao acampamento e participar das atividades dos acampamentos? Participou de cursos de formação? Reuniões da organicidade do acampamento?
- 8 - Que atividades a família desenvolve no acampamento?
- 9 - Qual a relação da família com as outras famílias e com os militantes do MST?
- 10 - A família participa de todas as atividades do MST? Porque?
- 11 - Em algum momento pensaram em desistir do acampamento? Porque?
- 12 - Quais são as maiores dificuldades da vida no acampamento? Aponte algumas melhorias.
- 13 - A família fica todos os dias no acampamento? Quem fica? Porque fica? E quem não fica, quais os motivos?
- 14 - Algum membro da família recebe algum tipo de auxílio do Estado? Exemplo: Bolsa Família.
- 15 - Algum membro da família trabalha no corte da cana-de-açúcar ou em alguma fazenda da região?

Anexo B - Roteiro Entrevista - Lideranças/Militantes MST

- 1 - Nome, idade, profissão, conjugue, filhos.
- 2 - Há quanto tempo é militante do MST? Você acampou? De qual assentamento?
- 3 - Quando e como foi seu primeiro contato com o MST?
- 4 - Conte-me um pouco sobre sua trajetória de vida antes do MST?
- 5 - Conte-me um pouco sobre sua trajetória no MST?
- 6 - Conte-me sobre a consolidação desta regional.
- 7 - Quais foram os principais conflitos por terra?
- 8 - Há quantos acampamentos nesta regional? Nome (acampamento) e número de famílias acampadas.
- 9 - Quais as diferenças e semelhanças dos acampamentos que você participou com os acampamentos que você coordena?
- 10 - Quais as diferenças e semelhanças das famílias dos acampamentos que você participou com as famílias dos acampamentos que você coordena?
- 11 - Com quais famílias é mais fácil trabalhar? Do campo ou da cidade?
- 12 - As famílias desta regional provêm de quais estados, municípios? Com ou por meio de quais grupos é mais fácil organizar a luta pela terra (Igreja, por exemplo)?
- 13 - Onde e como são realizados os trabalhos de base? Qual o conteúdo dos trabalhos de base? Quais os materiais? Quais os resultados? Vocês conseguem uma boa organicidade?
- 14 - Quais as principais dificuldades dos trabalhos de base?
- 15 - Conte-me desde o trabalho de base até a chegada das famílias do acampamento.
- 16 - Como o acampamento está organizado? Os setores.
- 17 - Quais as principais dificuldades do acampamento?
- 18 - As famílias acampadas participam de todas as atividades do acampamento? Estão todos os dias nos acampamentos?
- 19 - Muitas famílias, apesar de acampadas, continuam trabalhando nas cidades, usinas. Como você explica este cenário?
- 20 - Conte-me um pouco sobre a conjuntura atual do MST no estado de SP e na regional e os elementos que explicam a diminuição das ocupações de terra.

- 21 - O trabalho de base é só para formar o acampamento?
- 22 - Qual a política de formação permanente do MST?
- 23 - Quais as contribuições e problemas das políticas públicas para a organização do acampamento
- 24 - Qual a faixa média de renda mensal dos acampados?
- 25 - Você tem algum processo judicial?
- 26 - Qual a estrutura do MST hoje?
- 27 - Qual o critério para seleção das famílias acampadas?
- 28 - O MST atua em conjunto com alguma outra instituição aqui na região?
- 29 - O MST arriou a bandeira (provocação), conforme afirma Ariovaldo Umbelino de Oliveira?

Anexo C - Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da Pesquisa: “Estudo Comparativo da Espacialização do MST no Estado de São Paulo”

Nome do (a) Pesquisador (a): Camila Ferracini Origuéla

Nome do (a) Orientador (a): Bernardo Mançano Fernandes

1. **Natureza da pesquisa:** o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade compreender o processo de espacialização do MST, que ocorre por meio de ocupações de terras e acampamentos, no estado de São Paulo nestes últimos anos. A partir deste estudo, tenho como intuito apreender a contemporaneidade da luta pela terra, os sujeitos que lutam por terra e o porquê de lutarem por terra; além das dificuldades existentes nos processos de trabalho de base, realizados por militantes do MST, e formação dos acampamentos. Estes processos ocorrem da mesma forma que nas décadas de 1990 e início de 2000? Se não, quais são as mudanças? O acampamento é um espaço de socialização política importante para a conquista do território ou assentamentos rurais? São questionamentos que permeiam a pesquisa.
2. **Participantes da pesquisa:** Ao longo da pesquisa serão entrevistados militantes do MST que organizam trabalhos de base, ocupações de terras e acampamentos. Além destes, serão entrevistadas famílias acampadas. Não há um número específico de sujeitos a serem entrevistados, até porque se trata de uma pesquisa qualitativa.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) Camila Ferracini Origuéla realize uma entrevista semi-estruturada. A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.) (...). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** serão realizadas entrevistas semi-estruturadas com famílias acampadas e militantes do MST. Metodologicamente, este tipo de entrevista possui um roteiro pré-definido, todavia, no decorrer da entrevista novos questionamentos poderão surgir.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a atualidade da luta pela terra no estado de São Paulo, ocupações de terras, formação de acampamentos, o perfil das famílias acampadas e a atuação do MST neste processo, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa contribuir com os estudos acerca da luta pela terra, MST e recriação do campesinato, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.
8. **Pagamento:** a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Pesquisador: Camila Ferracini Origuéla - (18) 91035343
Orientador: Bernardo Mançano Fernandes - (18) 97641957
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo
Vice-Coodenadora: Profa. Dra. Renata Maria Coimbra Libório
Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526
E-mail cep@fct.unesp.br